

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Dionysius Dias de Mattos

A INFAME ACADEMIA:
A HISTÓRIA DA ESCOLA DAS AMÉRICAS SOB A DOCTRINA DE SEGURANÇA
NACIONAL NA AMÉRICA LATINA. (1959-1989)

Porto Alegre
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A Infame Academia:
A história da Escola das Américas sob a Doutrina de Segurança Nacional na América Latina.
(1959-1989)

Trabalho de conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em História, pelo curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientador: Enrique Serra Padrós

Porto Alegre
2013

Dionysius Dias de Mattos

A Infame Academia:
A história da Escola das Américas sob a Doutrina de Segurança Nacional na América Latina.
(1959-1989)

Trabalho de conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em História, pelo curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Aprovado em 12 de Dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mathias Seibel Luce (UFRGS)

Prof. Dr. Nilo Pianna de Castro (UFRGS)

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (UFRGS)
Orientador

*E assim prosseguimos, botes contra a corrente,
impelidos incessantemente para o passado.*

F. Scott Fitzgerald

*E, por falar em pessimismo, naquela ainda
indecisa mas já histórica manhã de 2 de abril de 1964,
ouvi, no Largo dos Medeiros, um velho dizer a outro:
“A coisa não pode estar boa! Anda muita gente de cara alegre...”*

Mário Quintana – História

IN·FA·ME

- 1. Que não tem boa fama.**
- 2. Que pratica infâmias.**
- 3. Vil, abjeto, torpe.**

*Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo,
então somos companheiros.*

Che

Por vocês, até aqui.

AGRADECIMENTOS

Se não houvesse o passado, não lembraria. Se não houvesse a lembrança, minha concepção seria um ato qualquer. Se não houvesse um ato, não poderia te chamar de mãe, nem de pai. Se não tivesse chamado vocês assim, não teria vocês minhas irmãs. Se meus pais não tivessem lutado, não estaria aqui.

Estivesse alienado do mundo, e não veria as suas engendrações. Não veria a luta, não perceberia os trabalhadores mantendo as instituições em que estudei.

Estivesse alienado, muito menos teria os milhões de abraços doces, apertados e necessários de professores. Lutadores. Sonhadores. Batalhadores.

Quisera o acaso em algum lugar, ou lugar nenhum, que estivesse hoje no caminho da luta pela educação. Luta. Em meu afã, vejo a Prof. Rita e o Prof. Nilo com as mãos em meus ombros o tempo todo, dizendo: vai. Sinto o tempo todo o amor de minha família, pedindo: lute. A vocês, agradeço.

Como agradeço ao acaso! Acaso que me deu a possibilidade de dividir o mundo com pessoas sonhadoras e amigas. Essa palavra. Derivada da amizade. Tão ligada ao complexo amor, sem ele não teria tais amigos e amigas. A vocês, agradeço. Em especial àqueles que sabem cada detalhe de minha vida, cada beco e labirinto. Nessa hora, vocês são meu facho de luz. Minha insistência em lutar. Em não esquecer.

Também fizeram acontecer essa caminhada. Agradeço e nem quero pensar no “se não houvesse”. Prefiro pensar nas mãos amigas de meu séquito voraz, o Canhão Arafat. Abro meu coração ao pensar nos Sócios. Sociedade dos Sócios. Vibro com a alegre companhia de meu bárbaro irmão, o Gigante. Teimo em querer ver vocês felizes, Ana, Carol, Micha e Léo.

Agradeço, principalmente, a confiança e esforço hercúleo de um professor que aceitou a terrível tarefa de me orientar. Professor Padrós, muito obrigado. Você representa a conclusão dessa etapa de minha vida, obrigado por não deixar arrefecer minha vontade de ser professor e compreender o passado.

Aos meus heróis e heroínas, às minhas caras lutadoras e aos meus caros lutadores, em especial a mais lutadora de todas, aquela que escolhera não deixar jamais eu falhar comigo mesmo, “se não houvesse” você minha Preta, vai saber onde estaria...

Com amor a todas e todos.

Dionysius Dias de Mattos

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a relação entre a história da Escola das Américas, instituição criada para o treinamento de militares e civis latinos americanos na Zona do Canal do Panamá (território estadunidense), no contexto imediatamente anterior e simultâneo de ditaduras que adotaram a Doutrina de Segurança Nacional. O recorte temporal privilegia a mudança do perfil da Escola após a Revolução Cubana, que reconfigurou os interesses dos EUA para a América Latina, e compreende ainda o período que vai até 1989, ano que se encerra as últimas ditaduras militares latino-americanas e também ano do início de campanhas pelo fechamento em definitivo da Escola das Américas. A trajetória desta obscura instituição é recuperada através dos manuais de aula que vieram a público em 1996, através dos quais mostrara-se o conteúdo que ali era ministrado aos militares latino-americanos. Entender a história da “U.S. Army School of The Américas”, é retirar do anonimato uma academia que treinou mais de 60 mil pessoas em toda sua existência, onde muitas serviram ao imperialismo norte-americano e estiveram servindo nas Forças Armadas de ditaduras que em muitos casos, implantaram ditaduras e promoveram crimes de lesa-humanidade, através de políticas de terrorismo de Estado.

Palavras-chave: Escola das Américas – Doutrina de Segurança Nacional – Contrainsurgência – América Latina – Imperialismo – Anticomunismo – Guerra Fria – Estado Unidos

SUMÁRIO

Introdução.....	9
1. A Infame Academia no Caminho da Segurança Nacional.....	19
1.1 – A origem da Escola e o contexto pós-Segunda Guerra Mundial.....	20
1.1.1 – A zona do canal, a Doutrina Monroe, o Panamá. O Que havia antes da Escola?.....	20
1.2 – Revolução Cubana e a mudança de estratégia estadunidenses para o continente..	25
1.3 – A Consolidação do Projeto Anticomunista através da Doutrina de Segurança Nacional.....	28
2. A Escola das Américas e o imperialismo estadunidense.....	35
2.1 – O imperialismo a qualquer custo! As práticas para bloquear insurgências.....	36
2.2 – A “pentagonização” das forças armadas na América Latina.....	39
2.3 – A Doutrina de Segurança Nacional e a Escola das Américas.....	42
3. Os manuais de contrainsurgência.....	53
3.1 – “Guerra revolucionaria guerrillera e ideologia comunista”.....	55
3.1.1 – A insurgência na visão da Escola das Américas.....	57
3.2 – Entender o inimigo: a “ideologia comunista”.....	58
3.3 – “Contrainteligencia”.....	61
3.3.1 – Repressão ao terrorismo, fogo contra fogo.....	64
3.4 – “Interrogación” e “manejo de fuentes”.....	67
Conclusão.....	73
Fontes Pesquisadas.....	77
Bibliografia.....	77
ANEXO 1 – Documentos oficiais.....	83
ANEXO 2 – Capas dos manuais analisados.....	86

INTRODUÇÃO

O fim da maior guerra de todos os tempos estava próximo e o mundo começava a se redesenhar. Antes, os inimigos em confronto eram os Aliados e o Eixo. A partir do enfraquecimento da Alemanha nazista, o planeta viu duas superpotências dividir o mundo, redesenhar sua geopolítica e configurar o que se denominou Guerra Fria.

Neste contexto, várias bases militares foram instaladas pelos EUA em várias partes do globo, para justificar uma pretensa defesa do hemisfério do perigo vermelho. Essas treinaram soldados estadunidenses, latinos americanos e de outras regiões do mundo para as mais diversas formas de ação bélicas em inúmeras situações e condições naturais. Aproveitando o território que os Estados Unidos dominavam desde o início do século XX na América Central, o canal do Panamá, foi utilizado para se implantar bases militares para o desenvolvimento de escolas de treinamento e instrução para militares e civis.

A Escola das Américas surge nos fim dos anos 40. Inicialmente idealizada para o treinamento de guerra na Selva e com um nome bem diferente do que o lhe popularizou negativamente na América Latina. A “Latin American Training Center-Ground Division” (Centro da Divisão Terrestre de Treinamento da América Latina) será o nome inicial da Escola das Américas, que se localizava no “Fort Amador” da Zona do Canal.

Em 1950, com a Guerra Fria em pleno desenvolvimento, a instituição passa novamente por outra mudança de nome, tornando-se a “United States Army Caribbean School” (Escola Militar dos Estados Unidos no Caribe) e passando por mais duas mudanças importantíssimas: a língua espanhola se torna a língua oficial dos cursos ministrados e sua localização geográfica passa para o “Fort Gulick”, lugar no qual assumirá a posição de uma das escolas militares que mais treinaram pessoas advindas da América Latina no continente.

Apenas em 1963 o nome “U.S. Army School of the Americas” (Escolas Militar dos Estados Unidos das Américas) irá ser usado, sendo resumida a School of the Americas (SOA). A história da Escola das Américas, a partir desse momento, sofre mudanças drásticas e muda seu caráter inicial, moldando-se aos interesses estadunidenses de investir nas táticas de contrainsurgência na América Latina, para frear o crescimento dos acirramentos sociais,

considerados fundamentais para alinhar a disseminação da ideologia comunista, de acordo com o Secretário da Defesa do governo Kennedy. Assim, foram idealizadas diversas formas de “atualizar” o oficialato latino-americano para diferentes práticas militares desenvolvidas no ideal de manter a Segurança Nacional dos países aliados do continente estável.

Este trabalho, portanto, tem por objetivo trazer a luz da história brasileira, o que representou o papel da Escola das Américas no período que se iniciou a modificação da estratégia dos Estados Unidos perante o “perigo vermelho” e conseqüentemente surgimento dos países adeptos à Doutrina de Segurança Nacional, colocando como um ponto de intersecção, os métodos adotados pelas nações que adotaram a postura de cooperação ao ideal estadunidense de desenvolvimento das Forças Armadas.

Assim, essa monografia pretende não só traçar a história da SOA, mas também avaliar o que representou às trajetórias históricas de países latino-americanos, como o Brasil principalmente, que foram governados por ditaduras castrenses (mas também com interface civil) e também avaliar a participação desta instituição no treinamento de milhares militares (o cálculo aproximado é de mais de 60.428 mil pessoas até o ano de 2000.¹

Sobre o recorte temporal escolhido para a pesquisa histórica, irá se considerar o intervalo entre 1959 a 1989. A primeira data está ligada a Revolução Cubana, ponto nevrálgico da mudança estratégica dos EUA em relação ao continente latino-americano, forçando aquele país a diversas ações para impedir que seu poder de influência econômica, política, cultural e militar enfraquecesse. Logo, a SOA entra nesse propósito, modificando as concepções de seu currículo. A segunda data é relacionada ao encerramento das últimas ditaduras no cone sul, Chile e Paraguay, como também marca o início das contestações a Escola das Américas, fruto de grandes pressões de movimentos sociais e entidades progressistas, que gerou críticas públicas por políticos no Congresso estadunidense, trazendo a público as violações que a SOA ajudou a disseminar. Porém, a escola não fechou, e atualmente está presente dentro do Estado da Geórgia nos EUA. O espaço investigado é a própria Escola das Américas, como já citado, no Fort Gulick na Zona do Canal (território dos Estados Unidos) e a relação dessa instituição com militares que passaram por ela e incorporaram a Doutrina de Segurança Nacional nas ditaduras latino-americanas.

O grande número de trabalhos no Brasil sobre o contexto do pós-guerra,

¹ FOX Jr., Carl T. “The U.S. Army School of the Americas and U.S National Interests in the 20th Century”. Thesis for the degree of Master of History, Faculty of Virginia Polytechnic and State University. Blacksburg, Virginia. 2001.

principalmente no que se refere à questão das ditaduras na América Latina é reconhecido; entretanto chamou atenção a constante presença da “Escola das Américas” em diversos trabalhos publicados.

O interesse pelo tema surgiu em meio a um questionamento pessoal, do porquê da ausência de um trabalho exclusivamente sobre essa instituição militar. Isso ocorreu no primeiro semestre de 2012, na disciplina de História da América IV, ministrada pela Professora Cláudia Wassermann. A proposta da disciplina era ter um breve panorama das experiências de movimentos sociais de esquerda na América Latina a partir da Revolução Cubana; cada estudante devia criar uma aula sobre algum tema relacionado. Então, as questões sobre o “esquecimento” da Escola das Américas tornaram-se ainda maiores, sendo encorajado pela professora a levar mais afundo tal questionamento e desenvolver uma aula sobre a história da SOA. Ao fazer a pesquisa pela internet, foi encontrada uma ONG estadunidense (SOA WATCH) que atua pelo fechamento da Escola das Américas e que disponibilizara, em formato digital, diversos manuais de aula liberados em 1996, fruto da preocupação por parte do governo Clinton com as violações dos direitos humanos presentes nos documentos.²

Michael Pollack no famoso artigo sobre história, memória e esquecimento afere que existem verdadeiras batalhas pelo passado, havendo memórias em disputa. A “memória oficial” sobre a SOA, montada a partir de documentos diplomáticos e acontecimentos noticiados por meios de comunicação não revelam nada mais que uma simples instituição que cooperava com o treinamento de milhares de militares e civis³. Porém, a “memória subterrânea”, se mantém abafada, escondida por conveniência ideológica⁴, está sempre a ponto de vir à tona por meio de lutas como a do Padre Roy Burgeous⁵, que fez de tudo para denunciar a SOA. Se a memória da escola tende a ser enquadrada pelos meios oficiais num processo seletivo de fatos⁶, cabe o historiador buscar interpretar essa luta entre história, esquecimento e memória; possibilitar pontos de vistas diferentes e garantir que os registros não se percam. Porém, no caso das políticas de memória que envolvem ditaduras, o historiador, em relação ao direito a memória, enfrenta a seguinte questão: ao elucidar a

² Anexo 1 – Ver anexos

³ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, RJ, v. 2, n. 3, 1989. p. 4

⁴ Idem. p. 9, 1989

⁵ Padre Roy Burgeous foi o responsável pelo início da ONG SOA WATCH e também pela luta pelo fechamento da Escola das Américas desde o ano de 1989. Para saber mais, encontra-se mais informações sobre o padre disponível em: <<http://www.soaw.org/>> Acesso em 10/10/2013

⁶ Idem. p.10. 1989

participação do Estado em ações que afrontaram os direitos humanos, pode-se contribuir na reivindicação do reconhecimento público de crimes, na reivindicação de justiça e no impedimento que continue a vigorar no passado o silêncio de atrocidades cometidas?⁷ Buscar entender o papel da SOA é trazer aos profícuos estudos sobre ditadura no Brasil, novas perspectivas e protagonismos antes desconhecidos da população, que possam servir aos interesses da esfera pública.

Com os conhecimentos já acumulados sobre as formas de procedimento de interrogatório e de contrainformação adquiridos no transcorrer do Curso de História, o cruzamento destes documentos com a lógica da ditadura civil militar brasileira foi questão de tempo. A confirmação da ausência de trabalhos sobre a SOA, motivou, ainda mais a iniciativa por esta proposta. Assim, considera-se fazer a relação entre as ações desta instituição e as práticas adotadas para a contrainsurgência pelos regimes militares golpistas adeptos dos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional.

A demanda intrínseca ao trabalho é trazer mais evidências sobre o papel da SOA, mas ela acompanha uma desagradável surpresa. Não há em português trabalhos sobre a Escola das Américas, tendo esta instituição sempre um tratamento tangencial e muito superficial quando lembrada, o que gerou a necessidade do autor fazer traduções de textos em inglês para o português. A primeira estratégia para viabilizar a pesquisa foi cercar o assunto com a literatura em português disponível e encaixar em trabalhos conceituais sobre imperialismo, Doutrina de Segurança Nacional, militarismo, entre outros. Esses assuntos encontraram vasta produção acadêmica e intelectual no cenário brasileiro. A segunda alternativa, que não excluiu a outra, foi recorrer às obras em língua estrangeira e aqui houve outra surpresa: aparentemente o assunto teve poucos trabalhos também no exterior.

Dos Estados Unidos, há três trabalhos exclusivamente voltados a decifrar o papel histórico da SOA, os quais auxiliaram e ajudaram com dados coletados nos EUA, e possibilitaram uma compreensão geral do cenário em que a escola estava localizada. O primeiro trabalho é o de um historiador da Universidade do Estado de Virgínia, Calr T. Fox Junior; no mesmo, a trajetória da Escola das Américas é apresentada como uma representação dos interesses da política externa dos Estados Unidos na América Latina. No trabalho intitulado “*The U.S. Army School of the Americas and U.S. National Interests in the 20th*

⁷ BAUER, Caroline Silveira. O papel dos historiadores nas garantias dos direitos à memória, à verdade e à justiça. Revista AEDOS, v. 5, n. 12, 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/40837>> Acesso em 18/11/2013

Century”, Fox, cruza dados e acontecimentos das administrações de presidentes estadunidenses entre as décadas de 40 a 90. Seu trabalho se constitui de três partes, no qual a primeira é relacionada a gênese da escola, como os conceitos de “Defesa do Hemisfério”. A segunda parte examina mais atentamente as questões sobre a relação entre contrainsurgência e o governo Kennedy, principalmente através de memorandos presidenciais. Esta parte foi de grande valia para o trabalho pois fornece importantes informações sobre investimentos financeiros e presença de alunos na escola. Finalmente, a terceira parte explora mais as questões sobre o deslocamento da sede da escola para o Estado da Geórgia nos EUA, a partir dos anos 80. Essa obra se apoia, especialmente, nas considerações de Martha Huggins no livro “Polícia e Política”⁸, na relação existente entre o treinamento que os Estados Unidos ministraram às Forças Armadas e policiais latino-americanos (desde a participação na II Guerra Mundial), configurada a partir da ótica da doutrinação política e ideológica visando garantir a segurança dos investimentos econômicos estadunidenses na região. A partir dessas premissas, Fox desenvolve a ideia que a escola era o “coração” das operações de contrainsurgência desenvolvida pela cabeça, os EUA⁹.

Outra obra que tornou possível a localização de mais dados históricos sobre a Escola das Américas, “*The U.S. Army School of the Americas: Mission and Policy during the Cold War*”, trabalho do também historiador David Marcus Lauderback, da Universidade do Texas da cidade de Austin. Sua obra possibilitou um maior contato com outros dados da trajetória da SOA. Lauderback reconhece a ausência de trabalhos sobre a SOA, considerando que “*A Escola das Américas, infelizmente, recebeu apenas tratamento tangencial na literatura de história diplomática e militar.*”¹⁰. Ele segue um caminho semelhante ao proposto neste trabalho, se utiliza de várias obras sobre as relações imperialistas dos EUA com a América Latina, (diferente de Fox que não usa a palavra “imperialismo”, preferindo sempre a expressão “política externa”). Lauderback utiliza-se do conceito de hegemonia de Antônio Gramsci para exemplificar como a ideologia de Segurança Nacional tomou conta das relações militares entre EUA e América Latina. Em relação aos anos 60, o trabalho apresenta um debate muito crítico sobre o papel imperialista dos EUA na região, as décadas de 50, 60 e 70 são o recorte temporal de sua análise.

⁸ HUGGINS, Martha Knisely. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo Cortez Editora, 1998.

⁹ FOX Jr., Carl Op. Cit. p. 30

¹⁰ Versão Original: “The School of the Americas, unfortunately, has received only tangential treatment in the diplomatic and military history literature.” LAUDERBACK, David Marcus; *The US Army School of the Americas [electronic resource]: mission and policy during the Cold War*. 2004. p. 25

Por último, em relação aos trabalhos de língua estrangeira, há a contribuição da antropóloga Lesley Gill, que através de entrevistas com protagonistas da história da SOA, conseguiu demarcar o papel dessa escola na história e memória de violações aos direitos humanos em países como Honduras, El Salvador, Bolívia e Panamá. A pesquisadora, no livro “Escuela de las Américas: entrenamiento militar, violencia política e impunidad en las Américas”, de 1999, faz em seu livro uma crítica da própria memória coletiva estadunidense sobre o papel do país na manutenção de seu imperialismo, o que resultou em terríveis consequências. A empreitada de Lesley Gill se dá através da memória de pessoas que tiveram suas vidas mudadas pela sanha intervencionista norte americana no continente. A antropóloga traz a questão: “¿Por qué nos odian?. Esta ingenua pregunta sugiere que nunca existió una pasada agresión de EE UU, o que si la hubo, no fue intencional. La pregunta apunta también la incapacidad de muchos estadounidenses de moverse más allá de las irremediables ideas provincianas que informan su visión de los pueblos del mundo”¹¹. Dentro desta proposta de reconhecer o papel dos EUA na América Latina, esta obra problematiza o micro e o macro, partindo do conceito de imperialismo norte-americano e o mal que causou, através da SOA.

Porém, cabe ressaltar que nenhum desses trabalhos partiu de uma análise exclusiva sobre os manuais; todos os autores reconheceram a existência desses documentos, porém optaram trabalhar com outras fontes. Os manuais analisados neste trabalho: “Guerra revolucionaria guerrillera e ideología comunista”, “Contrainteligencia” e os Manuais de “Interrogación” e “Manejo de Fuentes” estão disponíveis no sítio da internet da ONG SOA Watch, os mesmos foram usados para comprovar o envolvimento da escola com as ditaduras que ocorreram na América Central e na América do Sul no período de que trata esta pesquisa.

Tais fontes, manuais para cursos, tem peculiaridades por serem documentos de origem militar ou policial que visavam dar eficiência aos aparatos repressivos. Neste sentido o acesso aos manuais permite que ocorra o denominado “efeito bumerangue”, ou seja, fontes que antes serviam para a repressão, podem servir, em um contexto democrático, para denunciar aquelas práticas¹². Além desse objetivo, o documento de origem repressiva também necessita um “olhar” especial por parte do historiador, ao analisá-lo. Os documentos oriundos da repressão são de difícil acesso; também, quando se conseguiu documentos de acervos privados, há o medo da retaliação (acusações de difamação, explicar posse do documento,

¹¹ GILL, Lesley. Escuela de las Américas: entrenamiento militar, violencia política e impunidad en las Américas. 1º ed. Santiago Lom Ediciones; Cuatro Vientos 2005. p. 20

¹² BAUER, Caroline Silveira. Op. Cit. p. 15

etc.). Contudo, os manuais da SOA, popularizados em vários trabalhos, são de acesso público.

A ideia neste trabalho é fazer um “cruzamento” entre as fontes¹³ e a carga teórica sobre a DSN e o Imperialismo dos Estados Unidos, para acrescentar novas perspectivas ao debate da influência estadunidense nos países da América Latina. Por ser um trabalho de história do tempo presente, deve-se considerar que ainda há narrativas e memória em disputa, por isso, partir de documentos como os manuais concede ao trabalho a possibilidade de trazer a perspectiva de quem pensava a repressão, quem recebia tais conhecimentos e de que forma era visto “o outro” nos manuais.

Contanto, como relacionar tais manuais com a história da Escola das Américas? Para resolver tal problema, se escolheu alguns conceitos que poderiam ser achados em uma análise qualitativa desses manuais. Encontra-se pontos que se cruzam naturalmente na história do continente, no período estudado, com o conteúdo desses documentos, como a Doutrina de Segurança Nacional e as práticas imperialistas da superpotência capitalista. Também foram utilizados alguns conceitos, como o de “pentagonização” para explicar como os objetivos de um país hegemônico se disseminaram na região e interferiram nas Forças Armadas de outras nações.¹⁴ Estas relações envolvem os treinamentos de civis e militares por países imperialistas, como um método de garantir submissão das Forças Armadas aos interesses do país que concede o treinamento e doutrina.

Sobre a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), optou-se por utilizar autores de matizes diferente e também de recortes temporais diversificados. Os três primeiros autores publicaram seus livros nos anos 70 e, de certa forma, ajudaram a definir os entendimentos sobre a DSN. Um autor explicitamente althusseriano em sua análise crítica, Eliézer Rizzo Oliveira; um ideólogo da ditadura, José Amaral Gurgel (que tenta justificar a DSN sob um ponto de vista mais acadêmico); um autor cânone no assunto, Joseh Comblin, referência sobre os estudos dessa doutrina e que aponta como foi estruturada e adaptada em cada situação concreta. Há espaço, também, para dois autores mais atuais, Enrique Padrós e Nilson Borges, que reavaliam o papel da doutrina nos regimes ditatoriais, principalmente Uruguai, Argentina e Brasil. Há que lembrar que o maior ideólogo e adepto, da DSN no Brasil foi o General Golbery do Couto e Silva¹⁵.

¹³ FERNANDES, Ananda Simões. Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

¹⁴ PADRÓS, Henrique Serra Padrós. As escolas militares dos Estados Unidos e a pentagonização das forças armadas da América Latina. Revista Outros Tempos, v. 1, 2007. p. 17.

¹⁵ FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de

Para o tema do Imperialismo dos EUA, é importante lembrar que é um debate bastante complexo por causa da diversidade de autores e análises. Desde as primeiras incursões de Lênin sobre o Imperialismo, há uma grande tradição da esquerda ligada ao marxismo em teorizar a expansão capitalista dos países com altos níveis de industrialização.

A Escola das Américas substancialmente, também faz parte desta condição imperialista estadunidense, já que está baseada em um território de avançada economia e militar dos EUA sobre a região (expressão concreta da expansão desse país na América Latina). Para estas questões envolvendo a dinâmica do imperialismo dos EUA há dois autores essenciais neste trabalho. O primeiro é Harry Magdoff, que associa o conceito de imperialismo com o de militarismo, o que serve para fazer a conexão entre Escola das Américas e imperialismo. Para Magdoff:

O salto dado no pós-guerra na construção do império e a transição da sociedade americana para o militarismo franco e declarado estão associados a dois fenômenos: 1) o desejo de opor-se às nações socialistas, reprimi-las e derrotar os movimentos nacionais que tivessem por objetivo libertar países subdesenvolvidos da dependência da rede imperialista; e 2) a ampliação do poder nacional para preencher “vácuos deixados pelo declínio da influência europeia ocidental e nipônica na Ásia e América Latina”.¹⁶

Magdoff caracteriza o imperialismo do século XX como um “Imperialismo sem colônias”, no qual o capitalismo se expande, não por causa do comércio, mas por causa do capital financeiro excedente e também por causa da busca de mercados, sujeitando países subdesenvolvidos ao jugo imperialista. A expansão passa por fases, mercados por fatores como Pressão do Capital Excedente, Taxa Declinante de Lucro, Monopólio e Investimento no Exterior. Neste âmbito, é possível interligar a Escola das Américas em um contexto de expansão do Capital Financeiro de empresas estadunidenses em direção aos países que acolhiam investimentos econômicos de grandes capitalistas. A proteção desses interesses levará à necessidade de expressão da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e das suas orientações. Outra perspectiva sobre o imperialismo, é a da obra de Octávio Ianni, notável pesquisador brasileiro, que relacionou as nuances sobre a forma como os EUA arranjaram para manter sua política de boa vizinhança, hora com intervenções diretas, ora com intervenções indiretas. Estas elucidações, entre outras, estão presentes no livro “Imperialismo

Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. Antíteses, Londrina, vol. 2, n. 4, p. 831-856, 2009.

¹⁶ MAGDOFF, Harry. A era do imperialismo: a economia da política externa dos Estados Unidos. São Paulo. Hucitec, 1978. p. 169

na América Latina”, publicado em 1974, livro em diversas partes fica evidente o otimismo do autor para com as possibilidades do governo de Allende (o livro fora desenvolvido antes do golpe de 1973), contanto visualizava as intenções dos EUA em garantir ainda mais sua hegemonia no continente¹⁷. Os apontamentos de Ianni ajudaram entender o porquê da SOA ter um papel fundamental no imperialismo estadunidense no hemisférico ocidental.

Outro conceito-chave para avaliar a relação da SOA com a realidade histórica que se apresentou no continente latino-americano é o de “pentagonização”, principalmente nas considerações de Enrique Serra Padrós, qual é mostrado a evolução deste conceito até a ideia de padronização das Forças Armadas na América Latina aos moldes que os Estados Unidos planejavam. Este conceito possibilitou relacionar as práticas e estratégias da SOA com a realidade política estratégia dos EUA para com os países da região que enviaram civis e militares àquela instituição.

Para organização do trabalho, se dividiu em três capítulos. No primeiro, é recuperado a trajetória da SOA desde sua criação nos anos 40, a relação dela com a visão de defesa hemisférica dos EUA naquele período. Por ser um tema novo, necessitou-se fazer um capítulo de contextualização pelo fato de não haver nenhum trabalho sobre a SOA, por isso fatos históricos que tiveram impacto na escola como a questão do canal do Panamá, questões políticas estadunidenses ou a Revolução Cubana (elemento central, que ocasiona uma mudança paradigmática na história da SOA), são revisitados para entender como aquela instituição tomou forma. Ainda em seu fim, é apreciada uma revisão teórica sobre a Doutrina de Segurança Nacional. Esta definição foi importante para se ter uma delimitação teórica do que se poderia encontrar nos manuais.

No segundo capítulo, são colocados em questão apreciações sobre o imperialismo norte-americano do século XX e sua relação com a história da SOA. Também se avalia a utilização do conceito de “pentagonização”, como estratégia adotada conscientemente pelos EUA para garantir que além de contar com seu poderio militar para casos de intervenção, também as Forças Armadas de países aliados tivessem o conhecimento da doutrina e de técnicas desenvolvidas nas universidades e escolas superiores de guerra estadunidenses na batalha contra o comunismo e para assegurar que nenhum distúrbio social local colocasse em risco os seus investimentos financeiros. Por último, é mais uma vez enfatizada a história da SOA, porém agora a partir dos anos 60 (pós-Revolução Cubana) e como a trajetória da escola

¹⁷ IANNI, Octavio. *Imperialismo na América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.

se relaciona com a DSN e a “resposta flexível.”

No terceiro capítulo são feitas análises sobre os manuais já citados, buscando trazer todo aporte teórico acumulado desde o início do trabalho para extrair a relação entre SOA e a DSN na América Latina. São quatro manuais analisados, cada um com sua característica. O manual “*Guerra revolucionaria guerrillera e ideología comunista*” traz formulações sobre quem é o inimigo a ser combatido; o segundo, “*Contra-inteligencia*”, além de trazer mais informações (de forte perspectiva ideológica da DSN) sobre o inimigo, sintetiza o pensamento, as motivações ideológicas dos “insurgentes” (as correntes de pensamento oriundas do marxismo são os alvos principais); por último, optou-se por trabalhar com dois manuais ao mesmo tempo, “*Manuais de Interrogación*” e “*Manejo de Fuentes*”, por apresentarem temáticas semelhantes, técnicas para obtenção de informações, e que se não resultaram em terríveis experiências para as pessoas que foram a “fonte” ou a “interrogada”, mostra quais eram os objetivos de certos cursos da SOA.

1. A INFAME ACADEMIA NO CAMINHO DA SEGURANÇA NACIONAL.

Em 1946, na surdina da II Guerra Mundial, surgia a SOA (de agora em diante) dentro da ideia que se desenvolveu nos Estados Unidos sobre a defesa da sociedade capitalista dos interesses do “perigo comunista”. Porém, para que se possa chegar na criação da SOA, é preciso fazer um traçado da influência imperialista da superpotência da América do Norte na América Central, no Panamá para ser mais exato, que data do século XIX.

A própria independência panamenha está ligada aos interesses do grande capital financeiro estadunidense, no intuito de conseguir aumentar seu poder de circulação de mercadorias pelo mundo. Para isso se tentou, de todas as formas possíveis, conseguir um caminho que torne desnecessário atravessar o território dos EUA, de costa a costa diminuindo seus gastos logísticos. Logo, a região do istmo panamenho se tornara muito tentadora para a política expansionista norte-americana.

Há também de se considerar, neste capítulo, os primeiros passos da SOA após o fim do grande embate bélico que acontecera na Europa nos anos 40, mostrando qual foi o papel inicial da Escola num contexto onde a Guerra Fria ainda estava longe dos holofotes públicos.

Com a radicalização da Revolução Cubana, as “desavenças” entre EUA e URSS fizeram com que as estratégias estadunidenses se modificassem significativamente, partindo para a ideia do confronto do inimigo interno. Ou seja, agora o comunismo não está só do outro lado do globo, como também está dentro do continente americano. A Segurança Nacional ganhou maior atenção a medida que a Escola das Américas sofria mudanças em função da nova forma de combate aperfeiçoada de acordo com as necessidades dos EUA em relação a disputa político-ideológica e econômica com a URSS.

Dessa forma, este capítulo se dedica a traçar um contexto que influencia a SOA em sua história, como também inicia o cruzamento da experiência de Doutrina de Segurança Nacional com a radicalização de movimentos insurgentes em vários países Latino-americanos.

1.1 – A ORIGEM DA ESCOLA E O CONTEXTO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.

1.1.1 – A Zona do Canal, a Doutrina Monroe, o Panamá. O que havia antes da Escola?

O Canal do Panamá¹⁸ foi resultado direto da expansão imperialista dos EUA no século XIX, portanto a origem da Escola das Américas está, de alguma forma ligada ao imperialismo estadunidense¹⁹. De acordo com David Marcus Lauderback, as primeiras bases militares começam a surgir na década de 20, com o Forte Amador²⁰. Porém, apenas em 1938, com a II Guerra Mundial quase iniciando na Europa, os Estados Unidos decidem investir em mais fortificações na região do Canal, e nessa expansão também se oferece treinamentos para militares que tivessem que guerrear em condições naturais parecidas com aquelas do Panamá. O Forte Albrook é construído dentro deste contexto. A Zona do Canal cada vez mais agregava um caráter militar a região.

Com o avançar da Guerra na Europa e uma iminente participação estadunidense nela, a Zona torna-se um ponto muito importante para a posição estratégica dos Estados Unidos perante o Japão e a Alemanha (as duas potências militares de fato do Eixo²¹). Consequentemente, é lançado o “Caribbean Defense Command” (Comando de Defesa do Caribe), voltado para o treinamento de militares especialista em lutas em territórios tropicais, porém os treinamentos só aconteciam em períodos secos, para evitar doenças como a malária. Aí está a gênese da SOA.

No mapa que se segue, é possível visualizar a área que era considerado de jurisdição do Comando de Divisão Caribenha:

¹⁸ Nota do autor: A Zona do Canal foi criada no dia 18 de Novembro de 1903, fruto do Tratado *Hay – Bunau Varilla*. A Zona tornara-se uma região de influência e administrada pelos Estados Unidos, totalmente independente do Panamá. A Zona do Canal participará do incrível crescimento econômico dos Estados Unidos no século XX. Até a chegada dos anos 20, o istmo terá um uso muito mais logístico voltado para a economia exportadora dos EUA do que para usos bélicos. Para ver mais: VEGA, Renán; JÁUREGUI, Sandra; ORTIZ, L. El Panamá colombiano en la repartición imperialista (1848-1903). Reconstrucción histórica a partir de las fuentes diplomáticas de Francia. Ediciones Pensamiento Crítico, Bogotá, 2003. p. 189

¹⁹ SCHILLING, Voltaire. Estados Unidos x América Latina: as etapas da dominação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. p.17

²⁰ LAUDERBACK, David Marcus; The US Army School of the Americas [electronic resource]: mission and policy during the Cold War. Austin. 2004. University of Texas p. 69.

²¹ HOBBSAWN, Eric. A era dos extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 504.



Mapa 1 : Divisões das Áreas militares dos EUA entre os anos de 1942 e 1945

Fonte: adaptado de: FOX Jr., Carl T. "The U.S. Army School of the Americas and U.S National Interests in the 20th Century". Thesis for the degree of Master of History, Faculty of Virginia Polytechnic and State University. Blacksburg, Virginia. 2001.

Dentro do espírito de defesa do hemisfério, cada vez mais presente na lógica dos EUA na II Guerra Mundial, militares de países aliados aos EUA passaram a ser convidados para participar dos treinamentos de guerra na selva no Panamá, sendo os primeiros militares panamenhos e militares da Guatamela²². Aos poucos, outros países como o Brasil, foram convidados a enviar militares ao treinamento militar na Zona do Canal, para um eventual ataque do Eixo àquela região.

A cooperação militar entre os países aliados latino-americanos e os Estados Unidos tomou contornos oficiais com a Junta Interamericana de Defesa, em 1942. Tal Junta o objetivou uma relação mais estreita entre os militares de todo o continente, dispostos a cooperarem na defesa do hemisfério, de acordo com os interesses dos EUA, é claro.

Até 1943, os treinamentos procuravam dar uma experiência militar no Panamá. A

²² LAUDERBACK, David Marcus. Op. cit. p. 66.

chegada do general Brett consolidou o entendimento do Departamento de Defesa dos EUA de ver como benéfico o treinamento de oficiais latino-americanos no “Caribbean Defense Command”, e na “Air School of Fort Albrook” (Escola Aérea do Forte Albrook)²³.

O general Brett pode ser considerado o responsável pela ideia de abrir uma escola militar voltada para militares e civis latino-americanos, pois desde 1943 encabeçava um grande lobby, junto com outros generais, para que o Pentágono cobrisse as despesas do treinamento. Ajuda que em 1946 o “Latin American Training Center” (Centro de Treinamento Latino Americano) abriu suas portas oficialmente no Fort Amador, pois havia uma necessidade de separar os treinamentos dados às forças aéreas e às forças terrestres.

A grande parte dos treinamentos dados as forças tarefas, estava dentro da lógica de um grande combate, por isso a grande maioria dos treinamentos eram para a habilitação, principalmente, de manuseio de arsenal pesado, como tanques e armas antiaéreas.

Com o fim da II Guerra Mundial e a Guerra Fria iniciando-se, os EUA tomaram a dianteira em assegurar tratados que lhe assegurassem a aliança de países da América Latina, como também que lhe dessem privilégios na disputa pelo domínio econômico dos países do continente. Primeiramente com a Conferência de Chapultepec no México, onde foram programados mais outros encontros que deram origem ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em 1947, e a Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948. O TIAR, mais conhecido por Pacto do Rio (por ter sido assinado na cidade do Rio de Janeiro em 1947) – na Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e da Segurança Continental – garantiu condições muito benéficas para os Estados Unidos. O tratado colocava como imperativo que qualquer agressão aos países do acordo seria percebido como uma agressão contra todos os outros. Mas, se o mesmo fosse entre dois países do continente os Estados Unidos poderiam intervir de acordo com seus interesses, com o aporte logístico e militar de outros países. Era a política imperialista estadunidense fortalecendo seus laços de domínio sobre os países americanos²⁴.

No dia 1º de novembro de 1947, o nome do Comando de Defesa do Caribe mudava para “U.S. Army Caribbean Command” (Comando do Caribe do Exército dos Estados Unidos), retirando a palavra “Defend” (defesa), mostrando que a antiga forma de organização era inadequada para a guerra que se aproximava com a U.R.S.S..

Em fevereiro de 1949, todos os serviços de treinamento militar para estrangeiros na

²³ GILL, Lesley. Op. Cit. p 44

²⁴ FOX Jr., Carl T. Op. Cit. p. 25.

Zona do Canal passaram a se localizar no Forte Gullick, antiga base antiaérea, que fica na parte do canal que se encontra com o Oceano Atlântico. O Forte Gullick abrangia uma estrutura parecida com uma cidade militar, pois mantinha hospitais e bases militares que se interligavam. Em 1949, contanto, o número de militares de países do subcontinente latino-americano que seriam treinados ainda era inferior aos de estadunidenses. Foram um total de 743 norte-americanos para 195 latino-americanos:

A escola serviu muito mais há alguns países que outros. Argentina, Brasil, México tomaram parte do treinamento dado na Escola da U.S. Army Caribbean Command (Comando do Caribe do Exército dos Estados Unidos). Eles não faziam com muita frequência. Argentina, Brasil, e Mexico, com Uruguai, Chile, e o Peru, todos tinham respeitadas academias e colégios militares. Os militares dessas nações foram agraciados com missões militares dos Estados Unidos em seus países como pessoal das Forças Armadas estadunidenses. E os Latinos-Americanos valorizavam muito mais outras instituições, como a Escola de Guerra Naval (Naval War College), a Escola de Guerra do Exército (Army War College) e a Escola Maior de Generais e de Comando (Command and General Staff College).²⁵

Até 1956, os cursos dados para os militares na USARCARIB (U.S. Army Caribbean Command) eram focada em treinamentos para a guerra de defesa do hemisfério ainda que de acordo com Davis Lauderback, eram os seguintes: ““wheel vehicle mechanic,” “engineer,” “infantry,” “weapons,” “communications officer and chief,” “radio maintenance,” “tactics,” and “military police”” (mecânica de veículos, engenharia, infantaria, artilharia, comunicação para oficiais, manutenção de rádios, táticas e polícia militar).²⁶ Tendo um detalhe muito interessante, até esse ano, o inglês ainda era a língua predominante do curso. A ideia do curso ainda era mais uma questão de diplomacia de boa vizinhança do que um treinamento voltado para alguma doutrina em especial.

Foi neste período da Escola que algumas mudanças significativas foram colocadas em prática, levadas em frente pelo coronel Taylor. A língua oficial do curso tornara-se o Espanhol, e alguns dos militares da USARCARIB, demonstravam a mudança no pensamento sobre os treinamentos dados para os latino-americanos, como a fala do General W. K.

²⁵ Texto Original: But, the school served some countries much more só than others. Argentina, Brazil, and Mexico did take part in training at the USARCARIB School. They just did not do so very often. Argentina, Brazil, and Mexico, along with Uruguay, Chile, and Peru, all had respected military academies and colleges. The military from these nations welcomed U.S. military missions to their countries and U.S. armed forces personnel as instructors at their service schools. Latin Americans prized slots at the important U.S. service institutions, such as the Naval War College, the Army War College, the Command and General Staff College. (LAUDERBACK, David Marcus; The US Army School of the Americas [electronic resource]: mission and policy during the Cold War. 2004, p. 66)

²⁶ Idem. p. 94

Harrison :

Em nações latino-americanas, a estabilidade do governo é determinada em grande parte pela lealdade, eficiência e orientação das Forças Armadas. Essa condição aponta para a necessidade urgente de formação adequada do pessoal selecionados a partir dos “Tri-Serviços” de cada país, nos princípios de inteligência e contra-inteligência, para garantir a máxima possível proteção contra a infiltração de comunistas e outros elementos subversivos.²⁷

Assim, o caráter da Escola dava sinais de mudanças programáticas em relação a suas funções dos anos anteriores. Porém, suas funções principais era a formação de oficiais voltadas para armamento pesado e manutenção de equipamentos. Na década de 50, além desse viés, os treinamentos de infantaria fora ampliado na escola. Como as escolas militares que ficavam nos EUA exigiam o conhecimento de inglês para fazer o curso, a USARCARIB era uma opção ao militar que soubesse a língua espanhola e assim pudesse cumprir a demanda. Enquanto isso, a quantidade de militares de países latino-americanos vai aumentando em grande quantidade no final dos anos 50.

Assim, estas atividades entram nos pontos que João Roberto Martisn Filho traz sobre o sistema de ajuda militar da época:

1) missões militares americanas em dezoito países, com quinhentos e cinquenta e oito assessores das três forças²⁸; 2) cerca de oitocentos oficiais americanos na América Latina (sem contar os militares estacionados no Panamá); 3) intenso treinamento de oficiais do Sul em bases no Panamá e nos EUA; 4) amplas vendas de material militar, a vista ou a crédito; 5) visitas regulares aos EUA por parte de oficiais latino-americanos; e 6) um comando unificado americano para a América Latina, estabelecido na Zona do Canal: o SOUTHCOM.²⁹

Com o envolvimento dos EUA em conflitos pelo globo, na disputa da hegemonia sobre o planeta com a URSS, antes da metade da década de 50, muito pouco era o investimento na Escola, como também em armamentos aos países da América Latina. A principal intenção era “duas tarefas centrais: a contribuição à defesa externa do hemisfério e a

²⁷ Texto Original: “In Latin American nations, government stability is determined largely by the loyalty, efficiency, and orientation of the armed forces. This condition points to the urgent need for proper training of selected personnel from the Tri-Services of each country, in the principles of intelligence and counterintelligence, to insure maximum possible protection from the infiltration of Communists and other subversive elements.” (LAUDERBACK, David Marcus; *The US Army School of the Americas [electronic resource]: mission and policy during the Cold War*. 2004, pp. 105-106)

²⁸ O Exército tinha missões em todos os países da região exceto Argentina e Haiti; a Marinha, em todas as nações com uma força naval; a Força Aérea apenas não tinha assessores na Costa Rica e República Dominicana.

²⁹ MARTINS FILHO, João Roberto. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição. *Revista de sociologia e política da Universidade Federal do Paraná*, v. 12, n. 12, p. 67-82, 1999. p. 69.

manutenção da ordem interna, de modo a prevenir situações que pudessem desviar os Estados Unidos de suas áreas de interesse estratégico prioritário.”³⁰. Porém, a contrainsurgência e o anticomunismo eram palavras que iriam ser incorporados ao discurso estadunidense; e com a Revolução Cubana, a situação modificou-se radicalmente nas questões militares do Caribe. O inimigo chegara perto demais; era a hora de estratégias diferentes para combater o comunismo, que agora estava demasiadamente próximo.

1.2 – REVOLUÇÃO CUBANA E A MUDANÇA DE ESTRATÉGIA ESTADUNINDESES PARA O CONTINENTE.

A revolução cubana transcende a Cuba e ao Caribe: ela colocou as Américas no próprio circuito de formação, difusão e expansão de um novo tipo de civilização. Representa, para todas as Américas, a conquista de um patamar histórico-cultural que parecia nebuloso ou improvável e, para a América Latina, em particular, a evidência de que existem alternativas socialistas para a construção de uma sociedade nova no Novo Mundo.³¹

1959 é um ano emblemático para a história do século XX na América Latina. Foi neste período que aconteceu um dos movimentos que mais encheu de esperança a grande maioria dos movimentos sociais de esquerda, que visavam romper com a lógica capitalista do continente. Porém, também causou furor, ódio e medo dos setores mais conservadores, principalmente ligados ao grande capital financeiro, aos estamentos militares e ao espectro político da direita. A Revolução Cubana acontecia fruto da derrubada de Fulgêncio Batista, representante das oligarquias da ilha e também aliado de causas estrangeiras em Cuba. José Martí ao alertar, ainda no século XIX, que após a primeira independência em 1898, ainda faltaria o dia que sua nação se libertasse de um grilhão muito maior: os Estados Unidos.³²

Inicialmente a derrubada de Fulgêncio Batista fora comemorada em todo continente, e até nos Estado Unidos (lembrando que o governo de Eisenhower fornecia aparato militar para os contrarrevolucionários de Batista e até bombardeara as florestas da guerrilha), via semelhança no movimento político encabeçado pelos guerrilheiros de Fidel, Guevara, Raul e outros, com os rompimentos com as oligarquias da América Latina, que aconteciam desde 1930 como no Brasil com Vargas e na Argentina com Perón. Porém, a Revolução tomou

³⁰ Idem. p. 70

³¹ FERNANDES, Florestan. Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana. São Paulo. TAQ, 1979. p. 56

³² Idem. p.25.

caminhos mais radicais, atacou a propriedade privada, e o capital estrangeiro³³, onde causaria a apreensão de vários governos da América Latina. Para se fazer um comparação, no Brasil, o haitianismo³⁴ ainda ecoava no imaginário das elites, e por isso a mudança brusca na ilha do caribe despertava desconforto em vários setores da sociedade brasileira, como o caso dos militares. A situação ficava cada vez mais tensa no continente, pois para os Estados Unidos, a ilha era um perigoso exemplo de rompimento com o poder imperialista, e como fora feito com o governo de Jacob Árbenz na Guatemala em 1954 ao tentar realizar uma reforma agrária que atingiria a infame *United Fruit Company*³⁵, a necessidade de movimentar uma contrarrevolução era visto como algo vital pela administração de Eisenhower. O primeiro golpe realizado pela CIA, em 1954³⁶, fora um sucesso na Guatemala; em Cuba se esperava o mesmo resultado. A pressão de vários setores da sociedade estadunidense sobre a Casa Branca em Washington, para que se tomasse medidas mais enérgicas cresciam ainda mais; com as eleições, o candidato que levasse a eleição, teria em suas costas a missão de “enquadrar” a Cuba comunista.

Em 1960, com a escalada de Kennedy na apertada eleição contra Richard Nixon, a mudança dos Estados Unidos já era esperada. A política interna do “New Frontier” de Kennedy se iniciava, abrindo espaço para debates sobre liberdades civis, principalmente sobre a condição da população negra e a dos direitos das mulheres. Porém, no plano da política exterior, as estratégias eram bastante agressivas, particularmente diante do objetivo de frear a expansão de projetos políticos relacionados ao comunismo ou a insurgência de movimentos

³³ SADER, Emir. A revolução cubana. São Paulo: Página Aberta, 1992.

³⁴ O haitianismo é uma expressão adotada para justificar o medo que as elites de países da América Latina tinham ainda no século XIX perante a situação que ocorrera no Haiti, onde as elites brancas foram exterminadas pelos negros e mulatos no processo de independência em 1804. Para as elites era o sinal do caos. Cuba estaria numa lógica semelhante no século XX, porém em vez de negros libertos, era os comunistas. Para um maior entendimento sobre o assunto ver EL YOUSSEF, Alain. Haitianismo em perspectiva comparativa: Brasil e Cuba (sécs. XVIII-XIX), 4º Evento Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. 2009. Curitiba: p.1-29. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/alainelyoussef.pdf>> Acesso em 10/10/2013

³⁵ Multinacional dos Estados Unidos, que se destacou na produção e comércio de frutas tropicais. Sua história está relacionada à constantes episódios polêmicos na história da América Latina, como no Massacre das Bananeiras na Colômbia em 1928, na questão da reforma agrária em 1954 na Guatemala (que culminou num Golpe de Estado) como também em Cuba em 1959, ao ser expropriada por Fidel Castro. Em 1969 fora comprada por George W. Bush (o pai), e mudou sua razão social para *Chuquita Brands*, nome que mantém até os dias de hoje. Para saber mais, ver em: “MARQUETTO, Stéfano Rahmeier. United Fruit Company: poder e influência na América Latina. 2010.” Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28378/000770884.pdf?sequence=1>> Acesso em 15/10/2013

³⁶ AVILA, Carlos Federico Domínguez. Guerra Fria na América Latina: Olhares brasileiros sobre a queda de Jacobo Arbenz e a contrarrevolução na Guatemala (1954). Rio de Janeiro .Revista Contemporânea - Dossiê Nuestra América UFF. Ano2., nº2. 2012. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/07.Carlos_Dominguez.pdf> Acesso em 15/10/2013

sociais que poderiam destabilizar as economias de países aliados ao bloco capitalista. Era necessário um plano de ação para cada região do globo em que os Estados Unidos tivessem investimentos e interesse estratégico.

A assinatura de acordos comerciais em 1960 entre a URSS e Cuba (por causa do embargo econômico) a ilha era o limite tolerável para os Estados Unidos em relação ao reconhecimento do que esta entedia ser provocação e ameaça cubana. Alguma atitude tinha que ser tomada. O episódio da Bahia dos Porcos foi a resposta dos estadunidenses à Revolução Cubana e aos acordos com Moscou; porém a tentativa de invasão e golpe dera totalmente errado, gerando desgaste político e levantando questionamentos sobre os gastos militares do país com operações deste tipo, de intervenção militar direta. Houve certo desgaste na administração de Kennedy, ocasionado pelo fracasso da operação (lembrando que a operação era pensada desde Eisenhower), entretanto para os EUA, era necessário intensificar o combate ao comunismo na região, pois o inimigo estava penetrando na região

A Escola das Américas e sua história conectam-se a esse momento de uma forma muito mais intensa, e pode-se colocar como um divisor de águas a Revolução Cubana, pois a partir desse momento foram modificados os objetivos da SOA, juntamente da política externa norte-americana. Um fato interessante é a comparação dos investimentos militares realizados em cada continente no pós-II Guerra Mundial: entre os anos de 1950 a 1959, a Europa recebera 50%; o Extremo Oriente 23%; o Oriente Próximo, Sul da Ásia e África 14%; e a América Latina 1%. A partir de 1957, os gastos com a Ásia sobem até atingir 70% em 1962³⁷. Até a Revolução Cubana, a América Latina era considerada uma região muito periférica e secundária, e por isso seu mercado era abastecido com equipamentos bélicos ultrapassados, sucata da grande guerra, como forma de se livrar dos armamentos usados na II Guerra Mundial.

Enquanto Kennedy articulava no congresso novas estratégias para combater os pontos que considerava críticos para a manutenção do poder norte-americano, um de seus “discípulos”, o professor universitário Walt Rostow, chefe do escritório de planejamento do Departamento de Estado alertava para a estratégia do governo de Nikita Krushev na URSS que apostava nas guerras de libertação nacional como novo fator da dinâmica internacional³⁸. Era necessário uma mudança na forma de enfrentar as instabilidades internas dos países periféricos do bloco capitalista. A contrainsurgência começava a dar os primeiros sinais mais

³⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. Op. Cit. p. 72.

³⁸ Idem. p. 74.

nítidos.

Neste processo de reavaliação da situação latino-americana começa a mudar o perfil dos apetrechos militares enviados à região como constara Martins Filho. Segundo ele, enormes tanques, navios de guerra e aeronaves de alto desempenho passa-se à oferta de caminhões, blindados leves e material para patrulha³⁹. Os armamentos acompanharam as mudanças de formas de treinamento, como o caso de policiamento ostensivo e também os batalhões voltadas para contenção de distúrbios:

“O custo total de uma companhia de controle de tumultos com duzentos e vinte e cinco homens, totalmente equipada com mochilas pessoais, gás lacrimogêneo, cassetetes, armas de mão e um carro-tanque para dispersar multidões com tinta indelével chega a apenas US\$ cinquenta e oito mil dólares”⁴⁰

Toda modificação no plano militar era acompanhada de programas econômicos, associados aos meios de comunicação e à utilização de propaganda nos anos 60, desenvolvida pelos Estados Unidos para conquistar “corações e mentes” na disputa política e ideológica com a URSS.⁴¹ Cada continente do planeta recebeu atenção de algum programa estadunidense que envolvia altas quantidades de dólares; tudo que a administração Kenedy queria era fazer com que os países periféricos do Bloco Capitalista interagissem com esses programas e evitassem o contato com os soviéticos. O “Grande Projeto” na Europa para reconstruí-la, o programa “Nova África”, a continuação do projeto de refortalecimento do Japão no pacífico (para ser o contraponto da China) e a “Aliança para o Progresso” para o continente americano foram exemplos disso.⁴²

Assim, pode-se chegar a conclusão de que, neste período, a mudança de prioridades e estratégias dos Estados Unidos para manter a estabilidade dos países da América Latina, toma outro rumo com a Revolução Cubana, pois o inimigo começa a se manifestar próximo demais e está “infiltrado” no território de aliados do continente. A difusão da DSN e apoio militar dado aos governos aliados latino-americanos, com o objetivo de pôr em prática a “contra-insurreição”, serão a respostas escolhidas.

³⁹ Idem. p. 75.

⁴⁰ RABE, S. 1988. Eisenhower & Latin America: The Foreign Policy of Anti-Communism. Chapel Hill, The University of North Carolina Press. pp. 118 Apud MARTINS FILHO, João Roberto. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição. Revista de sociologia e política da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, v. 12, n. 12, p. 67-82, 1999.

⁴¹ KATCHATUROV. K. A. A expansão ideológica dos EUA na América Latina: doutrinas, formas e métodos da propaganda dos EUA. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1980. p. 26

⁴² MARTINS FLHO. Op. Cit. Pág. 67.

1.3 – A CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ANTICOMUNISTA, ATRAVÉS DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL.

A Revolução Cubana e a Guerra Fria em curso modificaram todo o panorama político do continente americano; encabeçado pelo líder Estado Unidos, as transformações que ocorrerem no embate entre o “Mundo Livre” e o “Comunismo”, tornam-se a tônica de discursos e políticas de enfrentamento do lado Ocidental, diante da ameaça de sublevações em nas regiões periféricas do Bloco Capitalista.

Na origem das ditaduras latino-americanas de Segurança Nacional (SN), situam-se dois fatores geradores de inúmeros desdobramentos e que nas suas possibilidades de combinação constituem elementos elucidativos para a compreensão dessas experiências. De um lado, o fator repressivo de tais sistemas decorreu da pressão exercida pelo Capital internacional e pelas elites locais, para a imposição de um novo modelo de acumulação. Por outro, os regimes de Segurança Nacional resultaram da radicalização das contradições de classe e do avanço de projetos reformistas ou revolucionários, principalmente, a partir da vitória da Revolução Cubana.⁴³

A Escola das Américas, antes um instrumento que auxiliava as Forças Armadas dos países aliados do Bloco Capitalista para um combate internacional pela sobrevivência da cultura Ocidental⁴⁴, modifica-se com o que Joseph Comblin chamará de “internalização” do combate contra o comunismo em detrimento da proposta anterior, de uma guerra externa e direta⁴⁵.

Neste contexto (entre os anos 50 e 60 do século XX) se modelará a Doutrina de Segurança Nacional, ideologia utilizada pelas elites políticas, militares e econômicas de vários países aliados aos Estados Unidos, para combater as sublevações sociais, ligadas ou não aos ideais marxistas, e manter estável o desenvolvimento capitalista do país.

No Brasil diversos autores contribuíram com o pensamento da Doutrina de Segurança Nacional.

José Comblin um dos maiores analistas da doutrina, no Brasil, não se atém a um estudo mais detido de caso sobre a DSN na América Latina – ligado ao fato que o padre era ligado a corrente da Teologia da Libertação, e por tal situação, era visado pelas forças

⁴³ PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. 875 f. 2 v. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 2005. Tese de Doutorado–Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. pág. 52

⁴⁴ SILVA, Golbery do Couto e. Planejamento estratégico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

⁴⁵ COMBLIN, Joseph. A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978

repressivas de alguns países, como o Brasil – desenvolve uma avaliação panorâmica. A sua interpretação foi realizada durante um período de grande repressão no continente latino-americano, o que certamente colocou algumas limitações nos casos particulares. Mesmo assim, trata-se de um estudo pioneiro que não pode ser menosprezado.

Outro autor que se destaca, é José Amaral Gurgel, um intelectual que buscou, após o período mais tenebroso da ditadura brasileira (os “Anos de Chumbo”) definir o que era a DSN no intuito de disseminá-la e torná-la mais compreensível para outros setores da sociedade, como ele mesmo discorre na introdução do livro “Segurança e Democracia: uma reflexão política”, de 1975.

Ainda há mais autores que contribuem para este subcapítulo. Primeiramente Eliezer de Oliveira, que se utiliza do conceito de “Aparelho Ideológico do Estado” de Louis Althusser para analisar o papel da Escola Superior de Guerra (ESG) e a DSN no período dos governos Castelo Branco (1964 a 1967) e Costa Silva (1967 a 1969); este pesquisador escreveu a obra “As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)”, em 1978, período de reabertura política no Brasil, o que lhe permitiu maior liberdade para realizar uma análise mais incisiva sobre os anos iniciais da ditadura e sobre a doutrina.

Nilson Borges também contribui no debate sobre a doutrina. Interessa ressaltar a ideia do autor sobre a forma como a DSN vê a legitimação do poder do Estado e sua relação com a população:

Para a Doutrina de Segurança Nacional, o inimigo e o ato de agressão não são considerados como provenientes do povo, pois o povo não é simplesmente formado pela população do país; ao contrário, ela faz parte da população que tem uma noção correta da problemática que determina os objetivos nacionais. A obtenção da consciência política, portanto, depende do nível político e socioeconômico do povo, de sorte que a sua participação no poder deve ser determinada pelo grau de cultura política. Daí por que, para a Doutrina, a legitimidade do poder não emana e não depende de uma eleição popular. Assim, a legitimidade baseada somente na legalidade formal não é suficiente e nem assegura o pleno exercício da autoridade.⁴⁶

Logo, se percebe a forma como será encarada a participação popular em governos sobre a égide da DSN e conclui:

Os fatores internos adversos são considerados como forças antagonistas, que devem ser eliminadas militarmente quando adquirem a forma de uma oposição ativa aos atos do governo. Ora, não resta a menor dúvida de que a Doutrina põe em risco a defesa do Direitos Humanos, pois exclui os princípios mínimos da cidadania. [...]

⁴⁶ BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 15.

Todos os cidadãos são suspeitos e considerados culpados até que provarem sua inocência.⁴⁷

Por último, a contribuição de Enrique Serra Padrós, que se debruçou sobre as situações autoritárias de vários países latino-americanos no período de 1950 a 1960, e as conexões repressoras que transcendiam fronteiras, para ser mais específico: a Operação Condor. Ou seja, a Doutrina é um assunto constantemente presente em suas pesquisas. Resumidamente, pode-se trazer sua colaboração nas discussões sobre o caráter de conciliação de classes que a DSN toma, evitando enxergar a sociedade através da luta de classes e seus antagonismos⁴⁸. Nesta interpretação de mundo, “*a sociedade se dilui numa Nação*”⁴⁹ e tudo que há nela (território, Estado e comunidade) se torna alvo de defesa do interesses nacionais. No contexto de Guerra Fria, o inimigo possui “*ideologias estranhas*”⁵⁰ que ameaçam a “*integração da Nação*” e o “*Prestígio internacional da Nação*” (leia-se, relação com entre países do Bloco Capitalista); tudo que conteste algum status quo do capitalismo poderia ser ligado ao combate ao comunismo.⁵¹

Após esta breve revisão bibliográfica de alguns autores que abordam a Doutrina, pode-se passar as análises. Para entender a DSN é necessário ir aos alicerces que lhe dão consistência enquanto ideologia. Para Joseph Comblin, essa doutrina está assegurada em alguns conceitos básicos, no qual dois se destacam: a geopolítica e a bipolaridade.

A geopolítica está intimamente ligado ao conceito, pois os intelectuais da DSN, sempre tentaram relacionar a doutrina com a categoria científica que a Geopolítica usufruía entre os círculos militares; alguns elaboradores da DSN na América Latina eram geopolíticos, como Golbery Couto e Silva e general Augusto Pinochet⁵². As ideias ligadas ao espaço geográfico e o Estado, é o que dá suporte a Geopolítica. Para o general Golbery, que chegou a pensar estratégias para a geopolítica brasileira, a definia como:

Arte que se filia à Política e, em particular, à Estratégia ou Política de Segurança Nacional, buscando orientá-las à luz da geografia dos espaços politicamente organizados e diferenciados pelo Homem. Seus fundamentos se radicam, pois, na Geografia Política, mas seus propósitos se projetam dinamicamente para o futuro (...). A Geopolítica adota sempre um ponto de vista único e privativo – o do espaço físico, que este deve ser o elemento não exclusivo por certo, mas sim dominante, da paisagem que ela procura interpretar, com a finalidade prática de aí discernir a

⁴⁷ Idem. p. 15

⁴⁸ PADRÓS, Enrique Serra. Op. Cit. pág. 53

⁴⁹ Idem. p. 53

⁵⁰ Idem. p. 54.

⁵¹ Idem. p. 53.

⁵² COMBLIN, Joseph. Op. Cit. Pág. 24.

margem de possibilidades a aproveitar na construção de maior grandeza, do processo crescente e da segurança interna e externa do Estado, beneficiando-se das vantagens positivas que a terra oferece e neutralizando na medida do possível, os aspectos negativos que ela representa.⁵³

Para Comblin, a geopolítica será a “*ciência dos projetos nacionais baseados na geografia*”⁵⁴, e para o Brasil, seu projeto está ligado a imposição sobre os países América Latina próxima as suas fronteiras, o que Ruy Mauro Marini definiu tais propósitos como subimperialismo⁵⁵.

As elucidações de Eliezer de Oliveira em seu trabalho sobre as Forças Armadas do Brasil, permitem relacionar também alguns elementos da Geopolítica no Brasil como:

1) O espaço político que compreende as características gerais do território (extensão; forma; regiões físicas, demográficas e econômicas; fronteiras; regiões culturais, étnicas e linguísticas, etc...) 2) A posição do Brasil situada à margem das principais rotas do comércio mundial e das geodésias “segundo as quais as tensões mais fortes e perigosas se têm manifestado até hoje [...] as tensões mais fortes e perigosas dos antagonismos internacionais” 3) Os blocos continentais de poder que definem as probabilidades de ocorrência de conflitos com o Brasil, definidas nas hipóteses de guerra.⁵⁶

Retomando a discussão sobre a DSN, a geopolítica redimensionaria às questões regionais para um patamar planetário, por causa da disputa da Guerra Fria. É aqui que se encontra e entrecruza com o conceito de bipolaridade.

Este segundo alicerce, a bipolaridade (entre EUA e URSS.), servirá para os militares de vários países justificarem a adesão e incorporação da DSN. Joseph Comblin afirma que os países latino-americanos aderem por causa de sua posição geográfica e pressupostos culturais, como a questão religiosa (cristã) ao Ocidente. Os países não poderiam ficar neutros ao confronto que separa o mundo. A maioria dos países latino-americanos já haviam acordado uma aliança com os EUA desde a assinatura do TIAR e a Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e da Segurança Continental (1947). Seria, portanto uma questão de empregar a ideologia ensinada nas escolas militares norte-americanas.

Além desses dois alicerces, a geopolítica e a bipolaridade, a DSN se sustenta também através da ideia de uma “Guerra Total”. Não mais a guerra clássica dos confrontos da

⁵³ DO COUTO E SILVA, Golbery. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro. José Olympio, 1967

⁵⁴ COMBLIN, Joseph. Op. Cit.. Pág. 27

⁵⁵ LUCE, Mathias Seibel. A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente ea questão do padrão de reprodução do capital: a história de uma categoria. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2011.

⁵⁶ DE OLIVEIRA, Op. Cit. p. 31

II Guerra Mundial, quando as nações tinham que fornecer tudo para sobrepujar militarmente a outra, mas sim uma guerra onde a batalha é permanente e interna, e o que está em jogo é a segurança da nação a qualquer custo dos perigos internos que o “comunismo” trouxe aos países do Ocidente.

Não existe mais uma guerra declarada, nem interessa às duas superpotências (medo da extinção nuclear). Existe um tipo diferente de guerra, que se dará no interior de varios países do planeta, principalmente nas regiões mais frágeis do capitalismo, nas periferias. A intervenção direta deixara de ser considerada uma opção pelos EUA, como ocorrera na Coreia a partir de 1950, pelo medo a retalhação nuclear soviético. O ideal, seria fortalecer os aliados do Ocidente nesses países para impedir e aniquilar o avanço do “comunismo”, o que general Gollbey do Couto e Silva chamou de “*política de contenção*”⁵⁷.

Toda essa modificação esta ligado ao conceito de “Guerra Revolucionária”, onde os meios utilizados pelas Forças Armadas, adeptas da DSN, serão o contraveneno das intenções de movimentos sociais ou indivíduos que contestem a lógica do sistema capitalista tendo ou não contato com a ideologia marxista; tudo que conteste a ordem vigente será tratado como “infiltração comunista” que visa destruir a sociedade Ocidental. O termo “Guerra Revolucionária” é alvo de um manual inteiro de aula da Escola das Américas, que circulará em outras escolas militares pela América Latina⁵⁸. Oriundo do estudo de materiais ligados a líderes como Mao Tsé-Tung, Che Guevara, Ho Chi-minh, etc, o manual justifica a necessidade de novas formas de combater e qualquer sublevação é chamada de subversão da ordem, assim, defende-se o esforço para entender as estratégias do “comunismo” que ameaça a civilização cristã “de dentro para fora”.

Voltando a citar Amaral Gurgel, este coloca a guerra revolucionária como uma luta pelas mentes onde o comunismo se aproveita da instabilidade existente nos países periféricos do capitalismo para usar suas táticas psicossociais e desequilibrar as relações de força em prol do imperialismo soviético⁵⁹. Ainda para ele, a principal característica desse tipo de guerra é:

“o envolvimento da população do país-alvo, numa ação lenta, progressiva e pertinaz, visando à conquista das “mentes”, e abrangendo desde a exploração dos descontentamentos existentes, com o acirramento de ânimos contras as autoridades constituídas, até a organização de “zonas dominadas”, com o recurso à guerrilha, ao terrorismo e a outras táticas irregulares, onde o próprio nacional do respectivo país-

⁵⁷ Idem. p. 27 e 28.

⁵⁸ COMBLIN, Joseph. Op. Cit. Pág. 44

⁵⁹ GURGEL, José Alfredo Amaral. Segurança e democracia: uma reflexão política. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1975. p. 140

alvo é utilizado como combatente. É de concepção marxista-leninista”⁶⁰

Assim, a Doutrina de Segurança Nacional foi projetada para ser um lastro ideológico das elites dos países capitalistas periféricos. Joseph Comblin, de forma didática e direta, esmiúça seus componentes. Para o intelectual e teólogo, para existir a Segurança Nacional, é necessário delimitar os Objetivos Nacionais, que são a “*integridade territorial, a integridade nacional, a Democracia, Progresso, Paz Social e Soberania*”⁶¹.

Após os objetivos da Nação serem definidos, o termo “Segurança Nacional” será ligado a defesa daqueles, de acordo com Comblin:

[Segurança Nacional] é a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as oponentes. Essa capacidade é, naturalmente, uma força. Trata-se, portanto da força do Estado, capaz de derrotar todas as forças adversas e de fazer triunfar os Objetivos Nacionais.[...] A segurança nacional é a força do Estado presente em todos os lugares que haja suspeita do fantasma do comunismo.⁶²

Falar em defesa da “Segurança Nacional” na América Latina após a Revolução Cubana é estar falando sobre defender o Ocidente⁶³ do comunismo e expulsá-lo. Ou seja a defesa de uma coesão social através dos objetivos nacionais traçados pelas elites adeptas da doutrina. O custo, para tanto, pode ser até a retirada dos direitos políticos, sociais, econômicos da população (o que de fato aconteceu em vários países), mas isso é sacrificado para defender os interesses das elites dos países periféricos alinhadas ao “American Way of Life”⁶⁴. O autoritarismo que a DSN contém é visto como indispensável para o desenvolvimento capitalista, disciplinando a mão de obra, eliminando os focos de tensão, resguardando o capital e a propriedade privada; tudo justificada com o discurso de “Segurança da Nação”.

⁶⁰ Idem. p.141

⁶¹ COMBLIN, Joseph. Op. Cit. Pág. 50

⁶² Idem. p. 54 e 55.

⁶³ O General Golbery afirmava que o “Ocidente” deveria ser um “ideal”, no qual o autor define como: “- A Ciência – como instrumento de ação; – a Democracia – como fórmula de organização política; - O Cristianismo – como supremo padrão ético de convivência social” In DE OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. Op. Cit. p. 33

⁶⁴ Tradução do autor: O modo americano de vida.

2. A ESCOLA DAS AMÉRICAS E O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE.

“Não há país hoje em dia que possa efetivamente proteger sua própria segurança interna”⁶⁵

Para os Estados Unidos dos tempos de Guerra Fria, não havia barreiras para manter o perigo do comunismo distante de seu território e sua hegemonia no Bloco Capitalista, principalmente em suas áreas periféricas. Tal postura se relaciona, por sua vez, com a consolidação do desenvolvimento de sua economia, aumento da produção e do lucro dos seus grandes complexos industriais, e com a continuidade da expansão do capitalismo pelo planeta. Era o período do “New Frontier”⁶⁶, de uma fase onde o imperialismo estadunidense se reinventará de várias formas.

A Escola das Américas foi bastante remodelada, na virada dos anos 50 para os 60⁶⁷, com a centralidade dos planos de contrainsurgência desenvolvidos na administração Kennedy. Para os EUA, a estabilização dos rumos do continente latino-americano passava pela irrupção das Forças Armadas na política e, portanto, no treinamento dado aos militares dos diversos países da região, para que tivessem servisse, no futuro, como aliados no processo de expansão e proteção dos investimentos de suas empresas tecnocratas⁶⁸.

Tornava-se fundamental bloquear o avanço de forças sociais que contestassem o status quo do capitalismo, destruir movimentos que fossem contra governos aliados (mesmo que violassem os direitos humanos ou fossem corruptos, como grande parte dos governos da América Latina) e auxiliar no planejamento de crises políticas contra governos pouco confiáveis aos seus interesses hemisféricos (geopolíticos e econômicos) – fosse financiando ações de desestabilização através de empresas de meios de comunicação⁶⁹ ou por iniciativa de

⁶⁵ EL INFOMR ROCKFELLER. Cuadernos de Marcha, Montevideo, n° 33, enero 1970. APUD PADRÓS, Enrique Serra. Op. Cit. pág. 119.

⁶⁶ Jhon Kennedy em sua campanha para presidente, conclamava a população dos Estados Unidos para que se prepararem para uma “nova fronteira” (new frontier) a ser quebrada pelo seu país, no sentido da política, tecnologia e economia. Porém, o termo “new frontier”, também era as metas e programas que a gestão de Kennedy idealizara implantar em seu governo no âmbito interno. Ver mais em: KARNAL, Leandro et. al. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo. Editora Contexto, 2007.

⁶⁷ LAUDERBACK, David Marcus. Op. Cit. p. 221.

⁶⁸ DUVERGER, Maurice; As Modernas Tecnodemocracias: poder econômico e poder político. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

⁶⁹ CASTRO, Nilo Piana de. Televisão e Presidência da República: a soberania em disputa de 1950 a 1964. 2011. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese de Doutorado–Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: p.

políticos aliados locais. Bloquear a insurgência, “salvar” o Ocidente do comunismo, esse foi o objetivo principal dos EUA. A Escola das Américas estava comprometida com esse foco e estratégia do imperialismo estadunidense sendo um dos principais centros militares de disseminação da DSN. Colocar as Forças Armadas nesse caminho era imprescindível. Fazer com que os interesses e métodos dos setores mais conservadores do Pentágono estivessem introjetados nas Forças Armadas era uma das intenções do Conselho de Segurança Nacional (United States National Security Council)⁷⁰.

Neste capítulo se trabalhará a “pentagonização” das Forças Armadas da América Latina baseado nas concepções de contrainsurgência, e para isso, se dados e fontes oficiais do governo estadunidense para encontrar os subsídios empíricos para que torne possível fazer a conexão entre a escola e os interesses norte-americanos na América Latina, região indiscutivelmente estratégica para a região e consolidação de sua hegemonia.

A superpotência recolocará sob outras formas, as diretrizes da velha política do Big Stick, agora no contexto de Guerra Fria. Através da Escola das Américas e de outros mecanismos foi se articulado uma concepção de Estado para a região (Estado de Segurança Nacional) cuja máquina estatal repressiva do Estado foi tão complexa e efetiva que ignorou fronteiras⁷¹, se tornou autônoma no combate ao comunismo e “alçou voos” maiores visando a ampliar o alcance dos fortes braços da repressão, como a Operação Condor.

2.1 – O IMPERIALISMO A QUALQUER CUSTO! AS PRÁTICAS PARA BLOQUEAR INSURGÊNCIAS

La política histórica de Estados Unidos hacia América Latina ha sido siempre, a grandes rasgos, una política a largo plazo de intervención, exclusión, hegemonía, contención y equilibrio de poder, orientada tanto a mantener la estabilidad en la región y alejar a las potencias extranjeras, como a proteger los intereses fundamentales norteamericanos.⁷²

200.

⁷⁰ MARTINS FILHO, João Roberto. Op. Cit. p. 70

⁷¹ ASSUMPCÃO, Marla Barbosa. A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da Segurança Nacional: repressão e resistência nas cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera (1964-1968). Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre: 2011. p. 78

⁷² CARBONE, Valeria Lourdes. Cuando la Guerra Fría llegó a América Latina... La Política Exterior Norteamericana hacia Latinoamérica durante las presidencias de Eisenhower y Kennedy (1953-1963). Argentine Center of International Studies. Programa Historia de las Relaciones Internacionales. p.7 Disponível em: <<http://www.academia.edu/download/30885963/historia08.pdf>> Acesso em 17/11/2013

O imperialismo assumiu diversas nuances em variados trabalhos que tentaram desanuviar seus mecanismos, causas e consequências. Desde os caminhos da segunda Revolução Industrial, o capitalismo desenvolveu-se de tal forma que para algumas nações o domínio de mercados para seus produtos era vital no século XIX, Assim, foi necessário garantir acesso a fontes de energia, às matérias-primas e aos consumidores a qualquer custo, garantidos, em última instância, mediante ações de intervenção militar, justificado pelo discurso civilizatório do Ocidente.

Esse primeiro momento teve consequências graves para o século XX ocasionando exploração em moldes inéditos, massacres contra populações locais e embates entre países periféricos e centrais; ou seja, conflitos jamais vistos pela humanidade no quesito destruição, mortalidade e utilização da indústria bélica.

Para Lênin, o imperialismo se mostra como uma fase superior da expansão capitalista, consequência do poder concentrado de empresas monopolistas e da exportação do capital financeiro fruto de uma voraz acumulação de capital⁷³. Esta fórmula, para Harry Magdoff, se aplica no momento da corrida imperialista dos Estados Unidos no final século XIX; para se compreender as modificações nas relações imperialistas após a II Guerra Mundial pode se afirmar que houve um rearranjo de forças, sendo necessário compreender os objetivos e as formas que fortaleceram o imperialismo estadunidense.

Para embasar como os EUA justificavam sua “aptidão natural para liderar o planeta”, desde o século XIX, tinham no Destino Manifesto uma diretriz política e ideológica, que legitimara sua expansão; o povo estadunidense era apresentado como eleito pela Providência (Deus) para guiar e controlar todas as nações do mundo. Incutido de valores iluministas, o Destino Manifesto “*era, de certa forma, uma adaptação americanizada do imperialismo providencialista que começava a surgir na Europa e que teve, posteriormente, no poeta Rudyard Kipling, sua forma literária mais acabada.*”⁷⁴

Portanto, até a II Guerra Mundial, os EUA expandiam seu poder, seja militarmente ou financeiramente, dentro da lógica da corrida imperialista, disputando matérias-primas e mercados com outras potências capitalistas. Porém, com a sobrevivência da União Soviética (superados os acontecimentos traumáticos das primeiras décadas de sua existência) e com o posterior início da Guerra Fria, surgiu outro objetivo: manter ou recuperar os territórios

⁷³ LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. O Imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.

⁷⁴ SHILLING. Voltaire Op. Cit.. Pág. 14

organizados e pertencentes aos países que reivindicassem uma ideologia oposta⁷⁵ ou onde foram atingidos (ou potencialmente ameaçados); a novidade estava em que esta percepção não ficava restrita ao próprio território nacional, mas também fora dele. Cabe ressaltar que, a partir dos anos 40 uma das consequências do domínio imperialista estadunidense foi a associação e exploração dos seus a ideia de objetivos nacionais e sua defesa com os dos países aliados/associados. Ou seja, esses objetivos passaram a ser percebido em seu território ou fora dele. Dentro da perspectiva de Magdoff de “política de Portas Abertas” para seus interesses militares englobados, entraram todas as formas que os EUA procuravam para garantir a presença dos seus interesses.

As exportações e despesas militares exercem nítida influência na economia, porque fortalecem o centro estratégico da estrutura industrial existente.[...] O apoio dado pelo envolvimento econômico no exterior – tanto para artigos civis quanto militares – atua como dique a impedir que recessões menores venham a transbordar em crises de elevadas proporções.⁷⁶

Os Estados Unidos assumiram a perspectiva de “Portas Abertas”, mesmo que para tanto tivessem que esmagar diversas formas de resistência, com intervenções diretas ou indiretas; a manutenção dessa estratégia garantia a estabilidade e rentabilidade financeira investida no estrangeiro por empresas estadunidenses⁷⁷. Foi neste contexto que bases militares e centros de formação e treinamento para países aliados, deram origem a Escola das Américas e outras instituições semelhantes, os quais, foram implementadas para realizar a formação de militares e civis para que ajudassem a manter as “Porta Abertas” para os investimentos de empresas norte-americanas, como também proteger seus interesses em territórios além-fronteiras.

Vários episódios da história da América Latina corroboram a existência de um olhar vigilante dos EUA para as situações internas de seus aliados ou de pontos estratégicos, desde o fim da II Guerra Mundial, principalmente a partir dos tratados assinados na Ata de Chapultepec, em 1945.

Para encerrar esta breve revisão sobre o imperialismo, é necessário trazer ao debate um intelectual da América Latina, para demonstrar um ponto de vista elaborado em uma das nações que sofreram forte influência estadunidense. Neste caso, foi escolhido o sociólogo Octavio Ianni. Seu livro “Imperialismo na América Latina” traz interessante elaboração sobre

⁷⁵ MAGDOFF, Harry. Op. Cit. p. 43

⁷⁶ MAGDOFF, Harry. Op. Cit. p. 133.

⁷⁷ Idem. p. 9.

as relações imperialistas no continente americano. Elaborado no contexto do início dos anos 70, percebesse nas suas reflexões um otimismo para a superação do imperialismo por vias como a adotada no Chile do governo da Unidade Popular, então vigente (a obra fora concluída em janeiro de 1973, portanto meses antes do trágico 11 de Setembro latino-americano).

Independente de sua datação, Ianni aferia que a partir do fim da Segunda Guerra, não havia política externa de qualquer país da América Latina que não tivesse sofrido interferência dos Estados Unidos. Neste contexto, desenha-se o conceito de Diplomacia Total, que para Ianni era a expressão da síntese entre a Diplomacia do *Dollar*⁷⁸ e a Diplomacia do *Big Stick*. Ou seja, o governo estadunidense alterava sua política regional de acordo com as novas necessidades geradas pelo momento de pujança econômica pós-guerra: “*se adotou e generalizou a doutrina de contra-insurreição. Ela foi um desenvolvimento novo e coerente com o tipo de hegemonia exercida pelos EUA sobre os países da América Latina*”⁷⁹.

Estava claro que seria preciso convencer os aliados e a população em geral sobre a necessidade de enfrentar a ameaça comunista, agora a partir de um combate interno contra as forças subversivas, inimigas do “desenvolvimento” dos países aliados dos EUA. Ianni ressalta que dentro de tal esforço

“os governantes dos Estados Unidos exportaram para os países da América Latina o know-how como técnicos (assessores, conselheiros, e outros, como o objetivo de fortalecer o Estado Capitalista no hemisfério), [...]. Os aparelhos repressivos [...] tiveram e continuaram a ter prioridade nesses programas de modernização.”⁸⁰.

Compreende-se que, dentro do quadro resultante dessa lógica assinalada por Otacvivo Ianni, se delineou o papel que a SOA teve no auxílio indireto dos nos interesses estadunidenses, constituindo-se, em um instrumento catalizador do imperialismo na América Latina e da militarização do Estado e das relações com as forças civis.

2.2 – A “PENTAGONIZAÇÃO” DAS FORÇAS ARMADAS NA AMÉRICA LATINA.

É inegável que os Estados Unidos conseguiram espalhar a ideologia de Segurança Nacional pela América Latina aproveitando-se das relações implementadas através das

⁷⁸ Termo que Octávio Ianni utilizou no livro para expressar a outra forma que os Estados Unidos usavam para manter sua relação com outros países, através de auxílios financeiros, como empréstimos e políticas assistencialistas.

⁷⁹ IANNI. Octavio. Op. Cit. p. 16

⁸⁰ Idem. p. 17

escolas militares, fosse dentro de seu território ou em países aliados. Cabe salientar, entretanto, que essas não foram o único meio de transmissão. Enrique Padrós introduziu no meio acadêmico brasileiro, um conceito muito interessante para se poder compreender a essência dessas transformações: a ideia de “pentagonização” das Forças Armadas regionais. A origem dessa expressão pode-se creditar ao ex-presidente da República Dominicana Juan Bosch, que ao teorizar sobre as relações imperialistas dos Estados Unidos, propõe que surge uma nova modalidade de hegemonia daquela superpotência, que ele denomina de “pentagonismo”.⁸¹ Para Bosch, deposto por um golpe tramado nas salas do Departamento de Defesa do Estado Unidos, o “pentagonismo” não só buscava possibilitar a segurança para o investimento do capital da potência capitalista, mas também buscar acesso aos recursos econômicos para manter e consolidar o complexo industrial bélico que surgira durante II Guerra Mundial; O complexo militar-industrial dos EUA se constitui como um fortíssimo conglomerado de interesses bélicos financiáveis e indústrias que ganharam centralidade dentro da estrutura de poder da superpotência (EUA) necessária para desenvolver um mercado cativo de armas e assim testá-las no país aliado.⁸² O fator militar, através de dinâmicas de comércio, colaboração, hierarquização e união de relações entre os pares nacionais, passou a ser elemento fundamental nas novas relações bilaterais e regionais. Para Bosch, o “pentagonismo” não expressaria só a vontade dos setores militares, mas sim uma categoria de ascensão do capitalismo, como uma fase superior:

El sector liberal norteamericano, cada vez más pequeño, es ya una flor exótica, producto de una sociedad liquidada. quedan algunos liberales que sobreviven por razones biológicas, debido a su edad avanzada. La expresión natural de una sociedad de masa en un régimen de libre competencia es el pentagonismo, no el liberalismo.⁸³

Há outra contribuição que dialoga com a “pentagonização”, de autoria de Gabriel Ramírez. Ele contesta a proposta de fase superior do imperialismo de Juan Bosch e coloca o “pentagonismo” como um mecanismo da superpotência estadunidense para manter seu complexo militar industrial e assegurar sua hegemonia e que perpassa todos os setores da sociedade, seu objetivo é atrair as elites dos países periféricos da América Latina, e do mundo capitalista aos objetivos e estratégias dos Estados Unidos perante a Guerra Fria. Pela forma

⁸¹ PADRÓS, Enrique Serra. Op. Cit. p. 126

⁸² Idem. p. 164

⁸³ BOSCH, Juan El pentagonismo, sustituto del imperialismo. Santo Domingo: Alfa y Omega, 2000, p. 126. Apud. BERUFF, Jorge Rodríguez. Juan Bosch y las visiones geopolíticas del Caribe. Istor: revista de historia internacional, v. 11, n. 41, p. 119-137, 2010.

como Ramírez expõe o “pentagonismo/pentagonização” como algo que acompanha o imperialismo⁸⁴, um processo concomitantemente com a expansão imperialista, mas que visa a associação subordinadas das Forças Armadas regionais. Preferiu-se optar pela teoria de Ramírez exposta no trabalho de Enrique Padrós, pois além de se encaixar melhor na forma como a história da América Latina transcorre a partir dos anos 50 do século XX, também tem ressonâncias do pensamento de Harry Magdoff e sua teoria da “Porta Aberta”, onde:

“manter a porta aberta cria problemas, alguns causados por interesses conflitantes entre nações capitalistas mais amadurecidas, alguns causados pelas revoluções sociais em andamento ou em potencial, que ameaçam eliminar (ou limitar) o capitalismo e a liberdade do investimento e do comércio particular. Abrir a porta, portanto, e mantê-la aberta é coisa que requer eterna vigilância e força de vontade. O que é necessário, em outras palavras, é força e persistência por parte das nações mais avançadas, a fim de influenciar e controlar a política e a economia das nações menos avançadas.”⁸⁵

Assim, a “pentagonização” das Forças Armadas regionais é um mecanismo intrínseco das relações internacionais dos EUA com os países aliados ao Bloco Capitalista. Além do discurso anticomunista e de defesa do “Mundo Livre”, para a maior potência do continente americano era imperioso assegurar os interesses econômicos, fosse com os aliados do governo dentro do país, fosse com os aliados latino-americanos.

Os EUA se utilizaram de suas alianças formadas na II Guerra Mundial, principalmente baseados no TIAR, o que assegurava certa vantagem diplomática à Casa Branca em relação aos acordos com os setores dominantes dos países ligados ao tratado assinado em 1947. Neste mesmo ano se cria o Conselho de Segurança Nacional (National Security Council-NSC), através da Lei de Segurança Nacional; de acordo com Padrós “*a ideia era ter um organismo de direção para condução de todas as atividades de inteligência e contra-inteligência nacionais e estrangeiras*”⁸⁶, apontando que, desde esse período, os EUA idealizavam uma aproximação das elites de cada país da América Latina que tivessem interesses econômicos semelhantes e concomitantes. A partir dos anos 50 o auxílio militar aos poucos foi aumentando, assim como o número de militares treinados na Escola Militar do Caribe. Carl T. Fox Jr, aponta a mudança estatística de militares latino-americanos em relação aos militares dos Estados Unidos na ainda Caribbean School (Escola Militar do Caribe):

⁸⁴ RAMÍREZ, Gabriel. Las fuerzas armadas uruguayas en la crisis continental Apud. PADRÓS, Enrique Serra. Op. Cit. p. 127.

⁸⁵ MAGDOFF, Harry. Op. Cit. p. 16.

⁸⁶ PADRÓS, Enrique Serra. Op. Cit. P. 152

“Esta foi uma mudança drástica na política dos EUA; da defesa hemisférica ao combate da subversão interna que foi experimentada especialmente na Escola do Caribe (U.S. Army Carib Shool). A quantidade de estudantes latino-americanos ultrapassou os graduados dos EUA em número pela primeira vez em 1958, com 8.019 estudantes dos EUA treinados e 8.324 estudantes latino-americanos treinados desde a criação da escola. A mudança é ainda mais evidente apenas um ano depois, com apenas 71 militares norte-americanos treinados em comparação com o treinamento de 753 latino-americanos. A mudança afetou os cursos ministrados na Escola do Caribe e, em 1961, os Estados Unidos começaram seu primeiro curso de operações de contra-insurgência oficial na Escola Caribe. No entanto, extraoficialmente, militares norte-americanos já eram treinados em operações de contra-insurgência, com Forças Armadas latino-americanas na Colômbia desde 1952.”⁸⁷

Na administração Kennedy se continuou a mudança da “defesa do hemisfério” para “contra-insurgência” o que acarretou também mudanças nos princípios da SOA. E sem dúvida, conseqüentemente, a administração Kennedy teve um papel importante na disseminação da DSN na região se comparado as décadas anteriores.

2.3 – A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E A ESCOLA DAS AMÉRICAS.

O que mudara na Escola das Américas com a necessidade imposta pelo governo Kennedy de que a Escola teria que ter um novo papel de disseminar a Doutrina de Segurança Nacional? Primeiramente, o nome. Antes de 1963, a SOA ainda mantinha seu nome atrelado ao Comando do Caribe (U.S. Army Caribbean School) e a modificação de seu nome para Escola das Américas (U.S. Army School of the Americas) parece uma sinalização concreta para o continente:

A administração Kennedy também tentou enviar uma mensagem para a América Latina, quando eles renomearam a instalação militar de Forte Gulick em 1º de julho de 1963 para: Escola das Américas. A visita do procurador-geral gerou a reorganização não só do treinamento e estratégia do Forte Gulick, mas todo o comando do Caribe. Para garantir que o Exército apreciasse essas mudanças, o Presidente Kennedy ordenou que o Departamento de Defesa revesse toda a estrutura

⁸⁷ Versão Original: “This was a drastic shift in U.S. policy, from hemispheric defense to combating internal subversion that was experienced especially at the Caribbean School. Latin American personnel outnumbered U.S. graduates for the first time in 1958 with 8,019 U.S. trained and 8,324 Latin Americans trained since the school’s creation. The shift is even more evident just a year later with only 71 U.S. military personnel trained compared to the training of 753 Latin American personnel. The shift affected courses taught at the Caribbean School, and by 1961, the United States began its first official counter-insurgency operations course at the Caribbean School. Unofficially however, U.S. military personnel trained in counter-insurgency operations with Latin American militaries in neighboring Colombia since 1952.” (FOX Jr., Carl T.Op. Cit. p. 38)

de comando para a América Latina, refletindo uma proposta para todo o hemisfério. O Comando do Caribe recebeu sua nova designação, “Comando Sul dos EUA” (USARSO). As responsabilidades da USARSO era treinar os militares de países situados até o extremo da América do Sul, longe da proteção do Canal do Panamá e das rotas de navegação do Caribe.⁸⁸

Considerando a avaliação anterior de Otávio Ianni sobre a “Diplomacia Total”, pode-se afirmar que iniciativa estadunidense na disseminação da ideia de um inimigo interno ocorreu em diversos campos, como com o programa Aliança para o Progresso (ALPRO), anunciada em março de 1961⁸⁹, uma ação indireta que travestida de ajuda econômica procurava criar maiores condições de influência na política interna dos países “agraciados”. A ALPRO financiava campanhas pró-EUA em países da América Latina sob a cobertura de “ajuda humanitária” através de alimentos e investimentos em certas áreas sociais. Paralelamente, as ações armadas mais diretas continuavam ocorrendo, como demonstram os acontecimentos e agressões a Cuba imediatamente após a vitória da Revolução.

A Escola das Américas se insere dentro dessa perspectiva de “Diplomacia Total” do governo estadunidense após a Revolução Cubana; é fundamental ter essa compreensão para se entender melhor como o papel da SOA se remodelou com a necessidade de preparar as elites dos países aliados para uma “resposta flexível”⁹⁰. De fato, ela atendeu aos dois propósitos, primeiro como base militar na Zona do Canal na América Central e depois como centro de treinamento e de apoio dos EUA aos militares e civis de governos aliados na região na luta contra o comunismo.

Para delinear conceitualmente a SOA, pode-se recorrer a uma análise feita por José Eliézer de Souza, a partir de seus estudos sobre a DSN, quando tenta caracterizar qual seria a posição conceitual de uma escola militar através da perspectiva althusseriana de Aparato Ideológico do Estado. O “*Aparelho Ideológico do Estado funciona mediante a ideologia*”⁹¹ enquanto o Aparato do Estado seria o representante do monopólio da violência do Estado, ou

⁸⁸ Versão Original: “The Kennedy administration also tried to send a message to Latin America when they renamed the facility at Ft. Gulick on July 1, 1963: the U.S. Army School of the Americas. The attorney general’s visit spawned the reorganization of not only training at Ft. Gulick but the entire Caribbean Command. To ensure that the army appreciated its priorities, President Kennedy ordered the Department of Defense to revise the command structure for Latin America to reflect a hemispheric purpose. The Caribbean Command received its new designation, the U.S. Southern Command. USARSO’s responsibilities extend to the tip of South America, a far cry from protection of the Panama Canal and the shipping lanes of the Caribbean.”(LAUDERBACK, David Marcus; Op. Cit. p. 255)

⁸⁹ FOX Jr. Carl T. Op. Cit. p. 37.

⁹⁰ Resposta Flexível é a forma como J.F. Kennedy em seu governo chamará as estratégias para combater a guerra revolucionária. Para saber mais: MARTINS FILHO, João Roberto. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição. Revista de sociologia e política da Universidade Federal do paraná, Curitiba v. 12, n. 12, p. 67-82, 1999.

⁹¹ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. Op. Cit. p. 25.

seja, que funciona “*maciçamente com a repressão, como forma predominante, e só secundariamente, com a ideologia. [...] Ao passo que os Aparatos Ideológicos do Estado funcionam com a ideologia de forma predominante.*”⁹² Porém, José Eliezer caracteriza a escola militar que ele estuda a – Escola Superior de Guerra – como um caso específico, fruto do acúmulo de ideias e estratégia anteriores das elites brasileiras, ou seja, não só fruto do pensamento dos militares que teorizaram sobre a Segurança Nacional e seus correlatos conceituais. Seguindo seu raciocínio, a ESG está ligada a um aparelho repressivo, as Forças Armadas, “*porém ela é antes de tudo uma escola [...] com objetivos técnicos e político-ideológicos*”⁹³. A ESG foi criada nos moldes da Escola Superior Militar dos EUA, por isso, é possível relacionar esta análise de Eliezer com a Escola das Américas, mas, pode-se aferir que a diferença da SOA, que desde sua idealização estava ligada ao pensamento militar estadunidense dos anos 40, o que na ESG apenas na década seguinte a ideologia da Segurança Nacional teve maior penetração nos seus programas institucionais, pois havia o pensamento francês e a própria contribuição de antigos militares.⁹⁴

Assim, se estabelece como a SOA foi um aparato do Estado norte-americano na manutenção de seus aliados nos países do continente e na participação de militares em suas aulas. Martha Huggins ao estudar a relação entre os treinamentos dados aos policiais latino-americanos em centro de treinamentos no território dos EUA ou por agentes em missão para tal desígnio (caso do encarregado de dar treinamentos no Brasil, Dan Mittrione⁹⁵), também relacionara as práticas de treinamento e disseminação da DSN como um ponto comum entre Forças Armadas e os setores que receberam tal treinamento de contrainsurgência. A ideia da “Política Internacional do Policiamento” utilizado por Huggins se encaixa perfeitamente no papel que a SOA desempenhou ao convidar e acolher militares e civis de outros países para receberem treinamento em suas instalações. Em vários memorandos de diversas administrações estadunidenses consta que o treinamento de civis ou militares latino-americanos era percebido como uma tarefa modernizante na busca de estabilização da democracia. Porém, Martha Huggins discorda e alerta que “*em todos os sentidos, toda a ação policial é política, o mais perfeito exemplo do policiamento politizado é o da polícia de um país que recebe treinamento de outro país*”⁹⁶, e completa que o país “*beneficiário tem posição*

⁹² Idem. p. 25.

⁹³ Idem. p. 26.

⁹⁴ LAUDERBACK, David Marcus. Op. Cit. p. 221.

⁹⁵ PADRÓS, Enrique. Op. Cit. p. 237.

⁹⁶ HUGGINS, Martha Knisely. Op. Cit. p. 199.

*subalterna relativamente à nação que dá o treinamento,*⁹⁷ e ela conclui o treinamento prestado por oficiais dos EUA aos policiais e militares da região gerou, como consequência, maiores índices de repressão e violência contra os direitos humanos.

O interesse norte-americano no treinamento de militares deve ser colocado sob a perspectiva da manutenção da hegemonia. As palavras de pessoas ligadas ao governo Kennedy, caso do Assistente Especial para Assuntos de Segurança Nacional, McGeorge Bundy, em um “Memorando de Ação de Segurança Nacional” (NSAM) endereçado ao presidente enunciava que *“É importante que nós antecipemos agora as nossas eventuais necessidades para requisitos no campo da guerra não convencional e de operações paramilitares”*.⁹⁸ E o próprio presidente Kennedy expôs sobre essa “necessidade” em outro memorando:

Eu gostaria de ouvir que medidas que estamos tomando para treinar as Forças Armadas da América Latina em controle de multidões, guerrilheiros, etc. [...] os militares ocupam uma posição estratégica muito importante na América Latina [...] poderíamos ter o nosso ensino militar e passar para eles como controlar multidões e lutar contra guerrilheiros. Além de aumentar a sua eficácia seria também fortalecer seus laços com os Estados Unidos.⁹⁹

A importância de treinar militares e civis em bases americanas, além de ser mais barato, também possibilitava um estreitamento entre as doutrinas estadunidense com as teorizações de cada país, como o Brasil, onde já havia pensadores da contrainsurgência, como os generais Golbery do Couto e Silva, Meira Mattos, Castelo Branco, entre outros. Esses militares haviam desenvolvido suas noções sobre a Segurança Nacional e seus objetivos, principalmente pela influência de militares mais antigos (como Juarez Távora)¹⁰⁰ e também através da concepção francesa de “guerre revolutionnaire”¹⁰¹, fruto das experiências militares

⁹⁷ Idem. Pág. 20.

⁹⁸ NSAM (National Security Action Memorandums) N° 56, 28 de Junho de 1961. Versão original: “It is important that we anticipate now our possible future requirements in the field of unconventional warfare and paramilitary operations.” Disponível em: <<https://www.fas.org/irp/offdocs/nsam-jfk/nsam56.jpg>> Acesso em 01/11/2013

⁹⁹ NSAM. (National Security Action Memorandums) N° 88, 5 de Setembro, 1961. Versão Original: “I would appreciate hearing what steps we are taking to train the Armed Forces of Latin America in controlling mobs, guerillas, etc... the military occupy an extremely important strategic position in Latin America... we could have our military teaching them how to control mobs and fight guerillas. In addition to increase their effectiveness it would also strengthen their ties with the United States.” Disponível em: <<https://www.fas.org/irp/offdocs/nsam-jfk/nsam88.jpg>> Acesso em 30/10/2013

¹⁰⁰ OLIVEIRA, Eliezer. Op. Cit. p. 36

¹⁰¹ MARTINS FILHO, João Roberto. A Influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. IN: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 23 n° 67. Junho de 2008 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/04.pdf>> Acesso em: 10/11/2013

da França na Indochina, em 1954, e também na Argélia até os anos 60.

Retornando à forma como a Escola das Américas é usada dentro da lógica imperialista estadunidense, Martha Huggins conclui que “*o propósito fundamental da ajuda dos Estados Unidos às polícias latino-americanas foi o de atuar como mecanismo para ganhar o controle sobre os sistemas de segurança interna dos países beneficiários e não o de fomentar a difusão da democracia*”.¹⁰²

Dois conceitos que Martha Huggins utiliza em suas análises sobre os treinamentos, ainda serão de grande importância para delinear mais ainda o papel que a SOA tem no contexto de governos de exceção na América Latina. O primeiro conceito é o de “*internacionalização*”, que de acordo com a pesquisadora seria um dos objetivos políticos dos EUA ao treinar militares estrangeiros em suas dependências, pois além de fornecer ajudar com armas e treinamento, era do interesse estadunidense ter policiais e militares com acesso a informações importantes sobre a situação do país aliado.¹⁰³ No caso da SOA, o trânsito de informação certamente ocorria, nem que fosse através das casuais conversas e das relações pessoais que se estabeleciam. Também não se pode menosprezar as “simpatias” que se desenvolviam ao redor do “modo americano de vida” e seu corpo de valores. Tudo isso serve para amalgamar essa noção de proximidade doutrinária, ideológica e de concepção de mundo, Portanto, “*internacionalizar*” as Forças Armadas também é uma forma de se manter uma relação imperialista, pois é a garantia de que os próprios aparelhos repressivos dos Estados latino-americanos erradiquem o “inimigo interno”, ainda que este pertença a própria nação.

O segundo conceito arrolado por Martha Huggins é o de “*centralização*”, no qual além de contar com uma coesão física na ação estratégica dos militares dos países aliados, garante também uma certa unidade de pensamento sobre a questão da Segurança Nacional e suas relações com os EUA¹⁰⁴. Nesse sentido, todos os militares brasileiros que teorizaram sobre a DSN, observaram a essencial garantia à segurança do capital, mesmo que para tanto fosse necessário aniquilar seus próprios cidadãos¹⁰⁵.

A Escola das Américas, antes de tudo, era uma instituição militar voltada para o treinamento de técnicas de combate e instrução para manejo de instrumentos como armas ou engenharia militar, porém não se pode negar o papel que a escola teve em disseminar a DSN, pois proporcionou o encontro entre muitos militares de vários países que viriam a desfrutar de

¹⁰² HUGGINS, Martha. Op. Cit. p. 22.

¹⁰³ Idem. p. 128.

¹⁰⁴ Idem. p. 135.

¹⁰⁵ OLIVEIRA, Eliezer. Op. Cit. p. 41

regimes militares ou já estavam sobre tal governo.

Em apenas dez anos, 12.092 alunos graduaram-se, sendo que em vinte anos essa quantidade praticamente duplica¹⁰⁶. Logo, percebe-se a importância que essa instituição teve para vários países da região. Cada país teve sua peculiaridade; portanto, necessidades conjunturais ou determinadas iniciativas estatais podem ajudar e entender a maior ou menor presença e adesão por exemplo, a Bolívia enviara 1291 alunos, na sua maioria utilizados na luta contra os movimentos camponeses e dos minerais dos anos 60 e 70 (lembrando da importância das minas bolivianas no cenário geopolítico latino-americano e mundial).¹⁰⁷

Os números de militares envolvidos em diversos anos da década 60 só baixam em três anos (1962, 1964 e 1965), para depois sofreram aumentos contínuos, justamente no período que várias ditaduras na América Latina são instaladas através de golpes de Estado, conduzidos majoritariamente por militares. Os números presentes nas tabelas montadas com dados retirados diretamente da atual sede da SOA pelo historiador Carl Fox, fornece um panorama do período estudado nesse trabalho e através dela é possível elencar mais pontos.

¹⁰⁶ FOX, Carl T. Op. Cit. p.32.

¹⁰⁷ HASHIZUME, Maurício Hiroaki. Os dois olhos do Katarismo na Bolívia Tensões e combinações entre classe e cultura (1969 a 1985) In Cidadania em armas: as Forças Armadas e a Revolução Bolivariana na Venezuela. Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional em Movimentos Sociais Participação e Democracia Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a007.pdf>> Acesso em: 18/11/2013

Graduates of the USARCARIB and USARSA from 1961-1970											
Country	Total	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Argentina	201	26	21	3	97	15	10	10	3	7	9
Bolivia	1291	115	112	140	115	122	0	336	140	124	87
Brazil	181	12	4	0	23	7	18	38	45	15	19
Chile	622	45	47	12	4	58	24	30	119	105	178
Colombia	882	37	27	53	51	38	57	231	55	260	73
Dominican Republic	498	0	67	116	28	17	76	40	6	74	74
Ecuador	930	61	70	70	100	53	209	152	50	98	67
El Salvador	482	54	17	43	53	46	15	55	92	31	76
Guatemala	530	65	56	66	56	27	12	73	11	81	83
Haiti	7	5	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Honduras	501	55	75	48	25	56	61	56	65	23	37
Mexico	70	12	13	16	9	11	9	0	0	0	0
Nicaragua	1061	149	128	100	98	108	127	97	115	48	91
Panama	1146	189	157	158	51	152	153	83	51	56	96
Paraguay	270	7	24	11	26	51	21	25	28	48	29
Peru	1073	50	24	179	120	125	130	208	0	130	107
Uruguay	364	19	18	14	23	24	11	47	66	87	55
Venezuela	1983	162	96	123	178	125	183	217	313	356	230
Totals	12092	1063	958	1152	1057	1035	1116	1698	1159	1543	1311

Tabela I – Década de 60

Graduados na Escola do Caribe (USARCARIB) e na Escola das Américas (USARSA) entre os anos de 1961 a 1970. Fonte: adaptado FOX Jr., Carl T. “The U.S. Army School of the Americas and U.S National Interests in the 20th Century”. Thesis for the degree of Master of History, Faculty of Virginia Polytechnic and State University. Blacksburg, Virginia. 2001.

Nesta pesquisa, o recorte temporal escolhido para análise da SOA é entre as décadas de 60 e 80, pois é o período em que vários governos antidemocráticos na América Latina foram instituídos também, porque foi até os anos 80 que a SOA funcionou no Fort Gullick na Zona do Canal do Panamá, sofrendo grandes pressões populares contrários a sua permanência, sobretudo após a morte, em 1980, do Bispo Oscar Romero, de El Salvador, por um atirador de elite formado na SOA¹⁰⁸, o que gerou uma grande pressão política para o governo Carter. Em 1984 a instalação da SOA no Fort Gulick fora desativada temporariamente; porém continuou seu corpo administrativo continuou existindo e treinando militares em outras bases militares do Canal do Panamá, porém sem sede fixa. Apenas em

¹⁰⁸ A morte de Oscar Romero foi um dos motivos que levou o padre Roy Borgeous a fundar uma ONG que luta pelo fechamento da SOA, a SOA WATCH. Disponível em: <<http://www.soaw.org/about-the-soawhinsec/66-news-from-latin-america/1521>> Acesso em: 15/11/2013

2001, após o fim do tratado que estabelecia a Zona do Canal como território estadunidense, a SOA passou a ter uma sede fixa no Estado da Geórgia, nos Estados Unidos¹⁰⁹.

A quantidade de alunos continuou alta, lembrando que, em seus quadros, a grande maioria dos alunos são oficiais de altas patentes militares.¹¹⁰ Destaca-se, a primeira vista, os números da Venezuela, Panamá e Nicarágua. Na Venezuela, a questão do treinamento de militares em instituições dos EUA, como a SOA, fora visto como um grande problema, fazendo com que se reduzisse o máximo de militares enviados para o exterior no governo de Rafael Caldera. Os treinamentos seriam feitos exclusivamente no país e, para se ter ideia, foi dessa geração que saiu a turma de Hugo Chavez e outros militares “bolivarianos” nos anos 90 e 2000.¹¹¹ Na próxima tabela, o número de militares chega a ser zero no ano de 1974.

O caso nicaraguense está vinculado ao governo dos Somoza (1956-1979), aliados estratégicos e de confiança para solapar qualquer contestação social, ainda mais com o forte movimento sandinista dos anos 70¹¹². O Panamá, liderado por Omar Torrijos, sempre enfrentou manifestações populares anti-imperialistas, como também as constantes tentativas de golpes pró-EUA em seu governo até o ano de 1981, quando morreu em um “suspeito” acidente aéreo. A relação com os EUA sempre foi muito forte e toda tentativa de consolidação de um processo soberano se chocou com os setores internos muito vinculados, desde o setor civil ou militar, aos interesses da superpotência estadunidense. A presença de alunos dessa nacionalidade na Escola das Américas é algo mais do que esperado, considerando-se a singular lógica particular da própria existência de uma Zona do Canal sob bandeira dos EUA.

¹⁰⁹ FOX, Carl T, Op. Cit. p. 69

¹¹⁰ Idem. p. 52

¹¹¹ VILLA, R. D. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. São Paulo: Revista Estudos Avançados, set./dez. 2005, vol.19, no.55, p. 153-172.

¹¹² WASEN FRAGA, Gerson. A Nicarágua Sandinista: guerrilha e educação. História: Debates e Tendências – UPF, Passo Fundo: v. 10, n. 1, jan./jun. 2010, p. 189-203.

Graduates of the USARSA from 1971-1980											
Country	Total	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Argentina	326	230	46	17	11	8	7	7	0	0	0
Bolivia	1179	158	129	134	108	133	85	102	165	150	15
Brazil	32	18	4	1	1	4	3	1	0	0	0
Chile	1345	133	173	166	492	381	0	0	0	0	0
Colombia	1038	105	24	46	26	102	527	119	89	0	0
Dominican Republic	737	108	119	94	102	72	87	33	34	53	35
Ecuador	455	15	0	0	0	91	42	21	119	46	121
El Salvador	750	51	64	65	101	99	63	23	0	0	284
Guatemala	266	39	18	62	68	44	11	24	0	0	0
Haiti-Last attended in 1962	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Honduras	680	108	115	64	103	55	38	20	38	89	50
Mexico	169	4	17	0	4	10	15	6	4	22	87
Nicaragua	517	80	56	31	42	67	52	55	134	0	0
Panama	1358	91	124	115	115	303	276	95	37	134	68
Paraguay	295	54	43	13	21	27	123	14	0	0	0
Peru	1866	106	284	172	255	203	269	318	16	40	203
Uruguay	460	82	59	67	75	68	109	0	0	0	0
Venezuela	322	95	55	72	0	44	20	4	31	0	1
Totals	11795	1477	1330	1119	1524	1711	1727	842	667	534	864

Tabela II – Década de 70

Graduados na Escola do Caribe (USARCARIB) e na Escola das Américas (URSARSA) entre os anos de 1971 a 1980. Fonte: adaptado de FOX Jr., Carl T. "The U.S. Army School of the Americas and U.S National Interests in the 20th Century". Thesis for the degree of Master of History, Faculty of Virginia Polytechnic and State University. Blacksburg, Virginia. 2001.

Para se ter um exemplo da correlação entre os regimes de exceção e a quantidade de graduados na SOA, pode-se pegar alguns exemplos para tal demanda. No Brasil, após 1964, ano do golpe militar, cresce substancialmente o número de militares na escola, mas comparado aos outros países é um número baixo; isto pode estar relacionado com o fato de que o Brasil enviou seus militares para mais de uma escola militar estadunidense, como a National War College de Washington (fundada também em 1946)¹¹³. Há de se lembrar que no Brasil já havia a ESG, com estudos e aportes importantes sobre a DSN; também não se pode ignorar o fato que havia influência do pensamento de "*guerre revolutionaire*", proveniente dos

¹¹³ MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de guerra e a organização do estado brasileiro (1930-1960). Dissertação (Mestrado em História). Goiânia, 2007. p. 41.

combates da França na Argélia¹¹⁴. Na segunda metade dos anos 70, o número baixa quase a zero. Pode ser que, seja um fator a ser considerado, o fato do Brasil ter resolvido seus desafios “subversivos” antes dos outros países do Cone Sul. Talvez por isso contrastem os seus números com os do Chile e da Argentina, países que nas datas próximas dos seus golpes de Estado (1973 e 1976 respectivamente) apresentam elevado número de graduados. No caso do Chile após o golpe comandado por Pinochet, o número de militares eleva-se para os incríveis 492 graduados, tornando-se o maior número das duas décadas. Na década de 70 quase todos países diminuem o envio de militares para a SOA, sendo reflexo das mudanças do discurso político adotado nos EUA pelo governo Carter.

Ou seja, a importância da SOA é perceptível quando se verifica a identidade dos militares golpistas e daqueles que assumiram cargos políticos nos órgãos de inteligência e de segurança. Também o número de estudantes aumenta quando próximo aos anos de golpes.

Como antecipação a esta atividade, as palavras do secretário da Defesa Robert S. McNamara dirigidas em 1962 a um subcomitê do Congresso estadunidense, mostraram-se premonitórias:

Provavelmente, o maior retorno sobre o nosso investimento no programa de assistência militar vem da formação de agentes selecionados e especialistas chave em nossas escolas militares... esses alunos são os próximos líderes, os homens que terão o “know-how” e vão transmiti-lo as suas forças. Eu não preciso me debruçar sobre o valor que tem em posições de liderança, homens que tenham conhecimento em primeira mão de como os americanos fazem as coisas e como eles pensam. É acima de qualquer preço que sejamos amigos de tais homens.¹¹⁵

McNamara foi um dos principais expoentes da realidade tecnocrata (inclusive fora executivo na Ford e depois presidente do Banco Mundial) que predominava na administração Kennedy¹¹⁶; também foi uma das figuras políticas mais estratégicas do país, desde o fim da II Guerra Mundial. Suas palavras delinearam bem o que se queria com a “pentagonização” das

¹¹⁴ MARTINS FILHO, João Roberto. A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia. Revista Varia história/Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: Vol. 28. nº. 48. - jul./dez. 2012. p. 519-536

¹¹⁵ Versão Original: “Probably the greatest return on our military assistance program investment comes from the training of selected officers and key specialists at our military schools... These students are the coming leaders, the men who will have the know-how and impart it to their forces. I need not dwell upon the value of having in positions of leadership men who have first-hand knowledge of how Americans do things and how they think. It is beyond price to us to make such friends of such men.” KLARE, Michael and ARNISON, Cynthia. Supplying Repression: U.S. Support for Authoritarian Regimes Abroad. Washington, D.C.: Institute for Policy Studies, 1981, Pg. 49. Apud FOX Jr., Carl T. Op. Cit. p. 50

¹¹⁶ ERROL, Morris. Sob a névoa da guerra: Onze lições sobre a vida de Robert MacNamara. Documentário Sony. 2003. 95 Min.

Forças Armadas da América Latina e seu resultado foi brutal para a democracia dos países atingidos. Suas palavras realçou, indiretamente, o papel da Escola das Américas.

A SOA, além de ter um papel muito ativo na formação de militares que participaram de golpes de Estado por todo o continente americano, potencializou o convívio entre militares e civis de diversos países, o que contribuiu para encaminhar situações e resolver impasses onde houve cooperação de aparelhos repressivos, serviços de inteligência e outras formas encobertas de colaboração e conexão política – unificada, caso da famosa Operação Condor¹¹⁷.

¹¹⁷ ASSUMPCÃO, Marla Barbosa. Op. Cit. p.20.

3. OS MANUAIS DE CONTRAINSURGÊNCIA.

O objetivo do presente capítulo será a análise dos documentos produzidos pela Escola das Américas que se constituem em material empírico de orientação e proposição de diretrizes para combate à subversão. Também se configuram, tais documentos, como o resultado do treinamento policial e militar realizada pela Escola das Américas sob o marco da Doutrina de Segurança Nacional.

Os manuais foram achados no site de uma organização não governamental chamada SOA Watch¹¹⁸, na criação da mesma há um fato chocante, o massacre, em 16 de novembro de 1989, em El Salvador, em que seis sacerdotes jesuítas e Elba Julia Ramos e sua filha Celina de 16 anos foram chacinados. Logo depois, o próprio Congresso dos EUA designou uma equipe para avaliar a participação de civis e militares treinados na Escola das Américas e o veredito foi que havia uma relação dos assassinos com a escola.¹¹⁹ Encabeçado pelo Padre Roy Bourgeois (envolvido com protestos anti-SOA desde a morte do Arcebispo Oscar Romero, em 1980), iniciou-se um movimento muito forte pelo fechamento em definitivo da SOA (ainda ativa); essa ONG organiza atividades de conscientização e questionamento sobre a SOA, e promoveu protestos pelos EUA e na América Latina visando fechamento da escola.

Retornando aos manuais, eles são facilmente achados no site; sua disponibilização ao público em 1996, foi fruto de pressão de vários setores populares estadunidenses; sua publicação permitiu conhecer as formas como eram treinados e instruídos os estudantes daquela escola a serviço de interesses dos EUA e dos seus aliados.

Assim, a ideia deste capítulo é avaliar o conteúdo dos manuais e cruzá-los com as diretrizes da DSN na América Latina, dentro da lógica da “contrarrevolução”. Da mesma forma, pretende-se apontar algumas questões sobre o “*modus operandi*” dos fatos ligados às técnicas de obtenção de informação como de contrainsurgência.

Os manuais a serem objetos de estudo são os seguintes: “*Guerra revolucionária guerrillera e doutrina comunista*”¹²⁰, que contém as definições básicas sobre os objetivos de se usar as estratégias de contrainsurgência; “*Contra-inteligencia*”¹²¹, que tem o objetivo “*de*

¹¹⁸ Algo aproximado a: “Observatório da SOA.”

¹¹⁹ História da SOA Watch é descrita a partir deste episódio em seu site na Internet. disponível em: <<http://www.soaw.org/en-america-latina/sobre-la-soa-watch>>. Acesso em 06/11/2013

¹²⁰ Anexo 2 – Ver anexos.

¹²¹ Anexo 2 – Ver anexos.

proporcionar la información básica sobre la misión y las actividades de contrainteligencia.”¹²²; os manuais de “*Interrogación*”¹²³ e de “*Manejo de Fuentes*”¹²⁴, onde será trabalhado as questões diretamente ligadas ao tratamento do inimigo como uma fonte preciosa de um processo de obtenção de informação sob a lógica da “guerra suja”.

Os documentos são elementos fundamentais para o historiador conseguir fazer a conexão entre o problema que escolheu para sua pesquisa e a realidade histórica que se busca reconstituir. Dentro dessa perspectiva, os manuais da Escola das Américas são os principais documentos que tornaram possível uma correlação entre a Doutrina de Segurança Nacional e a instituição que ficava no Canal do Panamá.

Porém, os manuais aqui dispostos são fruto do meio digital, logo, uma fonte com premissas ainda novas no meio historiográfico.¹²⁵ Até os debates dentro da Escola dos Anales, a forma de documento principal da profissão de historiador, sempre fora o papel, mas como Lucian Febvre alertou sobre a concepção de documento, o conhecimento histórico poderia ser produzido a partir de qualquer expressão humana pois suas características estão contaminados pelo contexto histórico:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar [...] Signos. Paisagens e telhas. [...] as formas do campo e das ervas daninhas. [...] os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entajada que supre a ausência do documento escrito?¹²⁶

O documento advindo da internet também exige do historiador todo o rigor científico que a ciência histórica impõe. Assim, pode-se analisar o que uma fonte exprime

¹²² Manual de Contra-inteligencia. School of the americas – Disponível no site da ONG “SOA watch”: <<http://www.soaw.org/about-the-soawhinsec/soa-manuals/98-soa-manuals-index>>

¹²³ Anexo 2 – Ver anexos.

¹²⁴ Anexo 2 – Ver anexos.

¹²⁵ ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. (AEDOS) Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS. Nº 8. Vol. 3, Rio Grande do Sul. 2011. Disponível em: <[http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279508083_ARQUIVO_O_Historiador_e_as_Fontes_Digitais\[1\].pdf](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279508083_ARQUIVO_O_Historiador_e_as_Fontes_Digitais[1].pdf)> Acesso em 15/11/2013

¹²⁶ FEBVRE, Lucien apud LE GOFF, Jaques. História e Memória. Campinas. Ed. Unicamp 1990, p. 540

sobre o momento em que foi criada, sobre as relações históricas que coexistiram com o documento.

Partindo dessas ideias, cabe informar que os manuais foram liberados em 1996 por uma lei de acesso a informação¹²⁷, semelhante à sancionada recentemente no Brasil. Eles foram produzidos sob orientação, principalmente, do Major Vic Tice do Exército dos EUA. O uso dos manuais analisados é descrito como sendo dos anos 80, contanto, segundo Lauderback, Tice foi o responsável por tentar aprimorar todas as instruções, técnicas, estratégias que a Escola das Américas já haviam anteriormente adaptado desde o Vietnã com o Projeto X.¹²⁸ O resultado final do conteúdo dos manuais, nada mais é do que uma compilação do acúmulo de todas as técnicas, teorias e trocas de experiências de militares feitas desde os anos 40 do século XX.

Depois dessa breve enunciação sobre a origem dos manuais, pode-se iniciar análises e comparação entre os mesmos. Optou-se fazer uma análise qualitativa de pontos importantes de cada texto selecionado de cada conteúdo repartido e os elementos doutrinários que os sustentam. É salientado, mais uma vez, que esses manuais são instrumentos de uma instituição militar que contribui e colabora no esforço de assegurar a hegemonia estadunidense no continente.

3.1 – “GUERRA REVOLUCIONARIA GUERRILLERA E IDEOLOGIA COMUNISTA ”

O manual de “*Guerra revolucionaria guerrillera e ideologia comunista*” é dividido em duas partes. Na introdução do manual é possível identificar algumas questões ligadas a um dos pilares da DSN, a geopolítica. Ao elencar as formas em que a guerra revolucionaria pode se manifestar, a questão da soberania nacional é bastante focada, seja na questão de conflitos entre colônia e metrópole, seja na própria intervenção e influência imperialista de países como Alemanha e Japão (o documento omite as intervenções imperialistas dos EUA). E importante

¹²⁷ O projeto X, foi uma operação secreta dos Estados Unidos, que envolvia o reaproveitamento e adaptação das técnicas de contrainsurgência usadas no Vietnã (programa Fenix) em manuais a serem distribuídos em escolas militares, como a SOA. Para saber mais: GILL, Lesley. *The Tortured History of State Terror*. Review of Alfred W. McCoy's *A Question of Torture: CIA Interrogation From the Cold War to the War on Terror* (NY: Metropolitan Books, 2006). *A Contracorriente*, v. 4, n. 3, p. 209-213, 2007. Disponível em: <<http://acontracorriente.chass.ncsu.edu/index.php/acontracorriente/article/view/323#.UpWUR8RDtqU>> Acesso em 27/11/2013

¹²⁸ LAUDERBACK. David. Op. Cit. p 307

ressaltar a forma como é explorada a Revolução Cubana e a escalada rápida (dois anos e meio) da guerrilha liderada por Fidel Castro. A Teoria do Foco é bastante contestada, segundo o manual, o foquismo era uma teoria que “*envuelve lanzar un movimiento armado sin el trabajo político preparatorio entre los campesino*”¹²⁹ e reforça que todos os movimentos posteriores que adotaram as táticas de guerrilhas foram aniquilados pela inoperância da Teoria do Foco. Ainda, reconhece que a Revolução Cubana foi uma “*sorpresa y accidente de esta naturaleza solamente pueden ocurrir una vez.*”¹³⁰. Ou seja, assume o equívoco de avaliação realizada pelos serviços de inteligência e pela chancelaria dos EUA em relação ao movimento que se estava gestando em Cuba.

Será caracterizado neste documento, principalmente, como os “insurgentes” se organizam, como combatem e quais são suas motivações para a ação guerrilheira. Como documento histórico de um período latino-americano bastante conturbado, este manual expressa a visão ideológica que a SOA constrói sobre os movimentos sociais e os grupos armados, colocando-os sob a ótica da defesa da Segurança Nacional. Também ressalta a ideia de que os treinamentos, base angular da “pentagonização” dos exércitos da América Latina, se inserem dentro do marco de uma “guerra diferente”, uma “guerra revolucionária” onde “*el enemigo es ambiguo y complejo. Es ambiguo por que puede infiltrar se facilmente en la población general sin detección y es considerado complejo por las organizaciones políticas y militares que ha establecido*”¹³¹. Aqui está, de certa forma, parte da origem da presença de um inimigo não tradicional, um “inimigo interno”, um inimigo que deverá ser enfrentado a partir de uma doutrina diferente da doutrina clássica de guerra.

A guerra total contra o comunismo e a subversão é a meta que regerá as instruções aos alunos da SOA na questão relacionada à repressão e à segurança da nação. Claro que os militares e civis latino-americanos que passaram pela SOA não tinham uma percepção tão direta de que, incorporar a diretriz da instrução fornecida por essa ou por outra instituição de treinamento e doutrinação militar, os levava, para além da própria concepção de proteger a sua pátria da ameaça comunista; na prática, muitos não sabiam que acreditar nisso os tornava reféns ou associados no esforço de garantir os interesses e a hegemonia dos EUA sobre os países do continente.

¹²⁹ Manual de Contra-inteligencia. School of the americas. Pág. 4 – Disponível em: <<http://www.soaw.org/about-the-soawhinsec/soa-manuals/98-soa-manuals-index>> Acesso em: 30/10/2013

¹³⁰ Manual de Contra-inteligência. Op. Cit.. p. 4.

¹³¹ Idem. p. 76.

3.1.1 – A insurgência na visão da Escola das Américas.

É possível elencar alguns excertos do manual que aborda a contrainsurgência, para que se demonstre antes de tudo o que é a insurgência na visão da SOA e como as formas de entendê-la e combatê-la podem estar ligadas à implementação da DSN na América Latina.

Na introdução do primeiro capítulo é resumido o que é dito aos estudantes que é “insurgência”:

Una insurgencia es un intento por un grupo organizado de derrocar a un gobierno constituido por el uso de la subversión y los conflictos armados. Los insurgentes tienen muchas estrategias y técnicas que pueden ser utilizadas en sus intentos de obtener el control político de la nación. No importa la estrategia utilizada por los insurgentes, cada insurgencia será distinta, y los insurgentes establecerán sus métodos de operaciones de acuerdo con la situación para lograr sus objetivos.¹³²

Primeiramente é especificado que a “insurgência” serve apenas para conspirar contra governos, mesmo que seu caráter esteja ligada à derrubada de um governo ditatorial. Também a “insurgência” é feita sempre por um “grupo organizado”, portanto toda organização de alguma forma de resistência ou existência de algum movimento social que conteste é considerada subversão. O manual, ainda explica o funcionamento de três formas de estratégias: a leninista, a maoista e a teoria do foco. Para os militares que fundamentaram o manual, não há outra forma de resistência ao capitalismo se não através de estratégias ligadas ao inimigo primordial do mundo livre: o comunismo.

A Escola das Américas atraiu militares de diversos países da América Latina, como o Uruguai. As Forças Armadas deste país, já nas datas próximas do golpe de Estado de junho de 1973 enviaram um número significativo de militares, como visto anteriormente na tabela de graduados (após o golpe de Estado, o número de alunos enviados alcança o pico de 109 graduados). Em um dos manuais doutrinários de suas Forças Armadas publicado em 1976, é possível localizar algumas ressonâncias ideológicas à concepção de insurgência da SOA:

Sin perjuicio de matices y variantes inherentes a cada país, la subversión latinoamericana se itenta rasgos generales comunes para todos ellos, determinadas por su idéntico, origen y finalidad. [...] El objetivo esencial de los movimientos

¹³² Manual de Guerra Revolucionaria Guerrillera e Ideologia Comunista – School of the Americas. Pág. 5. Disponível em: <<http://www.soaw.org/about-the-soawhinsec/soa-manuals/98-soa-manuals-index>> Acesso em: 30/10/2013

subversivos latinoamericanos, bajo la inspiración y conducción rectoras del marxismo-leninismo, no es otro que el de desquiciar la sociedad democrática y sus gobiernos, para llegar a la toma del poder e instaurar el comunismo.¹³³

Neste pequeno excerto do enorme manual das Forças Armadas do Uruguai, pode-se notar a ideia de que a única motivação possível dentro dos movimentos que contestavam o governo era a derrubada da sociedade democrática, estando eles influenciados pelo marxismo-leninismo. O inimigo estava no meio da população e o comunismo tinha que ser combatido para que o mundo livre triunfasse; era o que os manuais tentavam apontar ao definir as sublevações latino-americanas; porém, pouco problematizavam as causas e questões histórico-sociais da população e de setores pertencentes a ela, reduzindo qualquer problema social a uma visão maniqueísta da Guerra Fria e das estratégias do comunismo.

Não há outra forma de identificar os insurgentes a não ser os termos “*guerrillero*” e “*terrorista*”¹³⁴, o que mostra a visão que era disseminada pela Escola das Américas sobre os grupos que buscavam contestar o sistema visando o governo de seu país. Logo, eram inimigos a serem duramente combatidos e de preferência, eliminados.

3.2 – ENTENDER O INIMIGO: A “IDEOLOGIA COMUNISTA.”

A segunda parte do manual de “*Guerra Revolucionaria Guerrillera e Ideologia Comunista*” traz informações importantes para se entender como a ideologia advinda da Doutrina de Segurança Nacional percebeu os inimigos do “Mundo Livre”.

Dedicada à compreensão da “Ideologia Comunista”, a segunda parte do manual revela muitos aspectos do que se pretendia ao enviar militares e civis para a SOA. A tônica é bastante elucidativa:

El propósito de este capítulo es de familiarizar a los estudiantes con los principios de las ideologías comunistas y hacer observar las falacias de las teorías comunistas que se abarcan en esta instrucción. Es evidente que el comunismo es nuestro enemigo, pero no podemos combatir este enemigo si continuamos ignorando las fuentes de su filosofía, su ideal o sus planes de acción. El comunismo es llamado, por su propias partidarios, “una filosofía em accion.” Tal como dijo Marx, “los filosofos tan solo han interpretado al mundo de diversas maneras; sin embargo, el punto está en cambiarlo.” Es importante que comprendamos el curso que quieren dar los

¹³³ JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE. Los Fuerzas Armadas al pueblo oriental, Tomo 1, La subversión. 1976. pág 199.

¹³⁴ Manual de Contra-inteligência. Op. Cit. p. 37

comunistas a estos cambios y las razones que ellos alegan tener.¹³⁵

O anticomunismo é, por princípio, característica da DSN advinda dos EUA¹³⁶ – mas também é alimentada pelas contribuições doutrinárias nacionais – dentro da lógica da Guerra Fria no qual a iminência de uma III Guerra Mundial nunca deixaria de estar presente na agenda política das superpotências. Portanto, ao mesmo tempo que se estuda “a ideologia comunista” se legitima um discurso violento contra uma ideia política. Marx ao analisar a ideologia na sociedade alemã do século XIX, criticou o idealismo que as análises dos pensadores alemães continham, idealismo em um sentido de pensar a realidade a partir do “mundo das ideias”, ao contrário do materialismo dialético histórico que propunha um pensamento que partisse das condições historicamente determinadas pela realidade; por isso, segundo ele, a ideologia burguesa seria uma deturpação, uma ilusão da realidade, tal apreciação é compara a ótica invertida de uma câmara escura.¹³⁷ A DSN, forjada no seio de disputas entre o Bloco Capitalista e o Bloco Comunista, mantinha esse aspecto ilusório ao vincular elementos da Segurança Nacional ao combate da subversão, “*pois quase toda ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história, ou a uma abstração completa desta. A própria ideologia não é senão um dos aspectos dessa história*”¹³⁸, mesmo que, na realidade, os setores ou movimentos sociais que aparecessem no espectro político não tivessem influência alguma dos pensamentos de Marx.

Os ataques à “ideologia comunista” permeiam todo o manual; e sempre que se necessita algum modelo de sociedade para comparar com os “objetivos comunistas”, é usada a democracia como forma alternativa e melhor, em relação ao modelo de sociedade idealizada por Marx. Assim, uma das vantagens que a democracia apresenta é que:

puede ofrecer todos los beneficios materiales que puede ofrecer el comunismo y también puede brindar una atmosfera de libertad que no puede brindar el comunismo. Los ideales democráticos son tan admirables como los ideales comunistas y tienen mucho más probabilidades de realizarse en este mundo.¹³⁹

A liberdade em uma democracia do ponto de vista liberal é afirmada constantemente no manual; paradoxalmente, nesta mesma escola passaram militares da estirpe de Hugo

¹³⁵ Manual de Guerra Revolucionaria Guerrillera e Ideología Comunista, Op Cit.. p. 85

¹³⁶ GURGEL, José Alfredo Amaral. Op. Cit. p.34.

¹³⁷ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã (em português). 3º ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 174.

¹³⁸ Idem. 1999 p. 23

¹³⁹ Manual de Guerra Revolucionaria Guerrillera e Ideología Comunista, Op. Cit. p. 91

Banzer (seu nome esteve presente no “hall da fama” da SOA) e Leopoldo Galtieri¹⁴⁰, responsáveis por governos radicalmente antidemocráticos na Bolívia e Argentina, respectivamente.

O texto se dedica, ainda, a explicar a concepção de materialismo histórico, as elucidações de Marx sobre economia e capitalismo, sempre expondo que o erro de Marx foi desconsiderar as nuances e adaptações do capitalismo no Ocidente e no Oriente. Mesmo que essa crítica tenha sido trabalhada de forma contida, o final do capítulo exalta um ódio as teorias de marxismo, ao comparar com uma religião:

Algunos han llamado al comunismo una clase de religión. Este no es una religión de acuerdo con nuestro sentido de esa palabra, pero es una clase de pseudo-religión, ya que tiene un fundador, una mitología, un libro sagrado, un clero, un lugar de peregrinaje y una inquisición. El fundador es Marx; la mitología es teoría comunista; el libro sagrado es Das Kapital; el clero son los miembros del partido comunista; el lugar de peregrinaje es Moscú y la inquisición del Estado (KGB) y otros. Verdaderamente, como dijo Marx, comunismo es el “espectro que está rondando a Europa.” Hoy día ese espectro esta rondando en todo el mundo. Ustedes no pueden esperar que van a convencer a un comunista consagrado de los errores de sus doctrinas, pero si deben estar en capacidad de hacerle notar a una persona imparcial, las falacias que encierra la ideología comunista; y ustedes deben sentirse mas justificados en la validez de la doctrina democrática en vista de las falacias que han aprendido a descubrir en la doctrina comunista.¹⁴¹

Todo o trabalho desta parte do capítulo foi explicar e mostrar como funcionava a “ideologia comunista” para os estudantes da SOA, e seu último trecho parte para um ataque a um inimigo comum, o comunista. Este é o olhar dessa instituição sobre os insurgentes, ou seja, parte de uma seita “pseudo-religiosa” baseada nos escritos de Marx. Uma visão bastante deturpada da realidade, pois considera qualquer pessoa que tenha se envolvido em movimentos de libertação nacional, característicos da segunda metade do século XX, como comunista, ou então pessoas que se ligaram a movimentos sociais que contestavam o desenvolvimento capitalista ou simplesmente criticavam o governo nesta caracterização preconceituosa. De qualquer forma, a resposta é sempre igual: comunistas planejando o fim do “mundo livre”.

No discurso do general Pinochet no trágico 11 setembro de 1973, no Chile, está explicitado como as forças do “mundo livre” viam e deveriam combater a subversão:

“O Chile, assim como outros países, sofreu o ataque do marxismo-leninismo e

¹⁴⁰ Op. Cit. FOX. Carl T.. p. 62.

¹⁴¹ Manual de Guerra Revolucionaria Guerrillera e Ideologia Comunista, Op. Cit. p. 128

decidiu enfrentá-lo e combatê-lo até a vitória total [...] uma doutrina radicalmente errada, mas de uma agressão permanente que põe em perigo a própria vida da nação. [...] Não há meio de imaginar um diálogo nem uma possível transação, pois tudo o que é marxismo-leninismo, mesmo sendo aparentemente sadio, está na verdade envenenado.”¹⁴²

O combate ao “marxismo-leninismo” no Chile, como em toda América Latina desencadeou governos extremamente autoritários¹⁴³ em todos os setores, da política à cultura e as liberdades fundamentais do ser humano em uma democracia foram suprimidas. Todos os ataques ao Estado de Direito foram justificadas pela visão deturpada da realidade que a DSN exigia para cumprir os “objetivos nacionais da nação”.

3.3 – “CONTRAINTELIGENCIA”.

Outro manual que foi liberado em 1996, no governo Clinton, foi o “*Manual de Estudio de Contra-inteligencia*”, que contém 19 capítulos, distribuídos em 300 páginas. Seu conteúdo está relacionado as técnicas de espionagem, investigação, falsificação de provas, vigilância, entre outros tantos correlatos com a rotina dos serviços de inteligência.

Antes de analisar o manual com mais atenção, é importante entender o que significa o termo inteligência dentro do âmbito militar. De acordo com a historiadora Priscila Antunes, pode-se definir inteligência como:

Organizações que atendem à função de inteligência dentro de um determinado governo. A atividade de inteligência é uma componente atual e significativa do poder de Estado, enquadrando-se no núcleo coercitivo que provê a prestação de serviços públicos de defesa externa e da manutenção da ordem institucional, as duas funções constituindo características do monopólio legítimo do uso da força. Seu conceito exige esclarecimentos sobre o uso restrito que se deve fazer do termo inteligência, atividade vinculada a certos tipos de informações relacionadas a essas esferas, às atividades desempenhadas no sentido de obtê-las ou impedir que outros as obtenham, e às organizações responsáveis pela realização e coordenação da atividade na esfera estatal. Fala-se em sistemas/comunidades de inteligência, ao invés de organização de inteligência, devido ao fato de as mesmas terem surgido em etapas distintas, que historicamente foram se especializando.¹⁴⁴

¹⁴² PINOCHET, Gen. Augusto. Discurso de 11 de Setembro de 1976. Apud COMBLIN, Joseph. Op. Cit.. p. 38

¹⁴³ WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, Cesar Barcellos. Ditaduras militares na América Latina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Editora UFRGS, 2004.

¹⁴⁴ ANTUNES, Priscila. O sistema de inteligência chileno no governo Pinochet. Revista Varia história/Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. v. 23, n. 38, p. 399-417, 2007.

A inteligência está dentro do monopólio do uso da força do Estado, e sua utilização denota uma preocupação do Estado com a existência de inimigos ou ameaças reais ou potenciais. A Contrainteligência é fruto dessa mentalidade no contexto de Guerra Fria, e a Escola das Américas também manteve cursos especializados nessa tipologia de ações.

Na introdução do manual, há uma breve definição do que seria a Contrainteligência, como parte de um todo (o Serviço de Inteligência). Ela é uma *“actividad o actividades organizadas colectivamente por un servicio de inteligencia dedicadas a obstruir la fuente de información del enemigo a través del encubrimiento, códigos, claves, censura y otras medidas para engañar al enemigo por medio de información errónea, artimañas, etc.”*¹⁴⁵ Sendo dividida em atividades defensivas (segurança de informações) e atividade ofensivas (Contraespionagem, Contrasabotagem, Contrasubversão e Contraterrorismo). A Contrainteligência parte do pressuposto de que o inimigo age camuflado no meio da população e realiza atividades de inteligência, sendo necessário formas de combate específicos a esta instância do enfrentamento entre o Estado e seus opositores.

O manual que chama a atenção em relação ao modo de atuação dos serviços, ou sistemas, de inteligência de regimes que foram adeptos da DSN na América Latina. De certa forma, o estímulo para a contribuição destes serviços estratégias, dentro da lógica da segurança nacional, ocorreu nas gestões governamentais a partir da presidência de Eisenhower, onde se iniciou uma refutação a ajuda militar direta, ou seja, intervenção com tropas e auxílio às Forças Armadas dos países aliados com equipamentos de artilharia pesada, partindo para a “resposta flexível”, uma “Guerra Especial” no qual se optaria por treinamentos de militares, no qual o foco das ações seriam as de contrainsurgência¹⁴⁶. Para corroborar esta mudança paradigmática nas ações dos Estados Unidos no intuito de garantir sua hegemonia (aliados) no continente, cabe ressaltar que dentro dos princípios que o manual aponta sobre as ações de Contrainteligência (objetivo, segurança, surpresa, comando, ofensiva, manobra, economia de força e simplicidade)¹⁴⁷, os serviços de inteligência optam por operações discretas e com “economia de forças”. Se décadas de 30 a 50 a ajuda militar era algo massivo, e se explicitava, via propaganda, a aliança dos EUA com a América Latina, nos anos 50, isso muda. Essa situação muda por outra de campanhas veladas, passando a falsa ideia de que os EUA se envolveriam menos na região. Pode se afirmar em realidade, que a

¹⁴⁵ Manual de Contra-inteligencia. Op. Cit.. Pág. 1.

¹⁴⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. Op. Cit. p. 71.

¹⁴⁷ Manual de Contra-inteligencia Op. Cit. Pág. 2.

ajuda militar e os gastos mudam de perfil, pois não se via mais utilidade em equipamentos pesados de guerra (helicópteros, tanques, bateria antiaérea); o que passa a ser essencial é o financiamento para treinamento, aquisição de equipamentos para policiamento ostensivo, etc, porém, a política de interferir na soberania de outros países diretamente continua, partindo também para a cooptação de setores que tinham interesses semelhantes como aqueles vinculados à diplomacia do Dólar e exigiam “segurança e desenvolvimento”. Estabelece-se uma conclusão de interesses onde certos setores de latinos americanos vem com os próprios interesses dos EUA. Aqui é onde se deve relacionar a importância de uma estrutura como a SOA e a relação que, no seu interior, se estabelece com os alunos militares e civis dos países da região.

A contrainteligência também é uma forma de envolver toda a sociedade na “guerra total”, no embate que envolve toda a nação no expurgo do comunismo que ameaça o “mundo livre”. Essa é a ideia que fica subentendida no manual, quando define que qualquer soldado ou informante é uma agência de informação¹⁴⁸, que “*puede proporcionar información sobre las actividades de inteligencia del enemigo, inclusive la subversión.*”¹⁴⁹ Tal proposta de interpretar as técnicas relacionadas a guerra da informação está, com certeza relacionada a histeria advinda da Guerra Fria, sendo presente em todo regime de Segurança Nacional da América Latina.

Por exemplo, um dos princípios que chama a atenção, pela forma como é apresentada naturalmente no manual é a censura¹⁵⁰. É fato conhecido no Brasil que a ditadura civil militar censurou meios de comunicação e expressões culturais que representassem “perigo” ao regime ou a cultura ocidental (leia-se cristã)¹⁵¹, mas também em outros países da América Latina a censura foi muito usada fosse para intimidar ou para reprimir. O manual de contrainteligência estabelece quatro campos de atuação da censura: censura das Forças Armadas; Censura Civil; Censura da Imprensa; Censura de prisioneiros de guerra¹⁵². Nas palavras bem delineadas do manual, considerando a delimitação da liberdade de expressão e do necessário controle de informações, a censura:

¹⁴⁸ Manual de Contra-inteligencia. Op. Cit. p. 3.

¹⁴⁹ Idem. p. 3.

¹⁵⁰ Idem. p. 10.

¹⁵¹ FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004.

¹⁵² Manual de Contra-inteligencia Op. Cit. p. 10-11.

“es el control y examen de las comunicaciones con doble proposito: primero, para evitar la tramitación de información que sea de interés y ayuda al enemigo; y segundo, para coleccionar y propagar información valiosa al servicio de inteligencia que ayuda nuestro esfuerzo de guerra. El término de las comunicaciones incluye todo tipo de material postal, sin importar la classe; medios de comunicación eléctricos y cualquier otra forma tangible de comunicación que pueda cargarse sobre los ombros, embarcarse en el equipaje o entre los efectos personales o que de cualquier outro modo pueda ser trasmitida desde una área donde se lleva a cabo la censura.”¹⁵³

Se o manual orientava quanto à censura, no intuito de vencer a luta contra o inimigo, nos países adeptos da DSN a censura metamorfoseou-se em diversas outras formas, não só no sentido de atingir o inimigo direto, mas de cercear a liberdade de cidadãos que expressassem qualquer tipo de critica ao regime ou fizessem alguma menção ao “temido comunismo”.

Há uma pergunta importante a ser feita: como ações de censura ou serviços de inteligência conviviam com constituições democráticas? Suzeley Mathias e Fabiana Oliveira em um artigo sobre o serviço de informações no Brasil do regime militar, encontram essa contradição e confirmam que o Estado do século XX convive naturalmente com informações que precisam ficar em segredo, pelas questões relativas a sua própria soberania, porém, contudo é necessário lembrar que os serviços de inteligência não são exclusividade dos meios civis, estando sujeito aos preceitos militares mesmo que entrem em confronto com a lógica da política do Estado moderno. A violência contra a população, justificada pela DSN e o anticomunismo, só é garantida sobre o manto do segredo que as ações de contrainteligência permitem.¹⁵⁴

3.3.1 – Repressão ao terrorismo, fogo contra fogo.

Os capítulos XXIX e XXX do mesmo manual tratam de assunto muito delicado e importante para a formação, e percepção, ideológica do treinamento militar presente neste manual: o terrorismo e o contraterrorismo.

Se atualmente a “luta contra o terror” é associada às ações militares dos EUA contra os grupos milicianos do Oriente Médio, pode-se dizer que não foi após o 11 de Setembro de 2001 que a expressão “terrorismo” foi amplamente usada pelas forças militares

¹⁵³ Idem. P. 10 e 11.

¹⁵⁴ MATHIAS, Suzeley Kalil; ANDRADE, Fabiana de Oliveira. O Serviço Secreto e a cultura do segredo. Revista Varia história/Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: Vol. 28. n.º. 48. - jul./dez. 2012. p. 537-555.

estadunidenses. Na SOA, os manuais é apresentado com naturalidade a ideia de uma luta contra o terror e essa noção de treinamentos idealizada pelos EUA, foi transmitido para realidades por demais distintas daquela do país líder do bloco capitalista; um dos resultados é o uso da terminologia “terrorista” para qualquer grupo que viesse a criticar e questionar o status quo vigente na América Latina.

A definição de terrorismo no manual aponta, inicialmente, que o sentido da palavra depende da perspectiva política de quem a usa, pois *“parece depender del punto de vista – es lo que hacen los “tipos malos.”*¹⁵⁵ Porém, depois é apresentada uma definição funcional, no qual o terrorismo se encaixa como *“campana de violencia destinada a inspirar temor – una campana para aterrorizar. Por lo general lo lleva a cabo una organización y tiene como meta fines políticos.”*¹⁵⁶. A visão de que tudo que é contra o governo, objetiva sua destruição e tomar o poder, de forma muito organizada continua presente, reforçando a necessidade de uma repressão que, até preventivamente, defenda a manutenção de um governo, da segurança nacional.

No mesmo capítulo XXIX, é apresentado o perfil da figura do terrorista. Constam, nessa seção, tipos de terroristas: *“El cabecilla adiestrado”*, *“El operador activista”* e *“El idealista”*. *“El cabecilla adiestrado”* seria o líder do grupo, no qual é anexado o termo *“casi siempre marxista”*, *“muy fuerte, inteligente y bien adiestrado”*; *“El operador activista”* seria o praça das ações, o soldado, que tem como características ser *“duro, sin sentimientos, a veces no muy inteligente y muchas veces hasta psicótico.”*; por fim, *“El idealista”* que em geral é um *“universitario fracasado, alejado de la familia y aislado de la sociedad”*.¹⁵⁷ Tais definições seriam os tipos de terroristas, e estas seriam os inimigos que seriam encontrados pelos alunos da SOA nos países latino-americanos, ou seja, líderes marxistas vilanescos, militantes sem emoções e frios e estudantes universitários fracassados, sem valores na família e na religião. Ainda é observado a idade, o sexo (quase sempre masculino), o estado civil, a origem (urbana ou agrária), antecedentes socioeconômicos, educação/ocupação, recrutamento (universidade, fábrica, etc.) e religião. O “terrorista genérico” é apresentado como um homem, solteiro, urbano, de antecedentes liberais, de boa educação, advindo do meio universitário e ateu (também podendo ser católico: *“sacerdotes católicos y las monjas han desempeñado papeles activos en las operaciones terroristas em ambos sectores”*¹⁵⁸). Difícil

¹⁵⁵ Manual de Contra-inteligencia Op. Citp. 271

¹⁵⁶ Idem. p. 271

¹⁵⁷ Idem. p. 275

¹⁵⁸ Idem p. 275

acreditar na existência concreta de esteriótipos deste tipo, que eram amostras repassadas os alunos da SOA. Independente disso, o que se viu na prática repressiva das ditaduras latino-americanas, foi aplicação de uma violência de Estado generalizada¹⁵⁹. Desconsiderando qualquer esteriótipo anterior, os torturados e reprimidos pelos regimes ditatoriais foram identificados como terroristas¹⁶⁰. Também as universidades são apontadas como redutos da doutrina marxista, como centro de recrutamento; tanto no Brasil como em outros países, foram observados e monitorados (docentes e discentes) o tempo todo pelos serviços de inteligência.¹⁶¹

Finalmente, no capítulo XXX, são apresentadas as ações a serem tomadas contra o terrorismo e, pode se antecipar que é, literalmente “fogo contra fogo”. Primeiro são apresentadas algumas perguntas que vêm sempre acompanhadas de respostas sobre os atos de “terrorismo”. Uma delas por exemplo, pergunta quais são os objetivos dos terroristas e do governo? Os terroristas visam “*obtener apoyo popular para su movimiento*”¹⁶², algo que o governo também quer, apoio popular. Portanto, orienta-se que os atos de contraterrorismo devem ser altamente cuidadosos e sigilosos, pois qualquer informação do envolvimento governamental em tais ações poderia significar vitória psicossocial dos “terroristas”. Por isso, antes de tudo, a ação contraterrorista é secreta, de preferência que termine com as possíveis ações de grupos inimigos visados. Se é destacado como são tão delicadas tais operações, os fatos históricos demonstraram o uso e abuso recorrente dos mesmos.¹⁶³

3.4 – “INTERROGACIÓN” E “MANEJO DE FUENTES”.

O “Manual de interrogatório” (oriundo da década de 80, assim como os outros manuais) tem 145 páginas, dividido em vinte capítulos e dois anexos.¹⁶⁴ O manual de “controle de informantes”¹⁶⁵ contém 161 páginas divididas em dez capítulos.¹⁶⁶ Neste item será feita a

¹⁵⁹ WASSERMAN, Cláudia; GUAZZELLI, Cesar Barcellos. Op. Cit. Pág. 54

¹⁶⁰ GABEIRA, Fernando. O que é isso, companheiro?. Companhia das letras, 1996.

¹⁶¹ MANSAN, Jaime Valim. Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964-1969). 320 f. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História/PUCRS, Porto Alegre. 2009.

¹⁶² Manual de Contra-inteligencia Op. Cit. p. 282

¹⁶³ GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁶⁴ Manuais disponíveis em: <<http://www.soaw.org/about-the-soawhinsec/soa-manuals>> Acesso em 17/11/2013

¹⁶⁵ Optou-se por traduzir a expressão em espanhol “Manejo de Fuentes” para “controle de informantes”, pois este manual trabalha com a questão dos informantes e dos agentes infiltrados.

¹⁶⁶ Manual Manejo de Fuentes – School of the Americas. Disponível em: <disponíveis em:

abordagem destes dois manuais, por serem menores e também por tratarem de assuntos técnicos entrelaçados: seus objetivos se cruzam estão intimamente vinculados e diretamente relacionados com o controle da informação.

Sobre o “Manual de Interrogatório”¹⁶⁷ é possível fazer algumas observações sobre seu conteúdo. Há todo um cuidado em suas páginas, com a tortura e a violência física e psicológica, pois muitas ditaduras, no final dos anos 80, na América Latina, já declinavam. Enquanto governo de Jimmy Carter defendia a bandeira dos direitos humanos. Porém, cabe ressaltar que o “Manual de Interrogatório” contém algumas passagens muito semelhantes com o KUBARK¹⁶⁸, manual de 1963 no qual se ensinava técnicas de interrogatório. No manual da SOA, há uma preocupação de expor as Convenções de Genebra para seus alunos, porém cabe a questão: se nos anos 60 havia manuais como os da CIA que ensinavam práticas de tortura psicológica e física (como choques elétricos¹⁶⁹), o que causava tanta preocupação nos instrutores (Major Vic Tice principalmente) em destacar direitos humanos em um manual de interrogação de inimigos? O medo que seus alunos praticassem a tortura? Mas pode-se inferir, certamente, que a administração Carter queria dissociar sua imagem dessas práticas repressivas, até como forma de manter, formalmente, a bandeira dos direitos humanos (utilizada como forma de mostrar a superioridade do “sistema democrático ocidental” em relação ao “sistema autoritário comunista”).

Não há como avaliar se a SOA manteve treinamento relacionado a tortura, como há também uma constante de militares que passaram por suas instruções e negaram qualquer envolvimento da escola com uma instrução específica para torturar. Há militares argentinos que negam a presença de treinamentos ligados a tortura na escola. Carl T. Fox em seu trabalho sobre a SOA, cita dois militares argentinos, no qual um deles afirma que “*a Escola das Américas foi inútil, tivemos de aprender à medida que avançávamos. Eu li muito sobre os*

<<http://www.soaw.org/about-the-soawhinsec/soa-manuals>> Acesso em 17/11/2013 Acesso em: 17/11/2013

¹⁶⁷ Manual de Interrogación – School of the Americas. Disponível em: <<http://www.soaw.org/about-the-soawhinsec/soa-manuals>> Acesso em 17/11/2013

¹⁶⁸ Manual datado de 1963, usado pela CIA. A palavra KUBARK é um nome criptografado, usado pela agência de espionagem dos EUA para referir-se ao manual. Em várias passagens do manual, há alusões a tortura física e psicológica. O documento fora liberado pelo “Ato de Liberdade” (Freedom of Information Act) em 1997 pelo Congresso estadunidense. Para ver mais: KLEINMAN, Steven M. KUBARK Counterintelligence Interrogation Review: Observations of an Interrogator. *Interrogation: Science and Art*, v. 209, p. 95, 2006. Disponível em:

<<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.115.5748&rep=rep1&type=pdf#page=127>>

Acesso em 27/11/2013

¹⁶⁹ Site que analisa brevemente o KUBARK: Prisoner Abuse: Patterns from the Past. National Security Archive Electronic Briefing Book No. 122. Disponível em: <<http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB122/index.htm>> Acesso em: 15/11/2013

*métodos franceses na Argélia. Isso ajudou um pouco.*¹⁷⁰ Contanto, outro militar, o oficial Ernesto Urien, disse que esteve na SOA nos anos 70, e traz outro ponto de vista: “*Em conversas casuais o tema da tortura vinha a tona, e eles diziam: “Faça o que é preciso para conseguir o que você precisa. As ferramentas que você escolher, legais ou ilegais.*”¹⁷¹. Há ainda os depoimentos de oficiais estadunidenses, citadas no livro de Lesley Gill sobre a SOA, no qual os alunos culpados de “*violaciones a los derechos humanos*”¹⁷² eram “*poca manzanas podridas*”¹⁷³ e que não refletiam o todo da escola. Portanto, não se pode nem negar as acusações de tortura que recaem sobre a instituição como também não se pode afirmar que a escola era um antro de treinamento de tortura, porém, que ela servira para disseminar o pensamento justificador (DSN) de ações terríveis, como a “informação a qualquer custo”, parece algo reconhecido. De qualquer forma, mesmo que se considere o impacto da política dos direitos humanos de Jimmy Carter, não é plausível pensar que, em tão pouco tempo, tenha ocorrido uma profunda mudança de mentalidade ou dos conteúdos programáticos entre os especialistas oriundos da SOA.

Retornando ao “Manual de Interrogatório”, há a ênfase dada ao aluno que ele está no controle da situação e o interrogado “*especialmente si esta detenido por fuerzas militares durante operaciones tacticas, normalmente ha sufrido una experiencia traumatica y teme por sua vida.*”¹⁷⁴ Conseguir que o interrogado tenha a sensação de medo prévio ao que acontecerá em sua estadia nas dependências do interrogatório, é o indício de que essa sensação disseminada no conjunto, demonstra a eficiência dos seus dispositivos imobilizadores tanto de ordem pessoal quanto coletivo. A “repressão preventiva” assume um papel diferenciado na prática de controle e vigilância dos cidadãos.¹⁷⁵ E a partir dessa “administração” das liberdades, se poderia evitar conflitos diretos. O interrogatório é uma das técnicas, porém, as estratégias propostas para obtenção de informações também colocam as práticas de

¹⁷⁰ Versão Original: “The School of the Americas was useless, we had to learn how as we went along. I read a lot about the French methods in Algeria. That helped a little.” ROSENBORG, Tina. *Children of Cain: Violence and the Violent in Latin A* New York, NY: William Morrow and Company, Inc., 1991. apud in FOX Jr., Carl T. Op. Cit. p. 72

¹⁷¹ Versão Original: “In informal talks the theme of torture would come up, and they’d say, ‘Do what you must to get what you need. The tools you choose, legal or illegal, are up to you.’” ROSENBORG, Tina. *Children of Cain: Violence and the Violent in Latin A* New York, NY: William Morrow and Company, Inc., 1991. APUD in FOX Jr., Carl T. Op. Cit. p. 72

¹⁷² GILL, Lesley. Op. Cit. pág. 22

¹⁷³ Idem p. 22

¹⁷⁴ Manual de Interrogación Op. Cit. p. 2

¹⁷⁵ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História São Paulo ANPU/Humanitas*, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997.

“contatos”, de “fontes”, em suma, dos informantes e de agentes infiltrados.

No manual *“Manejo de Fuentes”* o controle da informação é o tema central. Como ponto de partida, deve-se considerar que para esta tarefa o governo terá que contar com o apoio de civis, seja de livre espontânea vontade, ameaçados ou cooptados através de pagamentos. Na parte introdutória, como nos outros manuais, se define o objeto principal que será estudado: *“el empleado”*. Este fornecedor de informações *“es aquella persona que proporcione información de valor para la inteligencia a cambio de alguna recompensa, ya sea monetaria o de otra índole.”*¹⁷⁶ A recompensa se explica não por uma questão ética ou moral, mas sim por uma questão estratégica, pois uma das formas do governo aproximar-se de seus cidadãos é mediante pagamento pela prestação de serviços de confiança como a obtenção de informações, essas que era peças-chaves para os governos adeptos da DSN manter sob sua tutela os “insurgente”, “terroristas” da “guerra suja”. A CIA já havia mostrado, de forma insistente, a importância estratégica à ter extremas folhas de pagamento. Além, de mensurar a colaboração, era uma forma de garantir fidelidade ou convencer pessoas relutantes em seguir colaborando, já que podiam chantageá-las ou ameaçá-las com a exposição pública de sua atuação encoberta junto dos meios repressivos, ou seja, expô-los publicamente sua condição de traidor.

Mas o que se pode atestar nestes manuais além da questão da “sagrada informação”? Nestes dois manuais há questões que podem ser cruzadas com práticas relacionadas a violações dos direitos humanos. O interrogatório é um elemento presente em todos depoimentos de indivíduos que foram presos em regimes militares, como fez parte da formação dos responsáveis, militares ou policiais, pela extração de conhecimentos sobre a situação de seus “inimigos”. Nas definições dos manuais dos DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) de 1971, distribuída pelo SNI (Serviço Nacional de Inteligência), são colocados vários pontos semelhantes aos dos manuais da SOA, fato que é reforçado por Carolina Bauer ao alertar que *“o “Manual” assemelha-se muito com o manual de interrogatório utilizado nos cursos dos Estados Unidos na Escola das Américas, no Panamá”*¹⁷⁷. O manual do DOPS, por exemplo, orientada para a forma como o interrogado deve ser descaracterizado de sua personalidade na chegada à prisão:

¹⁷⁶ Manual de Manejo de Fuentes Op. Cit. p. 1

¹⁷⁷ BAUER, Caroline Silveira. Avenida João Pessoa, 2050-3o. andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). 2006. pág. 108

Os prisioneiros não devem ter permissão para falar ou fumar, exceto nos interrogatórios, de acordo com as necessidades, e devem receber o mínimo de água e alimentos, suficientes para conservá-los num razoável estado de saúde. Há, algumas vezes, uma tendência natural de sentir piedade de um prisioneiro com aparência infeliz e apavorada. Isto deve ser evitado. (Os homens encarregados da guarda dos prisioneiros devem estar prevenidos e instruídos a respeito). O fato de aquele indivíduo, em circunstância diferentes, poderia, prazerosamente, enfiar uma faca nas costas de seu captor, deve ser lembrado constantemente.¹⁷⁸

A instrução é clara e concreta. Deve-se evitar, de todas as formas, qualquer possibilidade de empatia entre o interrogado e o interrogador; deve ficar bem claro, que do outro lado há um inimigo que esconde informações cruciais para a segurança da nação. O manual da SOA, aposta em fases no processo de obtenção da elaboração do interrogatório. O silenciamento para com o prisioneiro é efetuado para impedir que ocorra qualquer afetividade e por isso uma das atitudes a serem tomadas é “*amordazar y atarlos de las manos e inclusive vendarles hasta los ojos.*”¹⁷⁹ Após esta atitude, deve-se segregar os prisioneiros um dos outros e registrá-los para preparar a obtenção de informações.

Ainda há outras relações que se podem fazer entre os manuais do DOPS e da SOA, para finalizar esta breve comparação, ainda sobra relação que envolvem o interrogador e interrogado. Enquanto no manual brasileiro a exigência para o interrogatório é perseverança, resistência, frieza e maquiavelismo com as emoções¹⁸⁰; no manual da SOA reafirma, constantemente, posturas como “*paciencia y tacto*”, “*auto-control [...] que requieren la demostración de emociones o actitudes simuladas*”¹⁸¹ e também a “*perseverancia*”¹⁸², para que o interrogador persiga “*su objetivo agresivamente hasta una conclusión existosa y buscara outros elementos de información valiosos.*”¹⁸³ As semelhanças tem uma justificativa idêntica: a segurança nacional.

Esses dois manuais são a melhor maneira de entender como as Forças Armadas entendia o processo de obtenção de informação. Os interrogatórios e a utilização de informantes, seria somente mais um processo nos intrincados sistemas de inteligência. Os manuais também expressam o controle que o Estado deseja manter sobre seus cidadãos, ao controlar até suas emoções, através de técnicas ou chantagens. Esses pressupostos foram

¹⁷⁸ Manual do Interrogatório. História Questões & Debates, v. 40, 2005. Apud BAUER, Caroline Silveira. Avenida João Pessoa, 2050-3o. andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). 2006. p. 107

¹⁷⁹ Manual de Interrogación Op. Cit. p. 24

¹⁸⁰ Documento: Manual do Interrogatório. História Questões & Debates, v. 40, 2005. apud BAUER, Caroline Silveira. Op. Cit. p. 107.

¹⁸¹ Manual de Interrogación. Op. Cit. p. A1.

¹⁸² Idem. p.A1.

¹⁸³ Idem. p.A2.

vistos em vários governos antidemocráticos da América Latina, como o caso brasileiro.

Pode-se dizer que os “Manual de Interrogatório” da SOA tem questões semelhantes aos manuais usados no DOPS, instituição conhecida por sofrer acusações de violações dos direitos humanos. Ainda cabe também um pontamento sobre o “controle de informantes”, pois este manual fora apontado pelos próprios militares estadunidenses, em uma investigação, como contendo “*linguagem e demonstrações que violam o legal, regulamentado e politicamente proibido.*”¹⁸⁴. Quais seriam essas violações? São as motivações que há no manual para incentivar os informantes a agirem pelo “*medo, pagamento de botim por inimigo morto, espancamentos, carcere privado, execuções e o uso de soro da verdade*”¹⁸⁵. Temendo possíveis denúncias de torturas praticadas por ex-alunos ex-alunos, a SOA¹⁸⁶, é aconselhado que se proibiasse a utilização de tais manuais e se abrissem investigações mais detalhadas. Depois desse episódio, culminou-se em uma pressão do Congresso em Washington para que se examinassem melhor tais manuais, como que também se tornassem público, o que acabou acontecendo em 1996.

Na guerra contra a subversão perpetrada pelos regimes adeptos da DSN, o que não faltou foi uma dedicação enorme dos governos no aperfeiçoamento dos aparelhos repressivos e de seus perpetradores, de praças a oficiais do exército, de polícias a civis. A Escola das Américas serviu com êxito no fornecimento e disseminação da doutrina através de instruções repletas de conteúdo ideológico relacionado a DSN idealizada nos EUA, e mesmo que em vários países não se tenha adotado unicamente a doutrina estadunidense, como em casos que a doutrina francesa aparecera com frequência¹⁸⁷, as definições que há sobre “insurgência”, “terrorismo”, “contrainteligência” e a importância da informação no processo de enfrentamento dos aparelhos repressivos sobre seus inimigos, facilmente encontrados em ditaduras civis militares da América Latina foram prejudicados, sintetizados ou divulgados através dos quais, instituições específicas, como a SOA, foram um dos pilares no processo de “pentagonização” das Forças Armadas continentais. Certamente, os manuais fornecem algo que o historiador Le Goff denominou de “documento/monumento”, pois os manuais “*não são conjunto daquilo que existiu*” e sim expressam uma escolha efetuada por forças da época¹⁸⁸,

¹⁸⁴ Versão Original: “Contained language and statements of violation of legal, regulatory and policy prohibition.” Esta passagem está localizada em um documento secreto, que mostrava os resultados de investigações de militares sobre os manuais da SOA. Ver Anexo 1.

¹⁸⁵ Versão Original: “By fear, payment of bounties for enemy dead, beatings, false imprisonment, executions and the use of truth serum”. Ver anexo 1.

¹⁸⁶ Ver anexo 2.

¹⁸⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. Op. Cit. p. 75.

¹⁸⁸ LE GOFF, Jaques. História e Memória. Campinas: Ed. Unicamp 1990, p. 533

neste caso os militares da SOA e seus aliados e associados regionais. Sondar estes manuais é encontrar as justificativas usadas para além da relação dos “inimigos internos” conjunturais, enquadrador sob a fórmula do medo, o conjunto da população de um determinado país.

CONCLUSÃO

Através das análises sobre a história da Escola das Américas e também os manuais por elas produzidas, no período que se sucede à Revolução Cubana e às medidas de contrainsurgência adotadas pelos EUA a partir de tal evento, pode-se evidenciar uma correlação muito grande entre a instituição e a disseminação, junto a consolidação, do pensamento vinculado Doutrina de Segurança Nacional na América Latina. A propósito de estudar a SOA, se insere como um pequeno esforço que vise contribuir no debate sobre o passado recente brasileiro, a experiência da ditadura civil militar e as atuais reflexões sobre a memória. O trabalho de recuperação histórico, mutualmente com o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, entre outros esforços que realizam recentemente no Brasil e outros países da região.

Os manuais apresentaram-se como fontes que exprimem o objetivo dos EUA em treinar militares, comprovando que havia muitos outros interesses além da simples modernização e alianças com as Forças Armadas latino-americanos. Observando que os manuais tinham evidentes pretensões pedagógicas, feitas para instruir alunos, verificou-se a presença contínua da ideologia que entendia como a principal ameaça à segurança da nação, a existência de “inimigos internos subversivos” e infiltrados entre a população. Tal hipótese se mostra perfeitamente favorável às necessidades norte-americanas ao colocar como objetivo a existência de uma sintonia entre os diversos setores das elites nacionais, considerados aliados da região na América Latina. Além de garantir a segurança dos empreendimentos econômicos dos EUA e seus aliados capitalistas locais, disseminou-se o receio de novas revoluções na América do Sul e na América Central, em meio a um período histórico que o continente viveu fortes crises político-econômicas e sociais. Quer dizer, reverter qualquer anseio de “cubanização” da América Latina.

Este trabalho teve por objetivo impulsionar mais estudos sobre essa instituição, assim como outras academias que treinaram militares e civis para ditaduras, além da ESG, qual já há bons estudos sobre sua trajetória.

Atualmente a Escola das Américas abandonou seu nome e aquele que foi o elo popular entre movimentos sociais, ONG's, intelectuais e ativistas dos direitos humanos, que a apelidaram de: “Escola dos Assassinos”, nome que virou título de um famoso documentário

dos anos 90¹⁸⁹. E além da mudança nominal, o local já não é mais o mesmo (Zona do Canal), pois hoje ela está situada no Fort Benning, no Estado da Geórgia nos EUA, no qual a sua atual designação é “Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação em Segurança (Western Hemisphere Institute for Security Cooperation). Nos dias atuais, ela convive naturalmente com democracias, mesmo com todo o passado que é atribuído a ela.

Mas, se esta instituição existe tranquilamente na atualidade, mesmo com os protestos organizados pela SOA WATCH¹⁹⁰ para que se realize seu fechamento, é porque ainda o processo de “trazer a luz” o papel da SOA está no início, ainda que a pressão contra ela já comece a gerar certos incidentes significativos interessantes, como o recente episódio em que o grupo de hackers Anonymous expôs, em vídeo, o repúdio à escola (alertando que atacariam os sites relacionados a ela e convocando protestos contra a instituição hoje localizada no Estado da Geórgia).¹⁹¹ Contudo, este processo é dialético, e ao mesmo tempo que se luta pela memória das pessoas que sofreram consequências diretamente ligadas ao treinamento da SOA, a história dessa instituição vai sendo apagada aos poucos. Um bom exemplo dessa nulificação do passado da SOA é a transformação do prédio que era base da instituição na Canal do Panamá (que atualmente pertence ao país panamenho e não mais aos EUA), em hotel 5 estrelas¹⁹².

Retomando as apreciações de Michael Pollack, conceituado estudioso das relações entre memória e história, as questões sobre o que estava envolvido em casos de luta pela memória na URSS e também sobre passado nazista e suas atrocidades após o fim desses regimes, Pollack mostra como se dá as batalhas pela memória:

“Consiste muito mais na irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos que ocupa toda cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória.”¹⁹³

¹⁸⁹ RICHTER, Robert. *Father Roy: Inside of the School of the Americas*. Documentário. Richter Productions. 1997. 56 min.

¹⁹⁰ Para ver as ações e protestos que esta ONG mantém, basta entrar no site da internet. Disponível em <www.soawa.org>. Acesso em 10/11/13

¹⁹¹ Este episódio foi recentemente foi mostrado pelo jornal Estadão. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/marcelo-rubens-paiva/escola-de-tortura-vira-hotel-5-estrelas/>> Acesso em: 10/11/2013

¹⁹² O ataque do Grupo hacker Anonymous foi anunciando no dia 13/11/2013, portanto, outro fato muito recente, o que evidencia que a instituição virou alvo de outros segmentos da sociedade. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/11/1370954-grupo-anonymous-anunciou-ataque-a-antiga-escola-das-americas.shtml>> Acesso em 15/11/2013.

¹⁹³ POLLAK, Michael. Op. Cit. p. 12.

Há pelo menos 20 anos uma memória subterrânea de vítimas e críticos da SOA (e das posturas imperialistas dos EUA) reivindicam justiça, porém brigam com meios de comunicação como mídia e canais oficiais do governo dos EUA e de países aliados, que insistem em manter muitos pontos obscuros da escola. O processo de abertura dos manuais, também, foi fruto de lutas sociais, representadas principalmente pelo Padre Roy Burgeois, que sofreu em El Salvador, diretamente, as consequências de ações de militares treinados pela SOA. Porém, enquanto na América Central há uma crítica mais forte, em razão também da proximidade geográfica, na América do Sul ainda o debate está reservado a grupos que lutam pelas memórias de ativistas mortos ou torturados e entidades pelos direitos humanos. No Brasil, o movimento mais conhecido é o do Grupo Tortura Nunca Mais, o qual chegou a listar todos os militares e civis que foram treinados no Canal do Panamá¹⁹⁴ e cruzou os nomes da lista anterior aos de personagens conhecidos da ditadura brasileira como o coronel Brillhante Ustra, coronel Burnier, entre outros.¹⁹⁵

Mesmo que os manuais da Escola das Américas não provem nada sobre questões diretamente ligadas a tortura (lembrando que uma comissão de militares dos EUA consideraram os manuais ilegais), pode-se declarar com certeza que ela forneceu a justificativa ideológica para práticas repressivas diversas promovidas pelas ditaduras ou democracias de Segurança Nacional, reforçando a ideia de “guerra suja” e diversificado um arcabouço de técnicas resultantes de um ponto de vista destorcida das Forças Armadas estadunidenses sobre as situações complexas das realidades latino-americanas.

Nesta conclusão além de determinar o significativo papel desenvolvido pela SOA no contexto junto às Forças Armadas da região, se reconhece também os motivos que lhe impuseram a alcunha de “Escola dos assassinos” por parte das organizações de direitos humanos, vítimas e sobreviventes. O termo “infame”, incorporado ao título deste trabalho foi pensado justamente no intuito de focar o aspecto negativo da SOA, que no Brasil não mereceu ainda a devida atenção. “Infame” por ser descaradamente um local a serviço dos interesses dos EUA, e que doutrinou militares de ditaduras castrenses sob a ótica da Ideologia de Segurança Nacional.

¹⁹⁴ Lista dos militares e civis brasileiros que treinaram no SOA. Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/denuncias.asp?CodDenuncia=104>> Acesso em: 05/10/2013

¹⁹⁵ Lista de militares e civis, que de acordo com o grupo Tortura Nunca Mais, teriam tido contato com operações repressivas da ditadura brasileira e tiveram instruções na SOA. <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/noticias.asp?Codnoticia=217&ecg=>>> Acesso em: 05/10/2013

Relembrando que este trabalho ocorre em um período que a luta pela memória e história do regime civil militar brasileiro entrou em uma nova perspectiva, com a Comissão Nacional da Verdade e aqui, neste espaço, cabe a proposta de que ocorra investigações, de cunho oficial, sobre instituições militares do exterior com as quais o Brasil manteve relações durante o período da ditadura, pois até o ano de 2011 (ano do documento mais recente que se conseguiu) se enviava militares brasileiros para a nova sede na Geórgia¹⁹⁶, paradoxalmente, isso ocorre no interior de um governo que é comandado por um partido que teve muitos militantes e ex-militantes perseguidos, presos e torturados, que tiveram seus direitos mais fundamentais negados.

Não se pode deixar que a história da Escola das Américas fique em mantos obscuros do esquecimento, suscetível apenas a crítica das sombras e do silêncio, pois tal ato é ignorar o papel dos EUA e dos seus aliados regionais nas cruéis ditaduras da América Latina, ou seja, é “soterrar” as memórias das vítimas diretamente ligadas a esta instituição.

¹⁹⁶ No décimo aniversário do Fort Benning, há a presença de um militar brasileiro que se graduara em Julho de 2011 em um curso no WHISENC (atual sigla da Escola das Américas). No primeiro site está a cerimônia de aniversário. Disponível em: <<https://www.benning.army.mil/tenant/whinsec/content/PDF/Feb%2011%20El%20Hemisferico.pdf>> Acesso em 30/10/2013. E a ficha do militar brasileiro: Disponível em <[https://www.benning.army.mil/tenant/whinsec/content/PDF/Bio%20-%20Marcos%20Silveira%20\(English\).pdf](https://www.benning.army.mil/tenant/whinsec/content/PDF/Bio%20-%20Marcos%20Silveira%20(English).pdf)> Acesso em 30/10/2013

FONTES PESQUISADAS

1) Manuais da Escola das Américas.

Manual de Contra-inteligência. School of the Americas. – Disponível em: <<http://www.soaw.org/about-the-soawhinsec/soa-manuals/98-soa-manuals-index>> Acesso em: 30/10/2013

Manual de Guerra Revolucionária Guerrillera e Ideologia Comunista – School of the Americas.. Disponível em: <<http://www.soaw.org/about-the-soawhinsec/soa-manuals/98-soa-manuals-index>> Acesso em: 30/10/2013

Manual de Interrogación – School of the Americas. Disponível em: <<http://www.soaw.org/about-the-soawhinsec/soa-manuals>> Acesso em 17/11/2013

Manual Manejo de Fuentes – School of the Americas. Disponível em: <disponíveis em: <<http://www.soaw.org/about-the-soawhinsec/soa-manuals>> Acesso em 17/11/2013

2) Memorandos presidenciais dos EUA.

NSAM (National Security Action Memorandums) Nº 56, 28 de Junho de 1961 Disponível em: <<https://www.fas.org/irp/offdocs/nsam-jfk/nsam56.jpg>> Acesso em 01/11/2013

NSAM. (National Security Action Memorandums) Nº 88, 5 de Setembro, 1961 Disponível em: <<https://www.fas.org/irp/offdocs/nsam-jfk/nsam88.jpg>> Acesso em 30/10/2013

3) Sítios da Internet.

Grupo Tortura Nunca Mais - <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br>>

Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação em Segurança - <<https://www.benning.army.mil>>

Sobre o manual KUBARK - <<http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB122/index.htm>>

Memorandos de Segurança Nacional da gestão Kennedy (NSAM) - <<https://www.fas.org/irp/offdocs/nsam-jfk/>>

Soa Watch - <<http://www.soaw.org/>>

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Priscila. O sistema de inteligência chileno no governo Pinochet. Revista Varia história/Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. v. 23, n. 38, p. 399-417, 2007.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. (AEDOS) Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS. Nº 8. Vol. 3, Rio Grande do Sul. 2011. Disponível em: <[http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1279508083_ARQUIVO_O_Historiador_e_as_Fontes_Digitais\[1\].pdf](http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1279508083_ARQUIVO_O_Historiador_e_as_Fontes_Digitais[1].pdf)> Acesso em 15/11/2013.

ASSUMPCÃO, Marla Barbosa. A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da Segurança Nacional: repressão e resistência nas cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera (1964-1968). Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre: 2011.

AVILA, Carlos Federico Domínguez. Guerra Fria na América Latina: Olhares brasileiros sobre a queda de Jacobo Arbenz e a contrarrevolução na Guatemala (1954). Rio de Janeiro .Revista Contemporânea - Dossiê Nuestra América UFF. Ano2., nº2. 2012. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/07.Carlos_Dominguez.pdf> Acesso em 15/10/2013.

BAUER, Caroline Silveira. Avenida João Pessoa, 2050-3o. andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). 2006.

_____. O papel dos historiadores nas garantias dos direitos à memória, à verdade e à justiça. Revista AEDOS, v. 5, n. 12, 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/40837>> Acesso em 18/11/2013.

BOSCH, Juan El pentagonismo, sustituto del imperialismo. Santo Domingo: Alfa y Omega, 2000, p. 126. Apud. BERUFF, Jorge Rodríguez. Juan Bosch y las visiones geopolíticas del Caribe. Istor: revista de historia internacional, v. 11, n. 41, p. 119-137, 2010.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARBONE, Valeria Lourdes. Cuando la Guerra Fría llegó a América Latina... La Política Exterior Norteamericana hacia Latinoamérica durante las presidencias de Eisenhower y Kennedy (1953-1963). Argentine Center of International Studies. Programa Historia de las Relaciones Internacionales. p.7 Disponível em: <<http://www.academia.edu/download/30885963/historia08.pdf>> Acesso em 17/11/2013 .

CASTRO, Nilo Piana de. Televisão e Presidência da República: a soberania em disputa de 1950 a 1964. UFRGS, 322 f. 2011. Tese de Doutorado–Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, Porto Alegre.

COMBLIN, Joseph. A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

DO COUTO E SILVA, Golbery. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro. José Olympio, 1967.

DE OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis: Vozes, 1978.

DUVERGER, Maurice; As Modernas Tecnodemocracias: poder econômico e poder político. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

ERROL, Morris. Sob a névoa da guerra: Onze lições sobre a vida de Robert MacNamara. Documentário Sony. 2003. 95 Min.

EL YOUSSEF, Alain. Haitianismo em perspectiva comparativa: Brasil e Cuba (sécs. XVIII-XIX), 4º Evento Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. 2009. Curitiba: disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/alainelyoussef.pdf>> Acesso em 10/10/2013.

FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: **REIS**, Daniel Aarão; **RIDENTI**, Marcelo; **MOTTA**, Rodrigo Patto Sá (orgs.). O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004.

GABEIRA, Fernando. O que é isso, companheiro?. Companhia das letras, 1996.

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GILL, Lesley. Escuela de las Américas: entrenamiento militar, violencia política e impunidad en las Américas. 1º ed. Santiago Lom Ediciones; Cuatro Vientos 2005.

_____. The Tortured History of State Terror. Review of Alfred W. McCoy's A Question of Torture: CIA Interrogation From the Cold War to the War on Terror (NY: Metropolitan Books, 2006). A Contracorriente, v. 4, n. 3, p. 209-213, 2007. Disponível em: <<http://acontracorriente.chass.ncsu.edu/index.php/acontracorriente/article/view/323#.UpWUR8RDtqU>> Acesso em 27/11/2013.

GURGEL, José Alfredo Amaral. Segurança e democracia: uma reflexão política. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1975.

FERNANDES, Ananda Simões. Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. Antíteses, Londrina, vol. 2, n. 4, p. 831-856, 2009.

FERNANDES, Florestan. Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana. São Paulo. TAQ, 1979.

FOX Jr., Carl T. "The U.S. Army School of the Americas and U.S National Interests in the 20th Century". Thesis for the degree of Master of History, Faculty of Virginia Polytechnic and State University. Blacksburg, Virginia. 2001. Disponível em: <<http://scholar.lib.vt.edu/theses/available/etd-05022001-153035/unrestricted/FoxThesis.pdf>> Acesso em 15/10/2013.

HASHIZUME, Maurício Hiroaki. Os dois olhos do Katarismo na Bolívia Tensões e combinações entre classe e cultura (1969 a 1985) In Cidadania em armas: as Forças Armadas e a Revolução Bolivariana na Venezuela. Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional em Movimentos Sociais Participação e Democracia Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a007.pdf>> Acesso em: 18/11/2013.

HOBBSBAWN, Eric. A era dos extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUGGINS, Martha Knisely. Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo Cortez Editora, 1998.

IANNI, Octavio. Imperialismo na América Latina, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE. Los Fuerzas Armadas al pueblo oriental, Tomo 1, La subversión. 1976. pág 199.

KARNAL, Leandro et. al. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo. Editora Contexto, 2007.

KATCHATUROV, K. A. A expansão ideológica dos EUA na América Latina: doutrinas, formas e métodos da propaganda dos EUA. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1980.

LAUDERBACK, David Marcus; The US Army School of the Americas [electronic resource]: mission and policy during the Cold War. Austin. 2004. University of Texas. Disponível em <<http://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/1350/lauderbackd27019.pdf>> Acesso em 06/11/2012.

LE GOFF, Jaques. História e Memória. Campinas: Ed. Unicamp 1990.

LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. O Imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.

LUCE, Mathias Seibel. A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente ea questão do padrão de reprodução do capital: a história de uma categoria. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2011.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. Revista Brasileira de História São Paulo ANPU/Humanitas, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997.

MAGDOFF, Harry. A era do imperialismo: a economia da política externa dos Estados Unidos. São Paulo. Hucitec, 1978.

MANSAN, Jaime Valim. Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964-1969). 320 f. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História)–Programa de Pós-Graduação em História/PUCRS, Porto Alegre. 2009.

MARQUETTO, Stéfano Rahmeier. United Fruit Company: poder e influência na América Latina. 2010.” Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28378/000770884.pdf?sequence=1>> Acesso em 15/10/2013.

MARTINS FILHO, João Roberto. Os Estados Unidos, a Revolução Cubana e a contra-insurreição. Revista de sociologia e política da Universidade Federal do Paraná. Curitiba , v. 12, n. 12, p. 67-82, 1999.

_____. A Influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. IN: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 23 nº 67. Junho de 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/04.pdf>> Acesso em: 10/11/2013.

_____. A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia. Revista Varia história/Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: Vol. 28. nº. 48. - jul./dez. 2012. p. 519-536

MARX, Karl; **ENGELS**, Friedrich. A Ideologia Alemã (em português). 3º ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MATHIAS, Suzeley Kalil; **ANDRADE**, Fabiana de Oliveira. O Serviço Secreto e a cultura do segredo.Revista Varia história/Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: Vol. 28. nº. 48. - jul./dez. 2012.

MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de guerra e a organização do estado brasileiro (1930-1960). Dissertação (Mestrado em História). Goiânia, 2007. p. 41.

PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. 875 f. 2 v. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 2005. Tese de Doutorado–Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. As escolas militares dos Estados Unidos e a pentagonização das forças armadas da América Latina. Revista Outros Tempos, v. 1, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICHTER, Robert. Father Roy: Inside of the School of the Americas. Documentário. Richter Productions. 1997. 56 min.

SADER, Emir. A revolução cubana. São Paulo: Página Aberta, 1992.

SCHILLING, Voltaire. Estados Unidos x América Latina: as etapas da dominação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

SILVA, Golbery do Couto e. Planejamento estratégico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

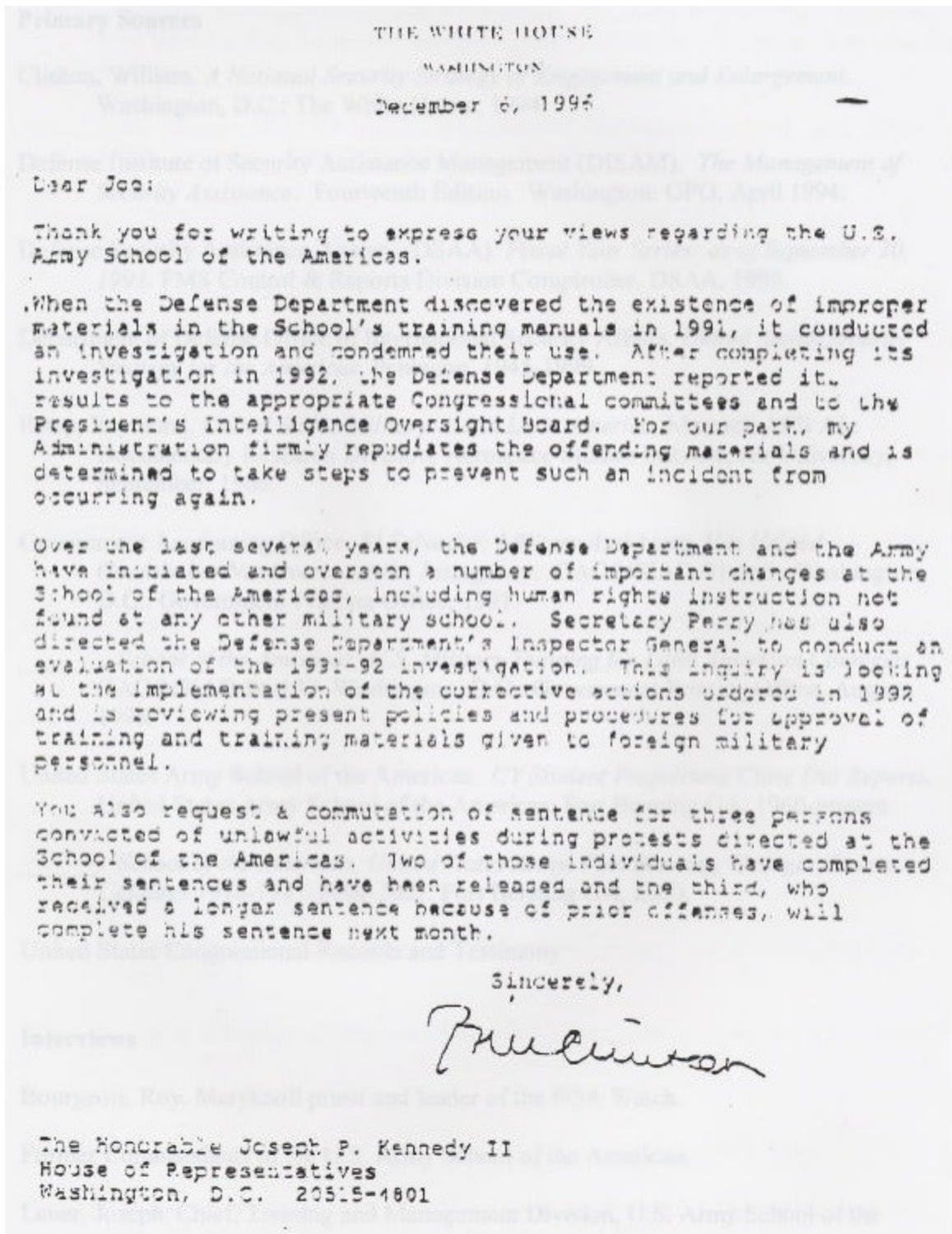
VEGA, Renán; **JÁUREGUI**, Sandra; **ORTIZ**, L. El Panamá colombiano en la repartición imperialista (1848-1903). Reconstrucción histórica a partir de las fuentes diplomáticas de Francia. Ediciones Pensamiento Crítico, Bogotá, 2003.

VILLA, R. D. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. São Paulo: Revista Estudos Avançados, set./dez. 2005, vol.19, no.55,

WASEN FRAGA, Gerson. A Nicarágua Sandinista: guerrilha e educação. História: Debates e Tendências – UPF, Passo Fundo: v. 10, n. 1, jan./jun. 2010.

WASSERMAN, Cláudia; **GUAZZELLI**, Cesar Barcellos. Ditaduras militares na América Latina. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Editora UFRGS, 2004.

ANEXO 1 – Documentos oficiais



Carta do presidente William "Bill" Clinton para Joseh Kennedy, 2 meses após a liberação dos manuais pelo Pentagono.

~~SECRET~~

2

(U) In USSOUTHCOM, Mobile Training Teams distributed copies of the seven manuals listed at TAB G to military personnel and intelligence schools in five Latin American countries (Colombia, Ecuador, El Salvador, Guatemala and Peru). We found that as many as a thousand copies of these manuals may have been distributed in the USSOUTHCOM area from 1987 to 1989 and at USASOA from 1989 to 1991.

(U) In 1987, Army military intelligence (MI) officers in Panama had compiled the manuals from lesson plans used in an MI course at USASOA since 1982, as noted above. The officers assumed that the information in the lesson plans reflected current and authoritative doctrine and, therefore, sought no additional approval either from USSOUTHCOM or the Army.

USASOA (U)

(U) At USASOA, which had moved in 1984 from Panama to Fort Benning, Georgia, the manuals were introduced into the MI course in 1989. At that time, with a bilingual MI officer now on the staff, the school assumed responsibility for MI instruction. In preparing the course, the instructor obtained copies of four of the manuals from his former organization, the Army's 470th MI Brigade in Panama. Ironically, the material in the manuals essentially reflected information in lesson plans for the MI course at USASOA. As had been the case in USSOUTHCOM, the USASOA instructor also erroneously assumed that the manuals, as well as the lesson plans, represented approved doctrine. Thus, copies of the four manuals were issued as supplemental reading material to military students from 10 Latin American countries attending intelligence courses at USASOA until 1991. (The students came from Bolivia, Colombia, Costa Rica, Dominican Republic, Ecuador, Guatemala, Honduras, Mexico, Peru and Venezuela.)

ANALYSIS OF THE MANUALS (U)

~~U/S~~ An Army review, dated 21 February 1992, conducted at our request (TAB H), concluded that five of the seven manuals contained language and statements in violation of legal, regulatory or policy prohibitions. These manuals are: Handling of Sources, Revolutionary War and Communist Ideology, Terrorism and the Urban Guerrilla, Interrogation and Combat Intelligence. To illustrate, the manual Handling of Sources, in depicting the recruitment and control of HUMINT sources, refers to motivation by fear, payment of bounties for enemy dead, beatings, false

~~SECRET~~

Documento relativo a investigação realizada entre 1991 e 1993, por militares, sobre o conteúdo dos manuais da SOA.

imprisonment, executions and the use of truth serum. The manual also discloses classified HUMINT methodology that could compromise Army clandestine intelligence modus operandi. A sixth manual, Counterintelligence, includes statements that also could be interpreted to be in violation of legal, regulatory, or policy prohibitions, and contains sensitive Army counterintelligence tactics, techniques, and procedures. Only the manual entitled Analysis I does not appear to violate any restrictions; however, the information therein is considered obsolete. (Department of Army review is at TAB I.)

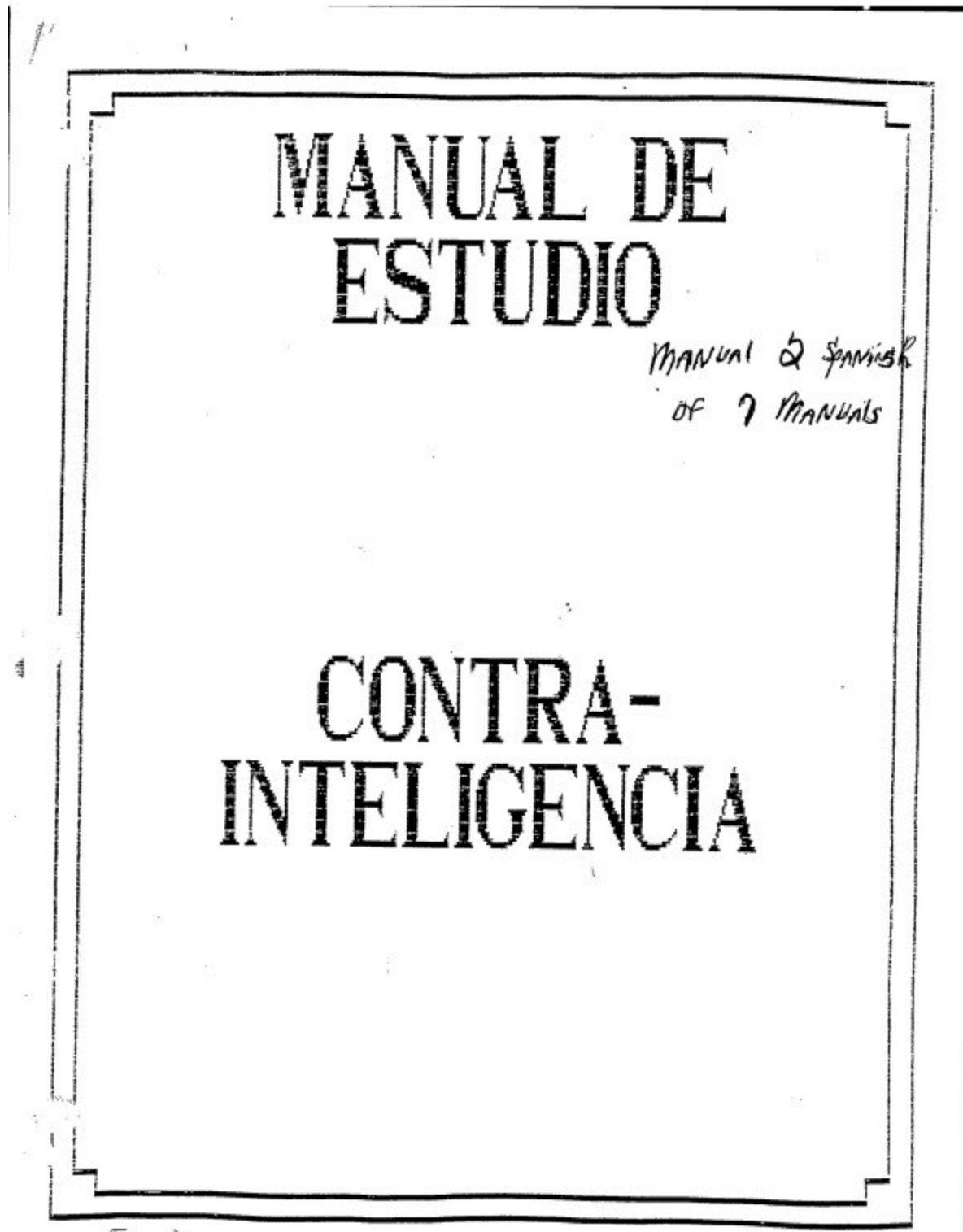
APPROVAL AND REVIEW PROCESS (U)

(U) On 13 February 1992, in response to our request (TAB B), the Director, Joint Staff, provided information on the function of the Joint Staff in the approval of foreign training (TAB J). The document addresses the procedures to be followed by components and service schools, Joint Staff, DIA and the ASD(C3I) in training foreign military personnel in intelligence, CI, security and law enforcement. However, no policy guidance has so far been published by the Joint Staff.

(U) The service schools and components play an important role in the development of training materials and courses. For example, CI training for foreign military students should be developed by the Army Intelligence School and approved through Army channels. In addition, the combatant commander has the inherent responsibility to ensure that such training conducted in his area of responsibility is consistent with U.S. and DoD policy. To illustrate, we were told by USCINCSO that one of his major priorities is the emphasis on adherence to human rights policies by Latin American armed forces. Obviously, the offensive and objectionable material in the manuals contradicts this policy, undermines U.S. credibility, and could result in significant embarrassment.

(U) In theory, the offending and improper material in the manuals should have been discovered during the Army's existing review and approval process. It is incredible that the use of the lesson plans since 1982, and the manuals since 1987, evaded the established system of doctrinal controls. Nevertheless, we could find no evidence that this was a deliberate and orchestrated attempt to violate DoD or Army policies.

Segunda parte do documento relativo a investigação realizada entre 1991 e 1993, por militares, sobre o conteúdo dos manuais da SOA.

ANEXO 2 – Capas dos manuais analisados

Capa do manual de Contraineligência.

MANUAL DE ESTUDIO

MANUAL 4 SPANISH
OF 7 MANUALS



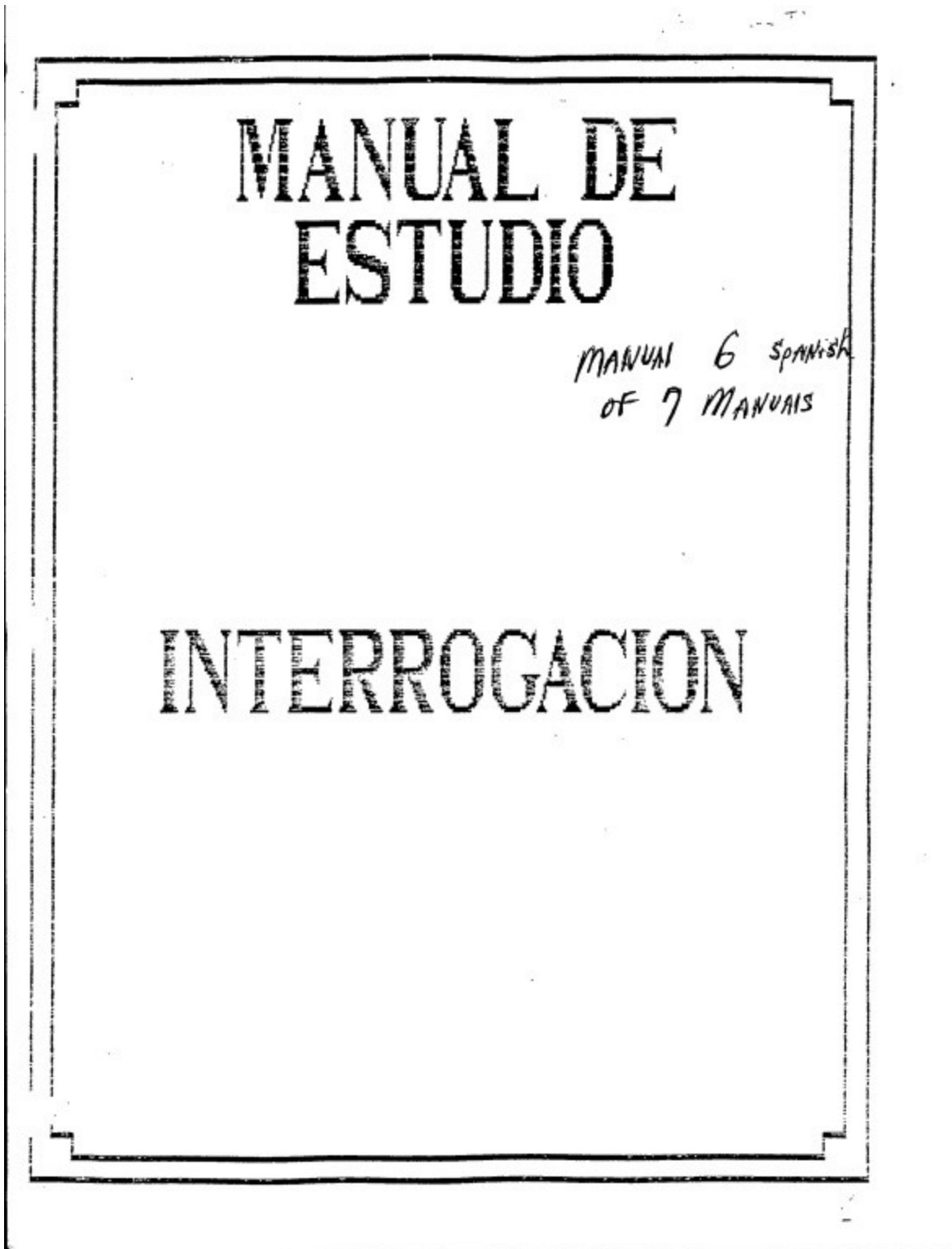
GUERRA REVOLUCIONARIA
GUERRILLERA E
IDEOLOGIA COMUNISTA

1989

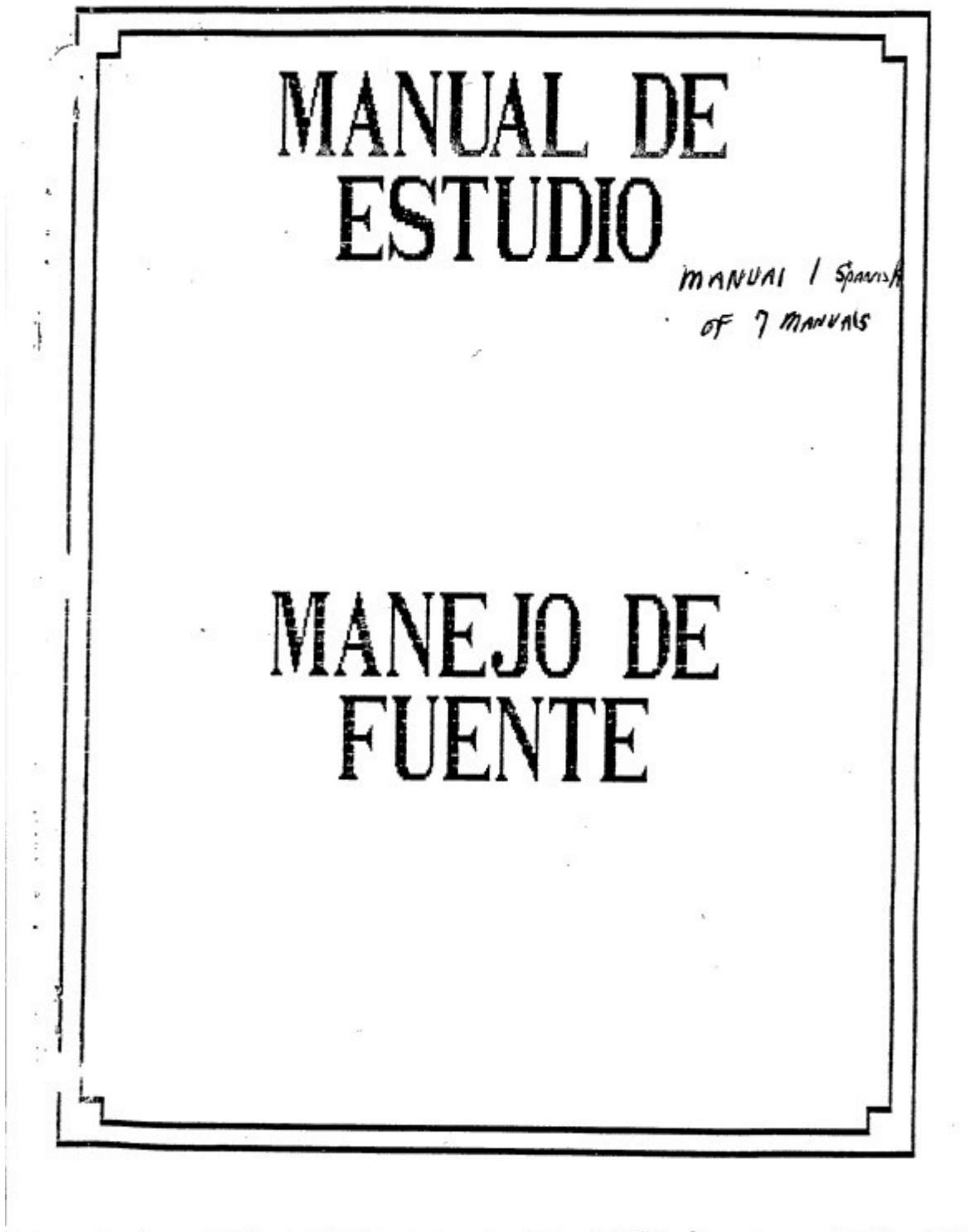
PARTE II

IDEOLOGIA COMUNISTA





Capa do "Manual de Interrogatório".



Capa do "Manual de Controle de Informantes"